

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.



**Relatório e Contas
Consolidado 2010**

ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES	4
--	----------

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	6
--------------------------	----------

2. PRINCIPAIS COMITÉS	8
------------------------------	----------

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	10
----------------------------------	-----------

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	12
4.1. Economia Internacional	13
4.2. Economia da Zona Euro	15
4.3. Economia Portuguesa	17

5. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	22
--	-----------

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO	28
6.1. Banca de Retalho, Banca de Empresas, Corporativa e Institucional	29

6.2. Mercados Globais	40
6.3. Banca de Investimento	41
6.4. Risco	42
6.5. Recursos e Meios	54
7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	57
7.1. BBVA Gest	58
7.2. BBVA Leasimo	59
7.3. Invesco Management nº1	60
7.5. BBVA Fundos	60
<hr/>	
8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO	63
<hr/>	
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO	79
<hr/>	
10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	81
• Informação sobre os accionistas	
• Relatório dos Auditores	
• Demonstrações Financeiras: Consolidadas	
• Certificação legal de Contas: Consolidadas	
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal: Contas Consolidadas	
• Acta da Assembleia-geral	
• Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	

Síntese de Indicadores Relevantes

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES

BALANÇO (un. Milhares de €)	2009	2010	ABS	%
Activo Líquido Total	6.941.048	7.971.769	1.030.721	14,8%
Crédito a Clientes	5.728.391	7.106.629	1.378.238	24,1%
Recursos de Clientes	3.666.674	3.841.974	175.300	4,8%
Em Balanço	3.030.020	3.293.265	263.245	8,7%
Fora de Balanço	636.654	548.709	-87.945	-13,8%
Capital	243.876	295.963	52.087	21,4%

CONTA DE RESULTADOS (un. Milhares de €)	2009	2010	ABS	%
(+) Juros e rendimentos similares	243.250	199.491	-43.759	-18,0%
(-) Juros e encargos similares	160.908	125.479	-35.429	-22,0%
(=) Margem Financeira	82.342	74.011	-8.331	-10,1%
(+) Rendimentos de Capital (Dividendos)	495	514	19	3,8%
(+) Resultados de Serviços e Comissões	28.342	34.994	6.652	23,5%
(+) Outros Resultados de Exploração	10.775	6.758	-4.017	-37,3%
(=) Produto Bancário	121.954	116.278	-5.677	-4,7%
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos	86.636	89.501	2.865	3,3%
(-) Amortizações	3.659	4.073	414	11,3%
(-) Provisões e Imparidade	23.312	35.080	11.768	50,5%
(=) Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	8.347	-12.377	-20.724	-248,3%
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	1.018	-4.341	-5.359	-526,5%
(-) Provisões p/Impostos Correntes	2.217	5.720	3.503	158,0%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos	-1.199	-10.061	-8.862	739,1%
(=) Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	7.329	-8.035	-15.364	-209,6%
(-) Interesses minoritários	0	0	0	0,0%
(=) Resultado Consolidado do Exercício	7.329	-8.035	-15.364	-209,6%

	2009	2010	Δ 2010/2009
Rácio de Solvabilidade	8,88%	8,77%	-0,11%
Número de Agências Bancárias	95	94	-1
Número de Empregados	827	836	9

1. Orgãos Sociais

Assembleia-geral

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário: Maria do Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado: Alberto Manuel Charro Pastor

Vogais:

Álvaro Aresti Aldasoro

Gerardo Bergé Sobrevals

Javier Bernal Dionis

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro

Luís Filipe da Silva Figueiredo

Manuel Gonçalves Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente: Plácido Norberto dos Inocentes

Vogais: Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira

João Duarte Lopes Ribeiro

Vogal Suplente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Para Efeitos de Certificação Legal de Contas

ROC: Deloitte & Associados, SROC nº 43, representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC nº 1210

2. Principais Comitês

2. Principais Comités

Comité de Direcção

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do Banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multi-funcionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Negócios

Tem por missão o controlo e acompanhamento da evolução dos negócios realizados pelas Redes de Distribuição do Banco.

Comité de Gestão de Risco de Crédito

Tem por missão a análise causal do investimento irregular, a atribuição de responsabilidades pela sua gestão e a definição de estratégias de actuação tendentes a maximizar os resultados. Está também no seu âmbito o acompanhamento da evolução da carteira de risco creditício.

Comité de Activos e Passivos

Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

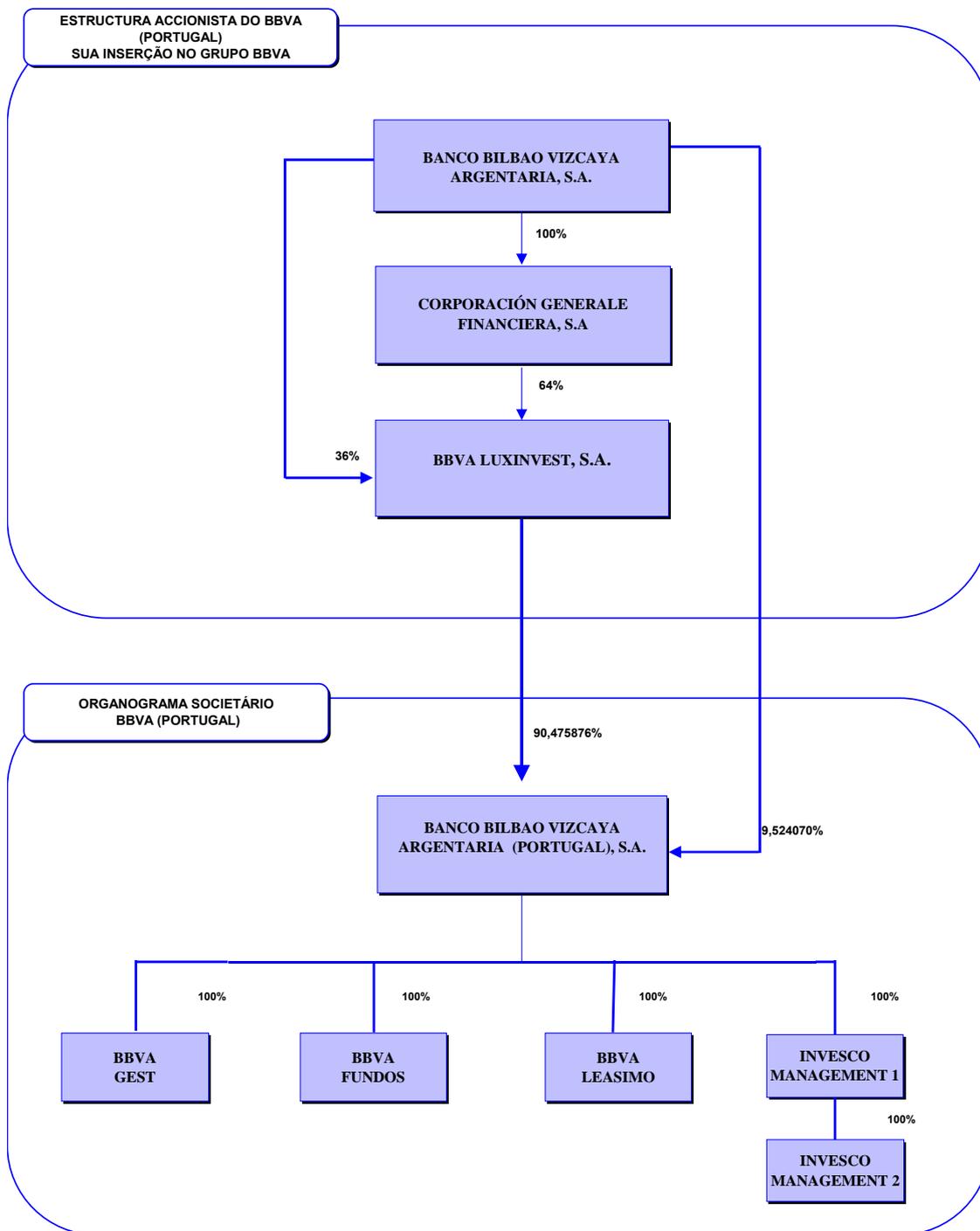
Comité Geral de Gestão de Risco

Este comité é um órgão interno e colegial, de consulta e apoio à Função Gestão de Riscos.

O âmbito deste comité é assessorar e coadjuvar regularmente a Função Gestão de Riscos na finalidade de assegurar a adequação eficaz e o funcionamento efectivo do Sistema de Gestão de Riscos no Grupo BBVA (Portugal).

3. Organograma Societário e Estrutura Accionista

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO E ESTRUTURA ACCIONISTA



4. Enquadramento Macroeconómico

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2010, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco e empresas subsidiárias, bem como as contas consolidadas, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Economia Internacional

A economia mundial em 2010 cresceu a um ritmo assinalável, que se estima em 4,7%. Este bom desempenho deveu-se principalmente ao dinamismo das economias emergentes, que têm sido menos afectadas pela crise financeira. Simultaneamente, as incertezas financeiras e sobre a recuperação predominam entre as economias avançadas, onde os ajustes financeiros e macroeconómicos já iniciados ainda estão pendentes. Nesse sentido, as perspectivas para a economia global em 2011 continuam a mostrar uma diferença significativa entre o crescimento das economias avançadas e emergentes.

Crescimento do PIB por Regiões (em %)

	2010E	2011P
EUA	2,7	2,3
UEM	1,6	1,2
América Latina	5,8	4,2
Ásia Emergente (sem China)	7,8	6,1
China	10,1	9,2
MUNDIAL	-0,7	3,3

Fonte: SEE BBVA, Comissão Europeia e FMI

Nos EUA, a debilidade observada na procura interna como resultado do esgotamento do estímulo fiscal, do processo de redução do endividamento das famílias, assim como da instabilidade do mercado laboral, confirmam a lenta recuperação do consumo privado. Embora a possibilidade de ocorrência de uma nova recessão seja muito improvável, o abrandamento da recuperação e a fraqueza da procura interna induzirá os EUA a uma nova expansão monetária em termos relativos em relação à Europa (e à maioria dos outros países), o que já provocou uma depreciação do dólar face ao euro.

Na Europa, a actividade cresceu mais rapidamente do que o previsto, mas sem sinais claros de recuperação da procura interna, e nos últimos meses tem havido uma clara diferenciação entre os países do norte da Europa, que cresceu fortemente, e do sul, onde o comportamento foi muito mais moderado e diversificado. A tensão dos mercados financeiros na Europa continua a ser a principal fonte de risco na região, especialmente devido à relação entre a dívida soberana e os riscos do sector financeiro. Outra das preocupações adicionais é o recente fortalecimento do euro, uma vez que as economias que apresentaram melhor desempenho foram apoiadas pela procura externa.

Índice de tensões financeiras BBVA



Fonte: BBVA Research

Assim, face aos desafios da consolidação orçamental, recuperação da confiança no sistema financeiro e reestruturação do sistema bancário, perspectiva-se para a Europa

uma recuperação relativamente lenta em toda a área, embora com diferenças significativas entre os países do centro da Europa e os da periferia, nos quais se inclui Portugal, onde os desequilíbrios são maiores e, em consequência, os ajustes necessários são mais fortes.

4.2 Economia da Zona Euro

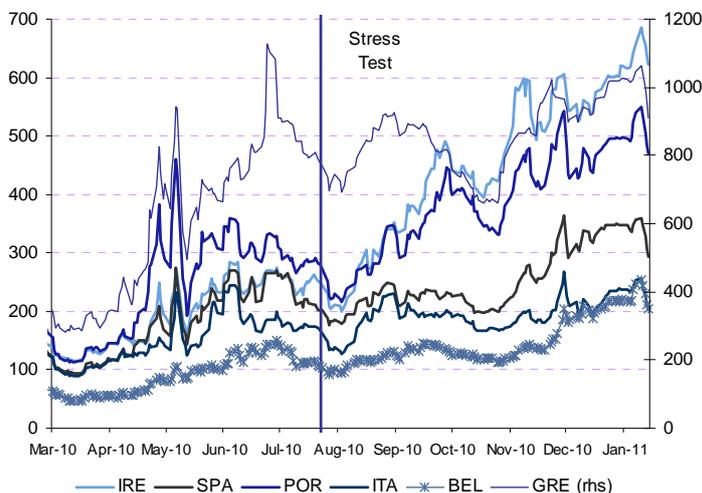
Na Zona Euro a política orçamental em 2010 deixou de constituir um apoio à procura interna e ao sector financeiro, para se tornar a causa de riscos financeiros e conjunturais. O debate sobre a política orçamental mudou rapidamente: das preocupações sobre uma recessão global a que se assistiu em 2009, que tinha de ser travada, em parte, através de incentivos fiscais, para uma preocupação centrado na dívida pública e nos défices excessivos.

Os mercados financeiros definiram os limites das políticas orçamentais anti cíclicas e as economias com uma elevada dívida pública e um elevado grau de endividamento do sector privado tornaram-se extremamente vulneráveis a movimentos de subida das taxas de juro e a prémios de risco mais elevados. Neste contexto, a forte actuação no sentido de consolidação orçamental (incluindo às vezes a aceleração da trajectória de ajustamento prevista no início deste ano), a criação de mecanismos para apoiar os governos com problemas e, acima de tudo, a realização de testes de stress para as instituições financeiras na Europa mudaram a dinâmica da crise no final do verão.

Após os avanços decisivos na consolidação orçamental, as medidas tomadas para apoiar governos com maiores dificuldades e, acima de tudo, depois de testar a força do sector financeiro, houve uma mudança qualitativa na dinâmica da crise vivida pela Europa a partir da Primavera. Embora a média de spreads de dívida soberana permaneçam relativamente estáveis, os mercados começaram a diferenciar entre activos soberanos, reduzindo assim o risco de ocorrência de um evento sistémico.

CDS soberano para as economias da periferia Europeia

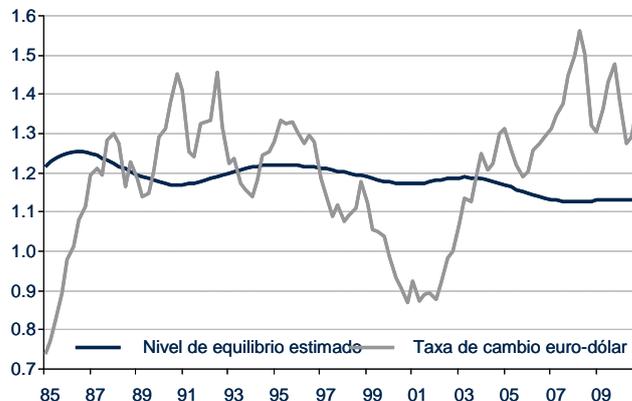
Fonte: Bloomberg e BBVA Research



Além disso, os mercados financeiros começaram a abrir, ainda que selectivamente e novas emissões de dívida são um claro sinal do abrandamento das tensões. Apesar de tudo isso, o stress dos mercados financeiros na Europa continua a ser a principal fonte de risco na região, especialmente devido à relação entre a dívida soberana e os riscos do sector financeiro, tendo em conta a exposição nacional e internacional. O recente fortalecimento do euro representa também um desafio conjuntural acrescido, uma vez que as economias que apresentaram melhor desempenho foram apoiadas pela procura externa.

Taxa de câmbio euro-dólar e nível de equilíbrio estimado

Fonte: BBVA Research



A política monetária expansionista nos Estados Unidos adicionou pressão sobre as taxas de câmbio globais. No contexto económico actual de escassez de procura é provável que os países se vejam obrigados a acompanhar as acções da Fed, para evitar uma valorização indesejada de suas moedas. Actualmente, o BCE tem-se oposto a uma maior flexibilização. Prevê-se igualmente que o BCE mantenha a taxa de referência inalterada, enquanto não se verificar uma recuperação sustentada da economia.

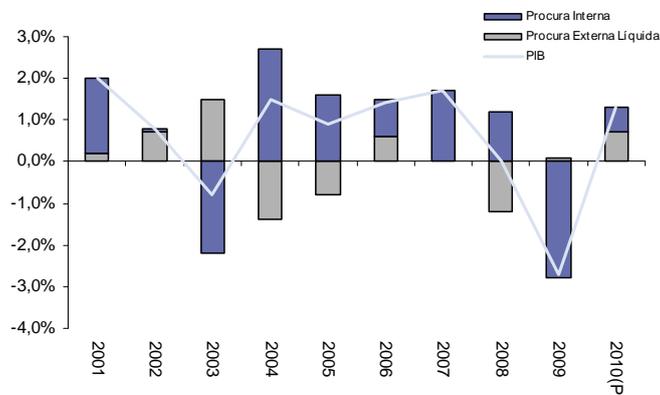
Em suma, em 2010 a economia europeia cresceu mais do que o previsto, 1,6%, e foram as exportações que sustentaram esta recuperação. Para 2011, as perspectivas são de um crescimento do PIB mais moderado que deverá rondar os 1,2%. Para o restabelecimento da confiança será determinante continuar a reduzir as tensões nos mercados e restaurar a força e autonomia da procura do sector privado. Além disso, a fim de sustentar o crescimento a longo prazo será essencial efectuar uma série de reformas estruturais e institucionais que contribuam para prevenir e resolver os futuros desequilíbrios orçamentais.

4.3 Economia Portuguesa

Em 2010 Portugal apresentou um crescimento do PIB de 1,4%, acima das expectativas. Este crescimento foi sustentado pelo crescimento significativo das exportações e, durante o primeiro semestre, por um significativo dinamismo da procura interna, devido a antecipações de consumo em virtude do anunciado aumento de impostos.

A partir do terceiro trimestre começou a assistir-se a um arrefecimento da procura interna, nomeadamente no que respeita ao consumo das famílias, condicionado pelo impacto das medidas de consolidação orçamental, por condições mais restritivas de crédito e por um mercado de trabalho em contracção. Indicadores recentes mostram que a confiança dos consumidores permanece em níveis muito baixos e que a taxa de desemprego aumentou para 11,1% no 4.º trimestre, 1 p.p. superior ao nível registado em idêntico período do ano anterior. A deterioração do mercado de trabalho continuou, apesar do relativo bom desempenho da actividade económica nos últimos trimestres.

Contribuição para o Crescimento (taxa inter anual)



Fonte: INE e Banco de Portugal

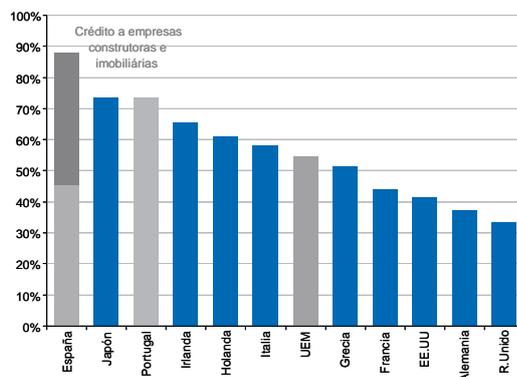
A contribuição da procura externa para o crescimento foi positiva. A recuperação superior à prevista da economia europeia, principal destino de cerca de 75% das exportações portuguesas, e o dinamismo do comércio mundial implicaram um aumento das exportações, estimado em 9%. As importações, em linha com a procura doméstica fraca, cresceram bem menos (4,7%). Assistiu-se igualmente a um desagravamento do défice da balança comercial.

O investimento continuou a contrair-se em 2010, embora a um ritmo inferior ao do ano anterior. Estima-se em cerca de 5% a contração da formação bruta de capital fixo, depois de ter contraído 11,6% no ano anterior. A persistência da incerteza e da volatilidade nos mercados financeiros, a debilidade da procura interna, o elevado grau de endividamento, o aumento das restrições e do custo do crédito e a necessidade de desalavancagem, condicionaram fortemente o investimento das empresas.

Endividamento das empresas

(crédito % PIB)

Fonte: BBVA Research a partir de fontes nacionais

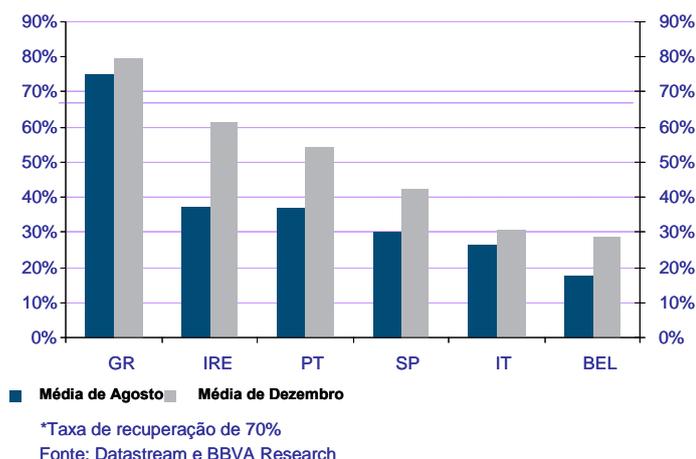


*Dados do mês de Novembro salvo para USA (Setembro) e Japão (Junho)

A crise da dívida soberana, que afectou vários países, entre os quais Portugal, a partir de Maio, aumentou a pressão financeira e teve um impacto negativo na confiança, na aversão ao risco e na liquidez das empresas e instituições financeiras, sendo um dos principais factores de abrandamento no segundo semestre do ano.

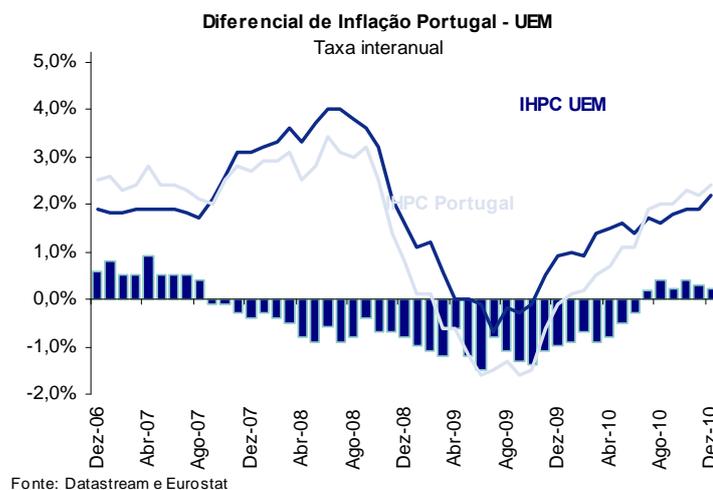
Num contexto de défice sem precedentes em tempos de paz, surgiram receios de se estar perante uma situação fiscal descontrolada, o que se traduziu num aumento do risco de crédito soberano e numa desconfiança relativa à saúde financeira das instituições. Portugal foi um dos países que implementou novos e severos planos de consolidação orçamental, a fim de recuperar a confiança dos mercados.

Probabilidades de Incumprimento



A necessidade imperativa de empreender uma política orçamental que satisfizesse os objectivos traçados sem qualquer desvio, levou a uma redução do défice público de 9,3% do PIB em 2009 para 7,3% do PIB em 2010. Assistiu-se igualmente à diminuição do peso do consumo público, que passou de 3,5% do PIB em 2009 para 3,2% em 2010. Espera-se que a despesa pública continue a abrandar nos próximos meses, com a implementação das medidas de austeridade necessárias para cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Isso irá reduzir consideravelmente a contribuição dessa componente para o crescimento do PIB, estimando-se uma descida substancial do seu peso em 2011, que deverá ser, de -4,3%.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em 1,4%. O diferencial de inflação face à UEM deixou de ser favorável a Portugal a partir de Julho, a que não é alheio o aumento do IVA. O aumento adicional do IVA em 2 pp a partir de Janeiro terá um impacto adicional sobre os preços ao consumidor e esperamos que a inflação média se situe em 2,1% em 2011.



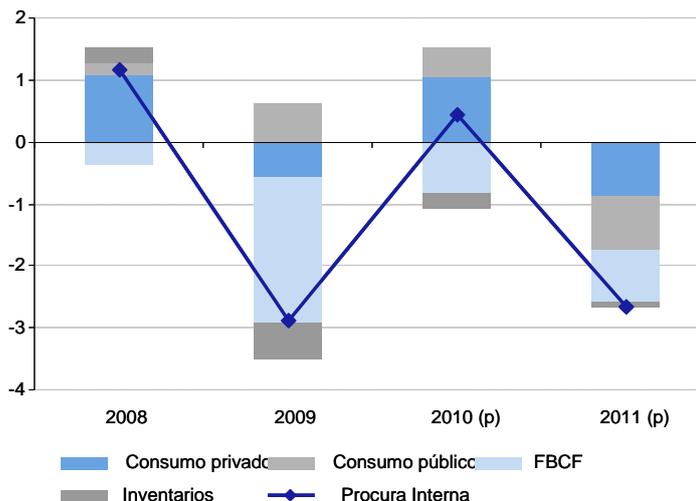
Em 2011 o crescimento económico deverá ser de -0,5%, devido à magnitude do esforço de consolidação orçamental, que prevê uma redução do défice de -7% para -4,6% em 2011. Este esforço terá um impacto em todas as componentes da procura interna, embora se espere uma forte contribuição positiva do sector externo.

O consumo privado deverá cair cerca de -1,4%. Esta queda é explicada pelos efeitos do pacote de consolidação fiscal sobre o rendimento disponível das famílias, com o efeito de arrastamento sobre o sector privado da diminuição dos salários do sector público e com o aumento de tributação a afectar também o consumo. Adicionalmente, o aumento dos impostos indirectos provocou uma antecipação de compras de bens duráveis, o que implica uma queda nos próximos trimestres, enquanto as restrições de crédito também são susceptíveis de desempenhar um papel importante na contenção do consumo.

O consumo público e investimento tendem a cair mais de 4% em 2011. Tudo somado, a contribuição da procura interna para o crescimento do PIB poderia ser de cerca de -3 pontos percentuais.

Portugal: contribuições para o crescimento do PIB- Procura Interna (pp)

Fonte: BBVA Research a partir do INE



As perspectivas sobre o sector externo são mais positivas, com as importações, em linha com a fraca procura interna, a cair, permitindo que o desempenho relativamente bom das exportações contribua muito positivamente para o crescimento. Espera-se um contributo da procura externa líquida para o crescimento de cerca de 2,5p.p.

Portugal também precisa de restaurar a confiança, a fim de reduzir os custos de novos financiamentos. A médio prazo, a necessidade é a promoção do crescimento e da competitividade. Do ponto de vista estrutural, Portugal tem dois problemas principais: um défice de balança corrente elevado e persistente e um fraco potencial de crescimento económico. Ambos são interligados e derivam de um baixo nível de crescimento da produtividade. O elevado défice de balança corrente reflecte também a alta dependência de energia, e um significativo peso do consumo privado. As reformas estruturais, com foco no capital humano, inovação e mercado de trabalho contribuiriam para aumentar a produtividade, aumentar o crescimento potencial e resolver os problemas de competitividade.

5. Estratégia e Modelo de Negócio

5. Estratégia e Modelo de Negócio

Em 2010, num contexto de maior aversão ao risco e de menor liquidez assistiu-se no mercado financeiro a uma trajectória de desaceleração ou mesmo estagnação dos volumes da actividade creditícia, especialmente nos empréstimos a empresas e, no que respeita a particulares, nos empréstimos ao consumo e outros fins. De igual forma, a crescente procura de liquidez por parte da banca, aliada ao aumento de incerteza, traduziu-se num maior dinamismo de modos de poupança mais tradicionais, como os depósitos, em prejuízo de aplicações em fundos de investimentos.

É neste cenário de dificuldades acrescidas, marcado pela desaceleração da procura de crédito e por critérios mais restritivos de oferta, que o BBVA Portugal reforçou o seu empenho numa política comercial centrada no relacionamento com clientes, mantendo o enfoque na inovação e qualidade de serviços, apoiando-se numa gestão prudente e na dinamização de áreas de negócio onde apresenta claras vantagens comparativas, bem como na captação de recursos.

Em suma, em 2010 o BBVA Portugal centrou os seus esforços:

No que se refere à captação de clientes:

- Numa gestão sistemática de colectivos e convénios, aproveitando a elevada quota de penetração em grandes empresas;
- Num plano de sinergias entre redes comerciais e numa oferta competitiva de produtos e serviços adaptados à necessidade dos clientes, que fortalecessem e ampliassem o âmbito do negócio.

No que se refere à vinculação de clientes:

- No apoio em potentes ferramentas comerciais que permitissem avanços adicionais em eficácia comercial;
- Em novas formas de marketing;
- Num melhor conhecimento do cliente.

Esta estratégia de crescimento complementou-se com uma série de planos de transformação associados ao modelo de distribuição e à qualidade de serviço. O Banco trabalhou assim na morfologia da rede de modo a ser, cada vez mais, um distribuidor próximo, acessível e ágil para o cliente. Avançou igualmente na melhoria das capacidades comerciais, na gestão remota dos clientes e na redefinição de processos.

Os princípios que nortearam a relação entre o BBVA Portugal e os seus clientes foram e são: a ética, a transparência e a prudência.

Para o crescimento do **Crédito Total**, 24,1%, num ano de deterioração da dívida soberana e de agravamento das condições de financiamento dos agentes económicos nacionais nos mercados financeiros internacionais, que se reflectiram em custos de crédito mais elevados e em critérios de concessão mais restritivos, o BBVA Portugal desenvolveu novas soluções adaptáveis e competitivas.

- Ao nível do **Crédito a Particulares** o BBVA retomou a campanha “Adaptamos”, que promove um dos créditos à habitação mais adaptáveis e flexíveis do mercado. Dentro do “Programa Blue BBVA”, dirigido ao segmento jovem criou-se a campanha Hipoteca Blue BBVA, destinada a promover o apoio à compra de imóveis a jovens entre os 18 e os 29 anos. Empreendeu-se igualmente um novo conjunto de acções que visam dinamizar o aumento do crédito ao consumo e de que são exemplo o lançamento do “Super Crédito BBVA – 0, solução de financiamento disponibilizada a todos os clientes particulares que pretendam crédito pessoal para qualquer finalidade, beneficiando de uma taxa de juro de 0% no 1º ano do empréstimo e o “Crédito Consumo Blue BBVA”, solução de financiamento disponibilizada a todos os clientes particulares, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos, que pretendam crédito pessoal para qualquer finalidade. Foi lançada igualmente uma nova família de cartões, a “Família Tempo” que permite a cada cliente decidir quando e como pagar.
- No **Crédito a Empresas** com maior envolvimento e com menor risco lançou o “Empréstimo Fácil”, que visa apoiar as necessidades de tesouraria e de

investimento. Lançou também os “Cartões de Crédito Business BBVA”, adaptados à nova tecnologia chip/EMV (Europay, Mastercard e Visa), que são um meio de pagamento de prestígio que permite a gestão e controlo das despesas de representação da empresa, associado a um completo pacote de seguros, e o “Cartão Visa-Electron Empresa BBVA”. Continua a aposta no Leasing mobiliário direccionado para empresas, o que permitiu um aumento de quota de mercado, o BBVA é o 5º no ranking nacional com uma facturação muito superior à do sector.

- A área de **Banca de Investimento** organizou e liderou onze operações de Papel Comercial, no montante de 96M€ e duas operações de Empréstimo Sindicado, no montante de 260M€. De destacar igualmente três operações de Project Finance, para o financiamento estruturado de um conjunto de parques eólicos, em que o BBVA participou com 40,3M€, para o financiamento estruturado de um conjunto de estradas no centro de Portugal, em que o BBVA participou com 60M€, e para um financiamento adicional a um projecto de parques de estacionamento, com uma participação de 14M€.

No que respeita aos **Recursos Geridos**, assistiu-se a um acréscimo, 4,8%, apoiado na componente de depósitos, que cresceram 8,7%. No actual contexto de escassez de liquidez assume particular relevância a recuperação deste tipo de recursos e o correspondente aumento do grau de fidelização de clientes.

- No âmbito dos **Produtos de Passivo**, o BBVA apresentou novas soluções adaptadas a clientes com distintos perfis de risco e apostou fortemente na disponibilização de novas soluções de poupança. Para clientes com um perfil de risco conservador apresentaram-se distintos tipos de depósitos com taxa de juro predefinida. Criaram-se ainda soluções adaptadas a clientes com um perfil de risco menos conservador apresentando-se produtos com garantia de capital, remuneração mínima e com um potencial de valorização. O BBVA também apresentou, ainda no âmbito do “Programa Blue BBVA”, duas soluções de poupança, a “Conta Poupança Blue Mensal” e a “Conta Poupança Blue Trimestral”.

- Nos **Fundos de Investimento**, e no âmbito das soluções que assentem na diferenciação e na criação de valor, o BBVA lançou um fundo de capital garantido, o “Fundo BBVA Investimento Europa”.

O BBVA reforçando a sua política de **Responsabilidade Social**, e considerando que a educação constitui o eixo central da sua política de responsabilidade corporativa, implementou o programa educativo “Valores de Futuro” que promove, junto de alunos dos três ciclos do Ensino Básico, o diálogo e a reflexão sobre os valores associados ao dinheiro e ao seu bom uso, tais como o esforço, a prudência, a responsabilidade ou a solidariedade. Apoiou ainda, conjuntamente com a MAPFRE Seguros, o projecto “Caravana de Educação Rodoviária” da Fundação MAPFRE, que promove comportamentos e atitudes cívicas e responsáveis no âmbito da segurança e prevenção rodoviária junto de crianças. Pretendendo também contribuir para acrescentar valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, reflectindo sobre variáveis que condicionam a evolução da economia europeia e, em particular, da economia portuguesa, o BBVA promoveu na região autónoma da Madeira, uma conferências sob o tema “Os Riscos da Recuperação Económica”. No mesmo âmbito o BBVA participou no 30º aniversário do Instituto de Formação Bancária, com um documento intitulado “BBVA Portugal – Formação para o Futuro”. No mesmo âmbito, neste caso assumindo particular destaque, nesta acção concreta, a vertente humana e social, o BBVA solidarizou-se com as vítimas do terramoto que ocorreu este ano no Haiti e com as vítimas da catástrofe do temporal na Madeira e abriu uma conta para onde todos os colaboradores, clientes e cidadãos em geral poderiam transferir a sua doação.

No âmbito da estratégia de **Promoção de Parcerias** o BBVA procedeu à assinatura de um protocolo de colaboração com a “ITMI Norte – Sul Portugal, SA”, parceria que pretende otimizar a apresentação dos produtos/soluções do Banco às empresas aderentes do grupo ITMI Portugal. Procedeu igualmente a uma parceria com a seguradora AXA para disponibilizar aos seus clientes o Seguro de Saúde Vitalplan.

Procederam-se igualmente a **alterações na estrutura organizativa do BBVA**, as quais resultaram num reforço das áreas de controlo e reflectiram uma percepção mais clara das responsabilidades e dos reportes funcionais e hierárquicos. Assim, a Unidade de

Controlo Interno e Risco Operacional passou a reportar à função de Administração Financeira e Risco e também foi criada a Direcção de Serviços Jurídicos, Assessoria Fiscal, Auditoria e Compliance.

O BBVA Portugal, de forma a manter a sua solvabilidade em níveis adequados e em conformidade com o crescimento de actividade verificado durante o exercício de 2010, **procedeu a aumentos do seu capital social** em 30 de Junho de 2010 e em 21 de Dezembro de 2010 no montante de, respectivamente, 50 milhões de euros e 10 milhões de euros.

Perante o cenário que se desenha para 2011 o BBVA aposta:

No Cliente como centro do negócio:

- Desenvolvendo soluções sob medida para cada cliente, incentivando o seu relacionamento com o banco, graças a uma plataforma tecnológica que permite atender às suas necessidades e aos seus hábitos.

Nos Modelos de distribuição e relacionamento:

- Adaptando os seus produtos e serviços oferecendo-os quando, como e onde os seus clientes quiserem, através de um modelo de distribuição inovador e revolucionário que integra a banca física e a banca virtual.

Nos Processos:

- Proporcionando as melhores ofertas aos clientes ao custo mais competitivo, com o objectivo de transformar o banco numa organização mais simples e mais ágil.

Em suma, o BBVA apresenta um modelo caracterizado por uma visão de longo prazo, pelo estabelecimento de relações de confiança e benefício mútuo com os clientes, apostando na inovação e tecnologia para oferecer soluções personalizadas e competitivas.

6. Actividade das Principais Áreas do Banco

6 . ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

6.1 Banca de Retalho, Banca de Empresas, Corporativa e Institucional

Particulares

Ao longo de 2010, houve uma preocupação constante com os níveis de facturação de Crédito Habitação, tentando o BBVA posicionar-se sempre entre “os mais competitivos” do mercado. Esta postura permitiu um crescimento significativo desta rubrica.

Manteve-se a Campanha Adaptamo-nos, com as ofertas do Crédito Habitação, Conta Ordenado (DOM) e Fundos Protecção.

Com a implementação do Plano UNO, houve ao longo do ano, várias acções comerciais com vista à gestão comercial de clientes com o objectivo de aumentar a sua vinculação e transaccionalidade junto do BBVA.

Em Abril, lançou-se também o Programa Blue BBVA. Este programa, dirigido ao segmento jovem, subdivide-se em três pacotes de produtos e serviços, financeiros e não financeiros, diferenciados de acordo com a idade dos clientes.

Tendo sido também, a captação de recursos um objectivo primordial em 2010, houve ao longo do ano diferentes abordagens para o seu cumprimento. Até Junho o foco foi a captação de recursos via Fundos de Investimento, após esta data, apostou-se numa oferta muito agressiva de Depósitos de modo a crescer rapidamente nesta rubrica do balanço.

Negócios

A actividade, desenvolvida durante o ano de 2010, reforçou o posicionamento no segmento de Negócios, num mercado caracterizado por um elevado nível de intensidade concorrencial.

O objectivo foi conseguido através da actuação em dois eixos estratégicos:

- Maior orientação para o Cliente;
- Maior pró actividade comercial.

Num mercado adverso, em 2010 foi ainda possível incrementar os níveis de captação de novos Clientes. Este crescimento foi conseguido através da apresentação de propostas de valor associadas à celebração de Convénios com parceiros em diversos sectores de actividade (como, por exemplo, na saúde, distribuição, consultadoria financeira e imobiliário).

A nível da oferta do Segmento de Negócios foram lançadas diversas campanhas. Na área do crédito, são de destacar as seguintes iniciativas:

- Lançamento de PME Investe V e VI – Quadro de Referência Estratégico Nacional, oferta de linhas de apoio ao investimento via linhas de crédito PME Investe;
- Lançamento de Linha Promocional paralela à Linha de PME Investe, com Spread 0% e 0 Euros de Comissões;
- Lançamento de Campanha de Leasing com Spread 0.5%;
- Lançamento de novo produto “Empréstimo Fácil BBVA”;
- Lançamento de Campanha de Riskpyme.

Na área do passivo, devemos destacar o Lançamento em Junho e Julho de uma Campanha de captação de passivo com a oferta de Depósitos a Prazo a taxas preferenciais.

Na área de Meios de Pagamento, foram lançadas acções comerciais para fomentar a utilização de cartões de crédito assim como o crescimento da carteira média de cartões de crédito. O lançamento do cartão de crédito Business no início do ano foi importante, contribuindo para o aumento da notoriedade do Banco como emissor de cartões de crédito. São de destacar as seguintes campanhas:

- Campanha de incentivos à utilização dos cartões de crédito Business com oferta de bilhetes de cinema;
- Campanha de colocação de cartão de crédito Business.

No que diz respeito ao negócio de Terminais de Pagamento Automático, verificou-se igualmente uma boa performance, com um aumento do nível de vendas em cerca de 23%, através de um maior dinamismo da rede comercial, de uma política de preços competitiva e da oferta de soluções para sectores de actividade, como seja, o comércio nacional. Foi lançada a seguinte campanha:

- Campanha TPA's - Oferta de condições atractivas na colocação de TPA's no segmento do comercio;

Foi ainda realizada uma exploração pró activa de oportunidades comerciais num contexto multicanal, através de uma Campanha de BBVA net cash, tendo em vista a formação dos Clientes e a intensificação do serviço.

Empresas

A actividade de Banca de Empresas desenvolveu-se numa conjuntura extremamente difícil, em que os Bancos continuaram a restringir a sua actividade creditícia e incrementar os spread do crédito, o que fez com que as empresas reduzissem substancialmente os seus investimentos. Paralelamente a falta de liquidez no mercado, contribuiu para o aumento da concorrência na captação de passivos, sendo este um enfoque importante na estratégia de crescimento do BBVA Portugal.

O ano de 2010 foi um ano de consolidação para a Banca de Empresas e Corporações (BEC). A aposta numa estrutura comercial ágil, flexível e especializada, focada nos clientes, foi um dos pilares essenciais para o crescimento desta actividade. Apesar da conjuntura, o BBVA Portugal conseguiu, no ano de 2010, um crescimento do volume de negócio na ordem dos 20%. Neste segmento de actividade, o Banco conseguiu reforçar a sua quota de mercado, aumentado a sua base de clientes e melhorando o posicionamento nas empresas com quem trabalha. Em alguns produtos apresentou

crescimentos bastante significativos, tais como BBVA Confirma em que apresentou crescimentos na ordem dos 62% e Leasing que cresceu cerca de 113%.

O grande enfoque da área continua a ser o Cross Selling junto da base de clientes, dando especial destaque aos serviços bancários o que permitem reforçar os laços de fidelização do cliente ao Banco. A estratégia adoptada nesta área de actividade passou ainda pela aposta na autonomização e aumento da vinculação dos clientes empresa, potenciando sinergias com algumas áreas de actividade

No ano de 2010 o BBVA continuou a apostar nas parcerias com os Organismos Públicos. Aderiu às Linhas de Crédito PME Investe, produto estratégico para a sustentabilidade do seu crescimento. Paralelamente a este produto, o Banco manteve a sua oferta única no mercado de duplicação de crédito concedido por um ano, a comissões e taxa zero. Em meados do ano o Banco lançou uma Campanha de Leasing, através da qual promoveu as excelentes condições de financiamento deste produto. Ainda em 2010, o Banco lançou um produto inovador para este segmento de clientes, o Empréstimo Fácil Empresas, através do qual o spread a aplicar às operações de crédito depende do nível vinculação das empresas. Para complementar a oferta de produtos de apoio de tesouraria, o BBVA lançou ainda o Empréstimo TES, produto através do qual os clientes podem financiar a sua actividade em condições adaptadas às suas necessidades e de forma bastante simples. Foi ainda lançado o projecto BBVA Broker, através do qual se pretende aumentar o leque de produtos disponíveis para os clientes reforçando a oferta na área de seguros.

O grande objectivo desta área de actividade continua a ser o crescimento orgânico e sustentado da base de clientes do BBVA, trabalhando activamente para o aumento da sua vinculação

Banca Privada

O Segmento de Clientes de Banca Privada teve uma evolução muito positiva durante o ano em análise apesar do entorno económico e financeiro particularmente adverso.

Com efeito, os mercados financeiros reflectiram as perturbações verificadas na Dívida Soberana europeia com especial ênfase na Dívida dos países periféricos. O impacto no mercado obrigacionista foi particularmente sentido a partir da “crise grega”, agravando-se no decurso do ano com a “crise irlandês” e os receios sobre Portugal e Espanha. Embora a economia mundial tenha dado sinais positivos de recuperação, com destaque para economias como a brasileira, a alemã e a chinesa, o mercado accionista não ficou imune ao “desconforto” dos mercados quanto à incerteza da crise da dívida europeia.

Ainda assim, em 2010 conseguiu-se um crescimento significativo tanto em recursos como em número de Clientes, a par com uma evolução muito positiva da receita gerada.

Durante este exercício foram ainda desenvolvidos novos produtos e serviços com lançamento previsto para o início de 2011.

Marketing

Face às constantes mutações económicas e sociais, visíveis durante o ano de 2010 em Portugal, o BBVA apostou uma vez mais, em desenvolver soluções e produtos de poupança e investimento com elevada flexibilidade e adaptabilidade, permitindo ajudar os nossos clientes a gerirem da melhor forma a actual crise.

Como tal, e para tornar mais forte a relação com os nossos clientes e consequentemente o nosso posicionamento no mercado, bem como reforçar a imagem de marca do BBVA, apostou-se na diferenciação e lançaram-se algumas campanhas publicitárias, comunicando aos nossos clientes o melhor dos nossos produtos.

E porque criamos soluções diariamente que se adaptem aos nossos clientes e ao que mais necessitam, lançámos no 1º trimestre de 2010, uma nova vaga do Conceito Adaptamo-nos, comunicando os produtos de Crédito Habitação, Crédito Pessoal e Fundos de Investimento.

De forma a reforçar as vantagens exclusivas destes produtos, bem como as ofertas não financeiras, ambas as campanhas foram suportadas pelos vários meios de comunicação, dando a ambos os produtos elevada notoriedade.

Ao longo do 2º e 3º trimestre, a Campanha Adaptamo-nos contemplou produtos como PME INVESTE V, Programa Blue BBVA, Leasing BBVA e Depósito 2-3-4 BBVA, sob o lema “Cada dia precisa de soluções diferentes, cada dia somos um Banco diferente” e apostando sempre na sua presença nos diversos meios publicitários.

Posteriormente, e porque o BBVA se caracteriza por um Banco de pessoas para pessoas e todos os clientes deverão ter produtos à sua medida, voltámos a reforçar a nossa posição com a oferta de um Depósito a Prazo, com excelentes condições. Este Depósito, Depósito UNO BBVA, veio reforçar a relação do BBVA com os seus clientes, oferecendo-lhes uma elevada rentabilidade, em tempos de poupança.

E como quem manda é o cliente e nós adaptamo-nos, fechámos o ano de 2010 com uma campanha de Fundos de Pensões, deixando para 2011 a promessa de continuar a inovar e a procurar soluções de excelência para os nossos clientes.

Gestão Multicanal

A Gestão Multicanal tem por missão gerir e desenvolver novos canais alternativos aos tradicionalmente existentes.

Nesse sentido, em 2010 foi lançado um novo projecto-piloto de Marketing Dinâmico. Foram disponibilizados grandes ecrãs em agências piloto, cujo conteúdo contempla alguma informação de carácter lúdico, como desporto e lazer, mas essencialmente publicidade relativa às campanhas BBVA.

O principal objectivo é o reforço da comunicação e divulgação das nossas campanhas, mas também contribui para minimizar algum incomodo, na eventual demora de atendimento, já que são agências que pela sua localização têm grande de grande fluxo de pessoas.

Para um melhor e mais fácil acesso ao Precário do Banco, foi também colocado nas mesmas agências, um totem interactivo que disponibiliza, não só o precário como todos os folhetos em formato digital.

Estas ferramentas de marketing dinâmico permitem explorar outras possibilidades de interacção com os clientes no ponto de venda.

Gestão Directa

Durante o ano 2010 foi desenvolvido o Modelo de Gestão Directa. Trata-se de um modelo de relação não presencial com Clientes, com contratação através de canais seguros e pioneiros no mercado nacional. Conta a 31.12.2011 com 10% do volume de negócios da Banca Comercial do BBVA Portugal.

Através de uma aposta direccionada e inovadora, os protocolos BBVA registaram um crescimento de 300% na captação de clientes face ao ano anterior. Com maior foco na tipologia de Protocolo, na oferta diferenciada e em novos modelos de divulgação, conseguiu-se chegar a um maior número de colaboradores das empresas, sempre a pensar nos benefícios sociais que se podem oferecer através deste canal.

Prescrição

Relativamente ao negócio de Prescrição, a actividade registou um crescimento positivo, passando de um total de facturação de 183.685 M€, relativo ao Ano de 2009, para um volume total de facturação de 415.064 M€.

Nas condições adversas da actual crise económico-financeira, o BBVA desenvolveu novas parcerias, designadamente com formalização de diversas operações, perfazendo um total de 739 Parcerias Activas em 2010.

No âmbito do segmento de empresas, o volume de Facturação foi de 44.573 M€. Desenvolveram-se novas parcerias, perfazendo 67 parcerias activas, correspondendo a 211 operações realizadas.

Serviços Transaccionais

No segundo semestre de 2010 foi implementado o departamento de Serviços Transaccionais em Portugal, correspondendo ao cumprimento de um objectivo do plano estratégico de desenvolvimento de negócio para 2010.

Na sua criação foram delineados três objectivos concretos a atingir:

- Promover e implantar o conceito de gestão transaccional e de cash management como motor essencial ao desenvolvimento de negócios nos vários segmentos de Clientes;
- Utilizar este conceito como instrumento de vinculação, de promoção e contratação potenciando a venda de produtos e serviços transaccionais às Empresas e Particulares através de canais electrónicos;
- Utilizar as ferramentas e tecnologias associadas ao desenvolvimento do conceito para melhorar os níveis de eficiência e eficácia operativa do Banco.

Para poder levar a cabo o cumprimento destes três objectivos e aproveitando a evolução apresentada pela economia portuguesa em especial nos três primeiros trimestres de 2010, foram delineadas um conjunto de acções comerciais e técnicas cujos resultados transaccionais foram os mais significativos de sempre, ultrapassando pela primeira vez os 10 milhões de euros em comissões (10,7 milhões), permitindo um crescimento de 11% em comissões transaccionais cobradas e de 18% no produto bancário gerado neste capítulo, comparativamente com o período homólogo de 2009.

No final de 2010 estavam registados 23.450 utilizadores dos diferentes canais electrónicos: (4.518 - BBVA net cash; 7 – Swift; 18.925 - BBVA net), o que representou um crescimento de 13% comparativamente a 2009. O ano 2010 terminou com 1.465 utilizadores operativos no BBVA net cash o que correspondeu a um aumento de 18%, comparativamente a 2009.

Como fornecedor de serviços electrónicos para Empresas o Banco representa um quota de mercado de 4,9%, o que corresponde á 9ª posição no sistema bancário.

De destacar ainda o significativo crescimento de 50,38% nas comissões cobradas em produtos de base COMEX, superando, no conjunto das várias linhas de comércio exterior e pela primeira vez, 1 milhão de euros em comissões cobradas.

Produtos

Produtos de Passivo

Ao longo do ano verificou-se uma actividade muito intensa na área de recursos com o lançamento de vários produtos de passivo entre os quais destacamos:

" Depósito BBVA Crescimento EUA BBVA"
Aplicação em USD a 5 anos, com capital garantido na maturidade.
Dep. Indexado ao DJ Industrial Average.

Depósito Especial BBVA Privado I
Depósito Prazo com vencimento predefinido (15/07/2010) e com capital garantido, que permite a obtenção de uma taxa de juro predefinida (1,5% TANB).

Depósito a Prazo Crescente 2-3-4 BBVA
Depósito a Prazo a 3 anos exclusivo para depósitos de novos montantes junto do BBVA, que constituam um aumento dos activos do cliente face à sua posição junto do Banco

Depósito a Prazo Líder "RJ" BBVA
Depósito a Prazo a 360 dias, não mobilizável, com taxas de juro distintas e definidas em função de se tratar de captação de recursos novos ou de manutenção de recursos existentes.

Depósito a Prazo Líder "SJ" BBVA
Depósito a Prazo a 360 dias, não mobilizável, com taxas de juro distintas e definidas em função de se tratar de captação de recursos novos ou de manutenção de recursos existentes.

Depósito Especial Investimento 4,5% BBVA
Depósito a Prazo a 12 meses, com capital garantido que permite a obtenção de uma taxa de juro de 4,5%, exclusivo para Clientes que subscrevam alguns produtos predefinidos.

Depósito Plus BBVA
É uma aplicação a 3 anos, ligada ao comportamento de um cabaz de 4 acções (Apple, McDonalds, Deutsche Telekom e Bayer

Depósito a Prazo UNO BBVA

É um Depósito a prazo que permite a obtenção de uma taxa de juro condicionada à posição em recursos e à vinculação do Cliente no vencimento.

Da gama acima indicada de destacar o Depósito Uno, o qual se insere na estratégia de fidelização e aumento de transaccionalidade com os nossos clientes

Consumo

No sentido de impulsionar a facturação do crédito ao consumo e continuar a aumentar a sua base de clientes, o BBVA lançou o Super Crédito BBVA, uma solução de financiamento multifunções disponibilizada a clientes particulares com prazos entre 4 e 10 anos e para montantes entre 5.000€ e 60.000€, beneficiando sempre de uma taxa de juro de 0% no 1º ano do empréstimo e condições atractivas no restante prazo mediante a domiciliação do ordenado.

No âmbito do Programa Blue, foi desenhado o Crédito Consumo Blue BBVA. Incluído no pacote de oferta financeira criado para o subsegmento 18-29 anos.

Finalmente e como vem sendo hábito, em Novembro foi lançada uma Campanha de Crédito ao Consumo para os seus clientes. Ao contrário de campanhas anteriores, esta acção comercial não previu a atribuição de um montante predefinido a cada um dos clientes seleccionados. Estes puderam solicitar o montante de que necessitavam, desde que dentro dos limites abaixo definidos e sujeitos a scoring, beneficiando contudo das condições financeiras especiais.

LEASING

O negócio de Leasing no BBVA Portugal viveu uma forte expansão no ano de 2010, com a facturação global anual a atingir 142 milhões de euros, segundo as estatísticas divulgadas pela Associação de Leasing e Factoring (ALF).

No sector mobiliário, a produção subiu 119% para 68.342 milhões de euros, o que contrasta com o crescimento de apenas 6% do mercado, e que permitiu ao BBVA fechar o ano com uma quota de mercado de 2,4%.

No sector imobiliário de novo um acentuado crescimento da produção face ao ano anterior, 95%, enquanto o mercado apresentou uma queda de 17%. O BBVA Portugal terminou assim o ano de 2010 com uma facturação total neste subsegmento que alcança os 73.655 milhões de euros e uma quota de mercado de 5,8%.

No sentido de adequar os produtos do BBVA Portugal à deterioração crescente da conjuntura de mercado, no final do terceiro trimestre do ano foram restringidas as condições de acesso ao financiamento a clientes particulares não residentes em Leasing Imobiliário Habitação, bem como as respectivas condições financeiras.

CONFIRMING

Em termos anuais o mercado de confirming cresceu 27% atingindo um volume de créditos tomados de 7.461 milhões de euros, tendo o BBVA crescido a um ritmo mais forte, 57% de crescimento face a 2009. A quota de mercado subiu para 5,8% no final de 2010.

FACTORING

Ritmo de facturação estável entre o 3º e 4º trimestres, com tendência para alguma desaceleração que se veio a confirmar no final do ano. Assim, enquanto o mercado cresceu 16% em 2010 face a 2009 o BBVA registou um decréscimo na sua produção de factoring em 23%, tendo a sua quota de mercado caído de 0,7% para 0,5%. Ao mesmo tempo registou-se um incremento da taxa média na ordem dos 40 b.p.

Crédito Habitação

Em 2010, o BBVA seguiu com a estratégia iniciada em 2009 de potenciar o produto Crédito Habitação, cujos atributos o diferenciam da concorrência e o mantêm como um dos melhores do mercado.

Devido ao seu enorme sucesso, a campanha “Adaptamo-nos” que oferecia 200€ mensais durante o 1º ano aos clientes que formalizassem um empréstimo de valor mínimo igual a 120.000€ foi sucessivamente prorrogada até ao final do ano.

Em Abril, de forma a atrair clientes jovens, o BBVA lançou a Hipoteca Blue destinada a Clientes Particulares com idades entre os 18 e 29 anos. No âmbito desta campanha, os clientes que formalizassem hipotecas de valor igual ou superior a 75.000,00 euros, recebiam um “Cartão Recarregável” Antes Blue BBVA com o valor de utilização de 1.000,00 Euros.

A grande atractividade destas campanhas associadas a grelhas de spreads competitivas, num contexto de mercado cada vez mais restritivo na cedência de crédito, materializou-se num acréscimo muito significativo de volume de facturação superando todos os valores históricos do BBVA.

6.2 Mercados Globais

O ano de 2010 voltou a ser um ano extremamente complexo e muito marcado pela crise de dívida soberana dos países europeus periféricos que afectou o mercado português.

A estratégia do BBVA Portugal de total enfoque na procura de soluções de valor acrescentado para os clientes, mantendo as carteiras próprias de negociação com perfil residual, demonstrou estar plenamente actualizada e eficaz nas actuais condições de mercado.

A actividade com investidores conheceu um crescimento na ordem dos 30% continuando o banco a ganhar maior presença nos mercados primários e secundários de capitais. Este crescimento foi conseguido quer na actividade tradicional com produtos mais simples e mais líquidos, como também com produtos de maior valor acrescentado que registaram algum crescimento depois da quebra de 2009. A procura por produtos estruturados em 2010 foi especialmente centrada em soluções com derivados de crédito, tendo em conta o período especialmente conturbado em termos de spreads de crédito na maior parte dos subjacentes portugueses.

O negócio com empresas voltou a crescer de forma muito significativa em 2010 tendo atingido a plena maturidade o projecto lançado em 2006 que permitiu colocar o BBVA como uma entidade claramente de referência em Portugal enquanto fornecedor e parceiro preferencial de soluções de gestão de risco para as empresas portuguesas. O banco lançou também em 2010 os primeiros pilares de um novo projecto (Plano Forex) para concretizar o relançamento da actividade de negócio cambial com o objectivo de nos próximos três anos vir a tornar-se uma entidade líder em Portugal em soluções de gestão de risco cambial, aproveitando o perfil cada vez mais global do grupo BBVA e a fortaleza da presença diferencial nos mercados da América Latina.

6.3 Banca de Investimento

A área de banca de investimento compreende três segmentos de actividade: financiamento estruturado, mercado de capitais e corporate finance.

O ano de 2010 foi caracterizado pelo agravar da crise financeira internacional. Em Portugal as condições financeiras agravaram-se, o que se reflectiu em todas as áreas de negócio.

Não obstante, o BBVA continua a apoiar o investimento em importantes sectores da economia portuguesa. No sector das energias renováveis onde, nos últimos anos, o BBVA tem vindo a cumprir um importante papel, o ano de 2010 não constituiu excepção, com a participação do BBVA no financiamento da ENEOP. Trata-se de um projecto de 480 MW, dividido em 23 parques eólicos, localizados no norte e centro do país. O BBVA participou como Bookrunner e Mandated Lead Arranger (MLA), num financiamento total de € 309M e com um prazo de 17 anos.

O BBVA, em 2010 manteve igualmente a sua posição de líder no financiamento de infra-estruturas rodoviárias em Portugal através do financiamento do único projecto desta natureza no nosso país. O Pinhal Interior, com uma extensão total de 520 Km, localizado na zona de Leiria e Coimbra é mais um projecto de destaque no plano

rodoviário. O BBVA participou como MLA, num financiamento de € 1.200M com um prazo de 23 anos.

Na área da saúde, o BBVA participou no financiamento do Hospital de Loures. Esta infra-estrutura estará pronta em 2012, terá 425 camas, servirá os concelhos de Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Odivelas num total de 272 mil habitantes. Trata-se de um financiamento total de €87M a 27 anos, tendo o BBVA participado como MLA.

A área de Debt Capital Markets reflectiu o abrandamento verificado sistema financeiro nacional e europeu. O mercado obrigacionista nacional está fechado desde Abril de 2010.

No segmento do Papel Comercial foram formalizados €120M em 10 novos contratos, contribuindo para que o número total de programas de Papel Comercial sob gestão ascenda a 51.

Em empréstimos sindicados, o BBVA participou como Bookrunner e MLA numa Credit Facility para EDP de montante global de € 2.000M. Neste segmento destacamos também o envolvimento do BBVA na reestruturação da dívida da Cimpor, através da participação como MLA num empréstimo sindicado de €110M a 3 anos.

Na área de Corporate Finance o BBVA, em conjunto com as equipas baseadas em Madrid, foi mandatado por dois clientes para duas operações de assessoria que têm como alvo activos em Espanha. Estima-se que estas operações se possam concluir com sucesso durante o primeiro semestre de 2011.

6.4 Risco

A política e os princípios de gestão de riscos seguidos pelo BBVA (Portugal) têm por objectivo essencial, gerir e controlar activamente a exposição à incerteza para otimizar os rendimentos da Instituição, numa perspectiva constante de assegurar um adequado equilíbrio a nível da solvabilidade, do provisionamento dos créditos e da liquidez.

Para alcançar tal objectivo, a Função de Riscos deve assegurar que todos os riscos são devidamente identificados, medidos e valorados, monitorizados e mitigados. Desta forma garante-se que a variável risco está presente em todas as decisões, contribuindo para configurar o perfil de risco desejado pela Instituição e que está estruturado com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Apresentamos um decálogo da Função de Riscos que agrupa os dez princípios básicos da visão do risco do Grupo BBVA e que sustenta o seu modelo de gestão de riscos:

1. Função de riscos independente e global que assegure uma adequada informação para a tomada de decisões a todos os níveis;
2. Objectividade na tomada de decisões, incorporando todos os factores de risco relevantes (quantitativos e qualitativos);
3. Gestão activa do ciclo de vida do risco vivo, desde a análise prévia, à autorização até ao seu cancelamento (gestão do continuum de risco);
4. Processos e procedimentos claros, revistos periodicamente em função de novas necessidades, e com linhas de responsabilidade bem definidas;
5. Gestão integrada de todos os riscos através da sua identificação e quantificação (mercado, crédito e operacional), e gestão homogénea com base numa medida comum (capital económico);
6. Diferenciação do tratamento do risco, circuitos e procedimentos, de acordo com as características do mesmo;
7. Geração, implantação e difusão de ferramentas avançadas de apoio à decisão que, com um uso eficaz das novas tecnologias, facilitem a gestão dos riscos;
8. Descentralização da tomada de decisões em função das metodologias e ferramentas disponíveis;
9. Inclusão da variável risco, nas decisões de negócio em todos os âmbitos, estratégico, tático e operativo;
10. Alinhamento dos objectivos da função de riscos e dos indivíduos que a compõem com os do Grupo, com o objectivo de maximizar a criação de valor.

Organização e Sistema de Gestão de Riscos

Os sistemas de avaliação, gestão e controlo dos riscos desenvolvidos pelo Grupo (BBVA) Portugal têm em conta as suas responsabilidades perante os accionistas, depositantes e restantes credores, e enquadram-se nas regras prudenciais e comportamentais definidas pelas Autoridade de Supervisão.

O Conselho de Administração do BBVA (Portugal) é o órgão superior responsável pela definição das políticas gerais de riscos, complementares de uma gestão sã e prudente da Instituição. No âmbito da sua responsabilidade, está incluída, a aprovação dos princípios e regras que deverão ser seguidos na gestão dos riscos, assim como as linhas de orientação que deverão atribuir na alocação do capital económico às diversas áreas de negócio, assegurando que a Instituição detém competências e recursos necessários para tal.

Compete ao Comité de Direcção, definir o perfil de risco objectivo da Instituição mediante a fixação de limites globais e específicos. Este Comité é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorrido, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento das actividades.

Nos processos de gestão e acompanhamento dos Riscos a responsabilidade pela classificação sistémica e actuação perante os diferentes tipos de risco a que a Instituição se encontra exposta está atribuída às diferentes áreas funcionais, e para assegurar a existência de um sistema adequado de gestão global de riscos e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos, ao nível do BBVA (Portugal), dentro de um plano de acção estabelecido pelo Conselho de Administração, a Instituição dispõe da função independente, a Função Gestão de Riscos (FGRisco).

A Função Gestão de Riscos (FGRisco) é compatível com a natureza, dimensão e complexidade das actividades desenvolvidas pela Instituição, está organizada de modo a facilitar a aplicação das políticas de risco e a gestão de todos os riscos materiais a

que está ou pode vir a estar exposta e tem uma influência activa nas tomadas de decisão do órgão de administração e dos órgãos de gestão intermédia.

Salienta-se que a actuação da Função Gestão de Riscos (FGRisco) apoiada por cada responsável de Riscos no âmbito do Comité Geral de Gestão de Riscos, está incluída a avaliação e análise das metodologias implementadas, no cálculo e acompanhamento dos diversos Riscos, a que a Instituição revela exposição material, bem como a aplicação e estimação de alertas e limites.

O Comité Geral de Gestão de Riscos reúne os responsáveis dos diferentes Riscos aos quais o BBVA (Portugal) tem exposição, o que permite assegurar à Função Gestão de Riscos, uma compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à actividade desenvolvida e possibilita a avaliação do Sistema de Gestão de Riscos desde uma óptica consolidada.

Destaques da Actividade

Em termos gerais, as principais linhas de actuação e actividades, tanto as qualitativas (estrutura, sistemas e procedimentos) como as quantitativas (metodologias e ferramentas), desenvolvidas durante o ano de 2010 no âmbito da Gestão de Riscos foram as seguintes:

- Reestruturação da função de Administração Financeira e Risco com a incorporação a unidade de Controlo Interno e Risco Operacional e criação de uma nova Direcção denominada por “Serviços Jurídicos, Assessoria Fiscal, Auditoria e Compliance” com dependência directa ao Administrador Delegado;
- Elaboração dos relatórios regulamentares relativos ao Pilar II de Basileia II (Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno “ICAAP”), relativos ao Pilar III (Disciplina de Mercado) e ao risco de concentração de crédito para além do Relatório de Controlo Interno;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos de gestão e controlo de riscos, em particular no que se refere ao risco de crédito com actualização e revisão do Modelo de Cálculo de Imparidade;

- Contínua actualização de manuais e normativos internos, com particular destaque para a revisão das Metodologias de Risco Estrutural (Projecto Matriz);
- Introdução de melhorias nas “ferramentas de gestão” utilizadas nos testes de esforço (Stress Test), para o desenvolvimento de testes internos e nos exercícios conduzidos pelo Banco de Portugal no âmbito dos testes realizados a nível europeu.

Capital económico

É importante destacar que num mundo financeiro tão complexo e globalizado como o actual, o risco não pode dividir-se em compartimentos estanques. De facto, o entendimento do risco Global, o seu controlo eficaz e a sua gestão para alcançar uma relação risco/rentabilidade óptima só se pode alcançar através de uma gestão integrada do mesmo.

Nesta linha, o Grupo desenvolveu metodologias corporativas consistentes de medição do risco, para todos os negócios e tipos de risco, que incorporando os efeitos da diversificação, convergem numa medida comum: o capital económico.

O conceito de “capital económico” ou “capital em risco” baseia-se no vínculo estreito que existe entre o volume de capital necessário a uma entidade financeira e os riscos em que esta incorre. Dados os demais elementos que integram a percepção de solvência de uma entidade, um maior nível de risco deve associar-se a médio prazo a um maior volume de capital, desejando manter o mesmo grau de solvência (que se materializa na sua classificação creditícia ou rating).

O cálculo do “capital económico” permite entender esta relação entre o risco e a necessidade de capital a qualquer nível no Grupo. Desta forma, quanto maiores forem os riscos assumidos numa área de negócio, maior será o capital económico imputado e maior deverá ser o benefício necessário para rentabilizar tal capital.

A valoração da exposição ao risco em termos de “capital económico” permite melhorar o conhecimento do perfil global dos riscos incorridos, bem como conhecer com maior precisão a rentabilidade económica dos negócios e a sua contribuição, ajustada ao risco

e aos resultados da entidade. Deste modo, permite introduzir a rentabilidade do capital, um dos fundamentos essenciais da criação de valor, na gestão diária dos negócios.

No âmbito do Pilar II de Basileia II (Processo de Supervisão) o BBVA (Portugal) desenvolveu um sistema para o cálculo do consumo de capital económico por áreas, em conformidade com a estrutura do Grupo. O relatório (ICAAP), destinado ao Banco de Portugal, é relativo à determinação das necessidades de capital numa perspectiva interna, i.e., no quadro do Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno.

Estas estimativas de capital económico actualizam-se periodicamente, através da análise da evolução do perfil de riscos das distintas áreas. Em simultâneo, decorre o processo de implementação das ferramentas e sistemas corporativos que permitirão à Instituição conhecer, a qualquer nível (cliente, produto, segmento, etc.), desde o nível mínimo de agregação, o consumo de capital económico e a rentabilidade ajustada ao risco.

Em termos consolidados e das sociedades que compõem o Grupo, os modelos internos de medições de “capital económico” complementam-se com as “Normas Reguladoras de Capital” e são validados pelas respectivas Autoridades Supervisoras.

Também importa referir que através da medição do “capital económico” e da rentabilidade ajustada ao risco, tanto no âmbito corporativo, como no âmbito competitivo das unidades de negócio, dispõem-se de novos elementos que irão facilitar a tomada de decisões orientadas para a consecução do objectivo: a criação sustentada de valor para os seus accionistas.

Concluindo, o desenvolvimento quantitativo da Área de Riscos visa dois objectivos: a homogeneidade dos sistemas de medição dos diferentes tipos de riscos, seja qual for a sua natureza; a globalidade na gestão dos riscos, em mercados cada vez mais interdependentes como é caso dos mercados em que opera o conglomerado financeiro multinacional que é o BBVA.

Risco de Crédito

O risco de Crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir) ou do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir as suas obrigações.

A gestão do risco de Crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do seu ciclo de vida (análise, autorização, seguimento e classificação e, se for o caso, a recuperação). É suportada por uma organização matricial que está integrada na estrutura geral de controlo do Grupo, envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Com o objectivo de assegurar uma adequada gestão de risco de crédito o BBVA (Portugal) tem por missão garantir uma equilibrada carteira de crédito, através do seguimento dos limites, das políticas e dos objectivos estabelecidos pelo Grupo, que estão em consonância com a estratégia e o perfil de riscos definido.

Durante o ano 2010, foram efectuados vários desenvolvimentos no âmbito de reforçar os processos utilizados na gestão do risco de Crédito: a implementação de novas versões de rating para Empresas, Hipotecária e Corporativa, a reclassificação da Carteira da Corporativa e separação em Clientes Globais e Corporativos e a actualização dos parâmetros de cálculo da exposição ao risco das diferentes carteiras.

A perda esperada para as diferentes áreas de negócio é estimada e actualizada periodicamente, a par dos cálculos de capital económico. Para esta estimativa utilizam-se os cálculos de probabilidade de insolvência e severidade por carteiras de risco homogéneas, explorando as bases de dados do Banco.

Na sequência das políticas definidas e dos processos de gestão desenvolvidos, os resultados obtidos em 2010 estão em linha com os objectivos estabelecidos para este tipo de risco, de relevância crucial no que se refere à materialidade na exposição global

ao risco do Grupo, assim o rácio de crédito vencido sobre crédito total passou de 0,91% para 1,22%, respectivamente nos finais de 2009 e 2010.

Risco de Mercado

Entende-se pelo conceito de risco de Mercado, o risco que o valor de um investimento/carteira possa sofrer em consequência das alterações das condições gerais de mercado, manifestadas por alterações das taxas de juro, das taxas de câmbio e preços de acções. Os factores de risco que afectam os preços de mercado são: Taxa de juro; Taxa de câmbio; Preço das acções; Vega, Gamma e correlação em opções; Commodities.

A gestão do risco de Mercado visa limitar estas perdas potenciais e otimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados, de acordo com os objectivos fixados pelo Grupo.

A forma de medir o risco de Mercado é através do VaR (Value at Risk ou Valor em Risco). Esta metodologia, que é aplicada na sua modalidade de matriz de co-variâncias, estima a perda máxima de um investimento/carteira que pode produzir-se face às alterações das condições gerais dos mercados financeiros, com um nível de confiança de 99%, para um horizonte temporal de um dia.

Pretende-se, com a medição deste risco, monitorizar as posições próprias do banco limitando as suas perdas, estabelecendo alertas, bem como otimizar rentabilidades ajustadas ao risco.

O risco de mercado da sala de tesouraria é identificado, avaliado e gerido desde a Matriz do Grupo BBVA. Todas as operações contratadas pelo banco e que estejam sujeitas a risco de mercado contribuem para o cálculo do VaR.

O cálculo do VaR e a sua análise são efectuados diariamente. De referir que, mensalmente, é feita uma análise mais em detalhe que permite obter informação mais precisa, de forma a ser discutida em comité próprio (o COAP).

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

10³ Euros

VAR	2010	2009
Máximo	430	354
Médio	156	202
Mínimo	68	72
31 Dez	77	165

A decomposição do VaR a 31 de Dezembro de 2010 por tipo de risco é apresentada de seguida:

10³ Euros

VAR	2010
Taxa de Juro	69
Cambial	10
Renda Variável	47
Efeito de Diversificação	(49)
VAR Total	77

A unidade de Planeamento e Gestão Financeira valida periodicamente os modelos de medição empregues através de backtesting. Comparando os resultados teóricos diários, no pressuposto de que a composição da carteira permanece inalterada, com as estimativas de perda máxima que oferece o VaR. É validado o modelo que assume que o comportamento futuro dos preços de mercado obedece a uma distribuição estatística normal e que é função do passado recente. A aplicação destes testes é ajustada aos standards de validação normalmente aceites.

Adicionalmente, e como complemento das medições de risco efectuadas em condições normais de mercado, realizam-se estimativas periódicas das perdas em que se incorreria em situações de comportamento catastrófico.

Para tal, as posições mantidas são submetidas às condições de mercado que se verificaram em situações críticas no passado, bem como a outras situações anormais obtidas a partir de simulações. Estes testes de stress-testing constituem uma ferramenta suplementar de gestão do risco de mercado que ajuda a avaliar a

capacidade do património do Grupo para absorver perdas significativas em cenários de fraca probabilidade.

Estes limites são aprovados pela Comissão Delegada Permanente, pelo prazo de um ano, em condições normais, e são geridos pelas áreas de mercados que os distribuem internamente entre mesas, produtos, mercados e divisas, de acordo com um critério previamente acordado com a unidade de Gestão Global de Riscos de Mercado.

Risco de Taxa de Juro Estrutural

Define-se como risco de Taxa de Juro a alteração que se produz na margem financeira e/ou no valor patrimonial da Entidade devido a variações nas taxas de juro.

A exposição da Instituição a movimentos adversos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade para a criação de valor económico. O risco de Taxa de Juro deve ser gerido de modo a que não seja excessivo em relação aos Fundos Próprios da Instituição e mantenha uma relação razoável com o resultado esperado.

A gestão, controlo e seguimento do risco de Taxa de Juro requer uma estrutura adequada desde o ponto de vista organizativo, com as áreas e comités necessários para desenvolver estas funções e evitar conflitos de interesses com uma adequada segregação de funções.

No BBVA analisa-se a exposição ao risco Taxa de Juro sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico. Na óptica dos resultados, a análise limita-se a um horizonte temporal de 12 meses, no qual se avalia a incidência de diferentes curvas de taxas de juro sobre a margem financeira anual.

Trabalham-se também hipóteses de comportamento das massas patrimoniais e estratégias de contratação que permitem projectar de forma dinâmica as posições de risco bem como as medidas de sensibilidade.

Na óptica do valor económico, o horizonte temporal de análise é o longo prazo. Através da avaliação do efeito de movimentos das curvas de mercado no valor actual dos

activos, passivos e posições fora do balanço do Grupo. Calcula-se também “a duração” do activo, passivo e posições fora de balanço e consequentemente “a duração” do valor patrimonial.

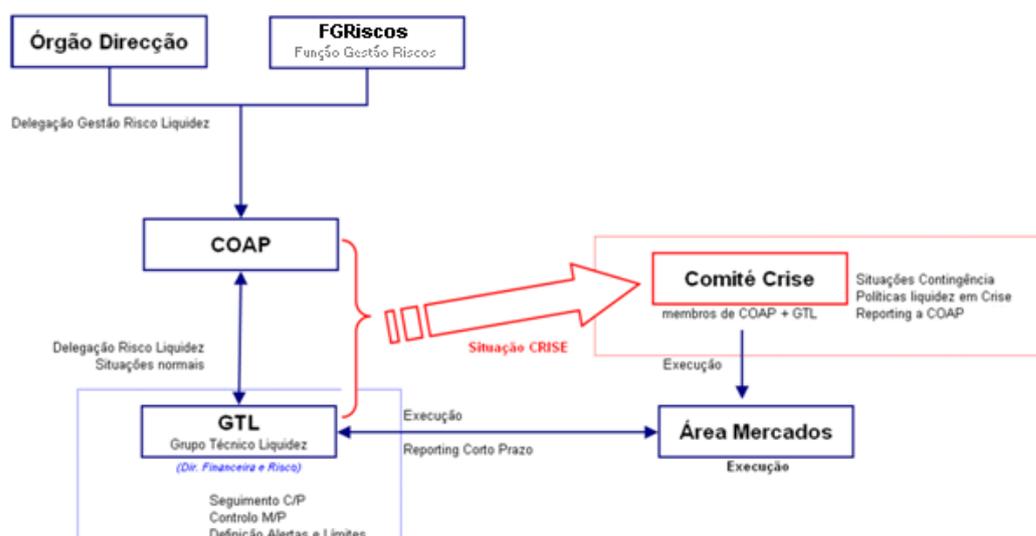
Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Em termos práticos define-se como a probabilidade de que a Instituição não tenha capacidade de fazer face aos seus compromisso de pagamento ou que, para conseguir fazê-lo, tenha que obter fundos em condições penalizadoras.

No BBVA (Portugal) compete ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de Liquidez: para que exista um adequado desfasamento entre rendimentos e pagamentos no tempo, existam activos disponíveis para vender que permitam fazer face a situações de insuficiência de fundos a curto prazo, sejam desenvolvidas políticas de captação de passivos nos mercados grossistas e capacidade de mobilizar activos para obter liquidez.

A Estrutura de gestão de liquidez é a seguinte:



A gestão de risco de Liquidez no Grupo é suportada por dois indicadores: o rácio de liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo.

Em relação ao rácio de Liquidez, a metodologia base de identificação é a usada para o cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de Liquidez, (Mapa de liquidez mensal) e recorre-se de informação da Base de Dados Financeira.

Para analisar as tomadas do Grupo é a área de mercados, quem fornece a informação para a Base de Dados Financeira. Aqui a identificação e análise da situação de liquidez relativamente à evolução do fluxo de financiamento desde o Grupo é realizada numa base diária. O BBVA (Portugal) cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

Risco Cambial

A exposição ao risco cambial nas actividades estruturais, derivada principalmente de activos denominados em divisas distintas das que os financiam, é avaliada de forma periódica no COAP. No quadro das políticas de gestão do risco cambial aprovadas neste Comité, são adoptadas as medidas necessárias em cada momento para o seu atenuamento. No exercício de 2010, não existem valores relevantes a reportar relativamente a este tipo de risco.

Risco Operacional

O risco Operacional, no Grupo BBVA, é objecto de uma definição própria corporativa: entende-se que é aquele risco que pode provocar perdas, em resultado de erros humanos, processos internos inadequados ou defeituosos, falhas nos sistemas e em consequência de acontecimentos externos.

Os objectivos da unidade de Gestão Global do Risco Operacional visam a implementação em toda a organização de uma referência de gestão que permita

identificar, quantificar e seguir estes riscos, com o objectivo de minimizá-los. Para tal desenvolveram-se internamente ferramentas próprias aplicando técnicas de autoavaliação para identificar e quantificar os riscos operacionais. Obtêm-se desta forma mapas de riscos por categorias que permitem estabelecer políticas de mitigação. Durante o ano de 2010 concluiu-se a elaboração dos EV-RO (Avaliação de Risco Operacional) das unidades corporativas: Recuperações, Contabilidade, Planeamento e Gestão Financeira.

Tem vindo a ser implementada uma estrutura organizacional interna de gestão do risco Operacional, desenvolvendo as políticas adequadas para gerir este risco em todos os produtos e actividades da Instituição, bem como processos e sistemas. Em paralelo, os seus procedimentos e resultados, são sujeitos a avaliação pela Auditoria Interna nos trabalhos que realiza, para verificar o cumprimento dos procedimentos estabelecidos, as ferramentas utilizadas e avaliando a gestão do risco Operacional.

Para o seguimento posterior da evolução do risco utiliza-se outra ferramenta baseada no uso de indicadores quantitativos e qualitativos, que constitui um mapa de gestão dinâmico que permite retratar a evolução dos riscos no tempo e conseqüentemente comprovar se as medidas de mitigação produziram os resultados desejados.

6.5 Recursos e Meios

Recursos Humanos

O ano de 2010 caracterizou-se pelos maiores resultados de sempre na área da formação, tendo sido concluído com um total de 59.415 horas, repartidas por 4081 participações, perfazendo uma média de 70 horas de formação por cada colaborador.

Mas, mais importante do que os números, foi a continuidade da aposta numa política de qualidade formativa, onde as acções desenvolvidas, fosse ao nível de formação comportamental, técnica ou linguística, se traduziram em mais valias para os colaboradores do BBVA Portugal, contribuindo para o seu enriquecimento profissional e pessoal.

Em 2010 permaneceu como um dos temas principais a Proximidade com os Colaboradores. Nesse sentido foi elaborado um Plano de Transformação, com equipas de trabalho em sintonia com Recursos Humanos Espanha e Portugal, através do qual se criaram as bases de uma plataforma global de gestão, que passa a integrar sistemas e informações para a Gestão de Colaboradores num formato único para todo o Grupo.

Simultaneamente manteve-se um contacto individual formal com 202 colaboradores, correspondendo a cerca de 26% do total da equipa, através de entrevistas de Gestão de Recursos Humanos integrado no plano de gestão para o ano em curso.

A actividade da área de recrutamento e selecção foi marcada, em média, por 14 necessidades de recrutamento/mês, traduzidas na admissão de 64 colaboradores BBVA e na contratação de 105 colaboradores temporários.

Foi também um ano marcado por inúmeras transferências internas, cerca de 198, com o objectivo de responder às necessidades de recrutamento ou pedidos dos colaboradores, permitindo aproveitar e otimizar o potencial de cada um, afectando cada colaborador à área que melhor se identificava com as suas competências.

Transformação e Qualidade

Esta unidade tem a responsabilidade de todos os projectos de transformação dos modelos de direcção e gestão e estruturas dentro do BBVA Portugal, assim como da qualidade de serviço que é prestada aos nossos clientes.

São de salientar, ao longo do ano 2010, as seguintes acções:

- Novo Modelo de Direcção BEC – Implementação de uma nova estrutura em Banca de empresas com o objectivo de melhorar o serviço prestado às empresas aproximando o centro de decisão do cliente com a criação da função Responsável do Cliente. Por outro lado foram criadas as funções de

especialistas com o intuito de apoiar os clientes nos seguintes produtos/serviços: Net cash, Comex, Factoring, confirming e leasing.

- Novo Modelo de Gestão em Banca Comercial – Criação do Departamento de Gestão Directa com o objectivo de oferecer um serviço inovador em Portugal aos clientes que se relacionam com o banco fora do canal tradicional das agências bancárias.

Sempre pugnando pela qualidade de serviço, o BBVA Portugal foi considerado o 2º melhor banco em termos de atendimento e qualidade de serviço durante o ano de 2010. Este ranking é atribuído pela Multimétrica, empresa que analisa todos os bancos através de visitas mistério às agências bancárias a operar em Portugal.

Organização, Processos e Apoio à Rede

Foram implementadas diversas iniciativas com vista à externalização de processos que permitiram mitigar riscos operacionais e transformar custos fixos em custos variáveis. A actividade deste Departamento permitiu ainda o acompanhamento e a formação preventiva e correctiva junto da Rede de Agências, no âmbito das actividades operativas, por via quer da centralização quer da automatização, com o intuito principal de transformar os processos operativos e complementarmente permitir o incrementar da produtividade comercial.

Compras, Imóveis e Serviços

Foram implementadas melhorias significativas nas instalações, em particular no edifício Sede, onde foi criado um Datacenter, que conta com a introdução de um sistema redundante ao nível do grupo gerador. A actividade desenvolvida teve ainda um forte impacto na redução de custos de bens e serviços de terceiros.

Ao nível da Rede de Agências foram efectuadas obras de conservação a vários imóveis, de onde se destaca a intervenção levada a cabo na Agência de Braga, onde foi implementado um projecto de remodelação total que permitiu um aumento da qualidade e da comodidade do espaço.

Seguimento dos programas de eco eficiência no âmbito da poupança de energia e da redução de uso de papel.

7. Actividade das Empresas Subsidiárias e de Consolidação

7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

▪ Consolidação Integral

7.1 BBVA GEST – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Activo Líquido	7.206.209 €
Situação Líquida	7.085.946 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	251.809 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA Gest iniciou o ano de 2010 com uma quota de mercado de 1.42%, tendo em 31/12/2010 terminado o ano com uma quota de mercado de 1.25%.

A 31 de Dezembro de 2010 os activos sob gestão totalizaram 177 milhões de Euros.

Em linha com o comportamento da indústria de fundos que registou no ano uma variação de -17.47% (dados APFIPP), o património sob gestão da BBVA Gest registou uma variação de -27.63%. Esta diminuição é fortemente condicionada pela liquidação de fundos de capital garantido. A liquidação destes fundos, de acordo com as condições previstas nos documentos constitutivos, contribuiu para a variação do património sob gestão em -63.83%, com 88 milhões de euros.

Expurgando o efeito da liquidação de fundos em 2010 e o lançamento do FCG BBVA Investimento Europa (Janeiro de 2010), o património sob gestão regista no período em análise uma variação de 11.45%.

A 31 de Dezembro de 2010 os activos sob gestão totalizaram 177 milhões de Euros.

	PATRIMÓNIO
	31-12-2010
BBVA BOLSA EURO	7.787.023
F.C.G. EURO CONSOLIDADO BBVA	12.058.551
F.C.G.TOP DIVIDENDO II BBVA	4.917.713
FUNDO PPA - Fundo de Índice PSI 20	3.317.176
BBVA OBRIGAÇÕES	9.731.812
BBVA OBRG GOV OU EQUIPARADOS ZONA EURO	9.887.949
BBVA CASH - FUNDO DE TESOURARIA	70.104.945
BBVA MULTIACTIVO FLEXÍVEL - FEI	26.067.236
Fundo Especial Inv.de Capital Garantido BBVA INVESTIMENTO EUROPA	5.166.092
BBVA GESTAO FLEXIVEL FIA	28.047.764
TOTAL	177.086.261

7.2 BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Liquido	28.802.712 €
Situação Líquida	10.163.670 €
Capital Social	7.500.000 €
Resultado Líquido	-257.975 €
Participação do BBVA	100%

A deliberação de reduzir a actividade comercial da BBVA Leasimo, já que a mesma é realizada, desde meados de 2005, no balanço do BBVA Portugal, focando-se a empresa na gestão da carteira actual de clientes, constitui o factor explicativo da inexistência de novos contratos.

A redução da actividade comercial, com a sua conseqüente transferência para o balanço do BBVA Portugal, reflecte-se numa quebra do Activo Total que registou, no final do ano, o valor de € 28.802.712, valor inferior em 18,1% ao observado no ano anterior.

O Resultado Líquido que, neste exercício, foi negativo em € 257.975, assenta numa redução significativa da Margem Financeira, directamente ligada à referida redução da actividade, e a uma menor obtenção de mais valias.

7.3 Invesco Management nº1, S.A.

Activo Liquido	10.343.534 €
Situação Líquida	9.720.911 €
Capital Social	16.212.000 €
Resultado Líquido	- 103.981 €
Participação do BBVA	100%

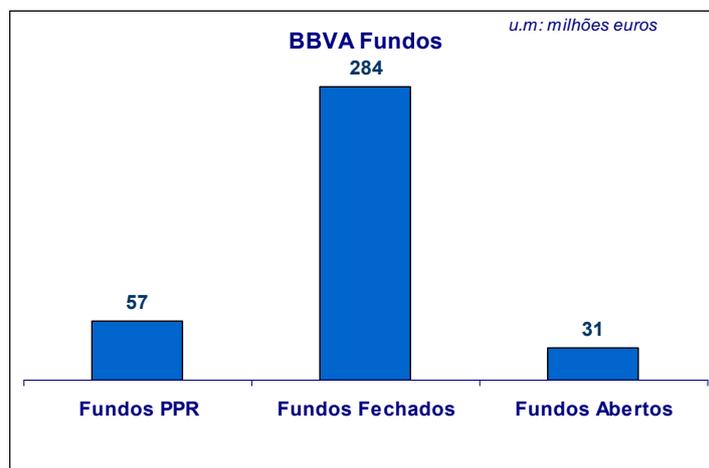
O BBVA adquiriu, em Julho de 2006, a sociedade Invesco Management nº1, sociedade de serviços auxiliares com sede no Luxemburgo. Por sua vez, esta sociedade constituiu a sociedade Invesco Management nº2, na qual detém uma participação de 100,0%, e que se dedica à gestão de créditos hipotecários em contencioso.

7.5 BBVA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Activo Liquido	8.679.303 €
Situação Líquida	8.234.291 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	1.786.666 €
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:

Uni: mil euros



A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, área de empresas e de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

De acordo com os dados divulgados pela entidade de supervisão do sector, Instituto de Seguros de Portugal (ISP), a BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 372 milhões de Euros, com uma diminuição no valor sob gestão de 5,2% em relação ao ano anterior.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos subiu um lugar no ranking de entidades gestoras a operar no mercado português, num universo de 28 operadores, com uma quota de mercado actual de 1,89%, o que representou um acréscimo em relação à quota do ano anterior, que foi de 1,79%. Ocupa a 8ª posição no ranking global, mantendo-se como a primeira a surgir logo após as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

Em termos de linhas de negócio, a BBVA Fundos possui actualmente sob sua gestão 9 fundos de pensões, dos quais 4 são do tipo poupança reforma, 2 pertencem à categoria de fundos fechados e os restantes 3 à de fundos de pensões abertos

A orientação comercial da gestora manteve-se focada na comercialização de Fundos Abertos e PPR, reconhecidos de forma geral como produtos com características que possibilitam um planeamento eficaz de um complemento de reforma, com o objectivo de atenuar as alterações introduzidas pela Reforma da Segurança Social.

Durante o ano de 2010, na captação de novos clientes registou-se um assinalável êxito, com um forte crescimento do número de transferências recebidas de outras instituições, para a qual contribuiu a campanha de atribuição de um prémio de 5%, convertido em unidades de participação (valor ilíquido), sobre os valores transferidos. A mesma oferta estendeu-se aos valores subscritos durante o ano, quer para os Fundos Abertos, quer para os Fundos PPR.

Em relação aos objectivos para 2011, a Gestora aposta na continuação de um crescimento dos valores captados, fundamentalmente ao nível das adesões. Individuais, mas também na aposta de uma crescente presença junto das empresas, tendo em conta as alterações produzidas no regime de Segurança Social, e consequente expectativa de diminuição do valor das reformas, o que, em conjunto com a agudização da crise financeira nos países periféricos, onde se inclui Portugal, levará inevitavelmente a mudanças profundas no sistema de pensões, às quais as empresas não poderão deixar de estar atentas, pelas importantes repercussões junto dos seus trabalhadores.

8. Análise Económico-Financeira do Grupo

8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem as contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe e as das suas subsidiárias, empresas onde o BBVA detém o controlo ou o poder de gerir as respectivas políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras das subsidiárias são consolidadas pelo método integral.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e com a sua transposição para o ordenamento jurídico português, através do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, o BBVA elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Introdução – Condicionantes da actividade

O crescimento mundial em 2010 foi melhor que o previsto, 4,8%, graças à melhoria das perspectivas entre as economias avançadas, após as medidas de estímulo fiscal levadas a cabo em 2009. Na verdade, apesar das tensões no mercado financeiro terem piorado na Europa depois do segundo trimestre de 2010, a actividade económica na região foi acelerando, demonstrando assim, pelo menos temporariamente, algum grau de dissociação entre actividade económica real e financeira.

A crise soberana na Europa, principalmente nas economias periféricas, obrigou a um significativo esforço financeiro. As preocupações com a sustentabilidade das contas públicas e as perdas do sector financeiro, nomeadamente na Irlanda, causaram um aumento dos spreads de dívida soberana nestes países e pressões acrescidas sobre o financiamento. Acresce a preocupação com a capacidade de alguns países periféricos como Portugal, para cumprir as suas metas de défice orçamental e dúvidas sobre a capacidade de gerar crescimento suficiente para fazer face ao serviço da dívida

Os efeitos da crise condicionaram desfavoravelmente o sector bancário em Portugal, cuja maior vulnerabilidade se situa ao nível da liquidez, já que ao nível da solvabilidade a sua situação permanece confortável. O aumento dos prémios de risco e a dificuldade de acesso aos mercados financeiros internacionais limitaram a actividade bancária e implicaram uma crescente selectividade no crédito concedido e um aumento das taxas de juro praticadas.

Assistiu-se paralelamente a um aumento da captação de depósitos, que aumentam a sua preponderância estratégica enquanto principal fonte de recursos para a banca. O aumento da incerteza e da aversão ao risco também se traduziu numa maior apetência por este tipo de aplicações de poupança, nomeadamente a partir do segundo semestre. Em 2010 continuou a desaceleração do crédito interno. Segundo dados do Banco de Portugal o crescimento anual do crédito ao sector não monetário, exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 1,4% em Dezembro, valor que compara com 2,2% em Dezembro de 2009, reflectindo a moderação na procura de crédito derivada da queda do investimento e da moderação do consumo privado. O financiamento a particulares apresenta uma desaceleração (1,9% em Dezembro de 2010 face a 2,3% em Dezembro de 2009), que depende da contracção do crédito ao consumo e outros fins, -0,6% em 2010, face a 0,9% em Dezembro de 2009, já que, no segmento habitação o crescimento se manteve estável, 2,5%. No crédito a sociedades não financeiras verificou-se uma estagnação, depois de ter crescido 1,9% em Dezembro de 2009.

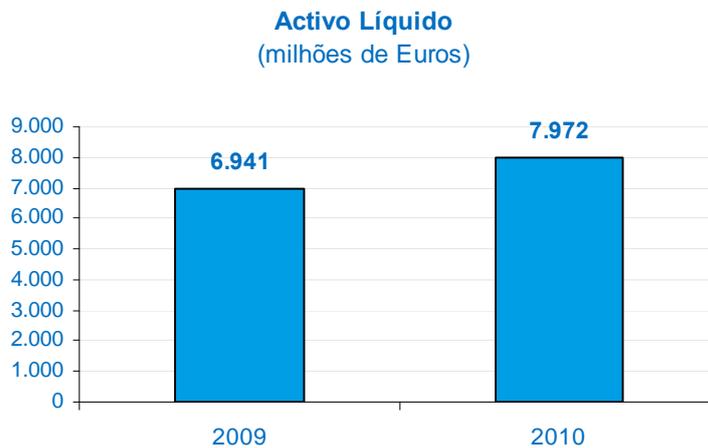
Reflectindo os ajustamentos económicos e a significativa deterioração do mercado de trabalho, assistiu-se a um ligeiro aumento dos níveis de incumprimento que se fixaram, para particulares e empresas não financeiras e segundo dados do Boletim Estatístico do Banco de Portugal relativos a Dezembro de 2010 em, respectivamente, 2,82 % (face a 2,65% em Dezembro de 2009), e 4,0% (que compara com 3,9% em Dezembro do ano anterior).

Verificou-se igualmente uma evolução positiva na captação de depósitos, crescendo em Setembro em termos anuais, 6,6%, face a uma quase estagnação anual em Dezembro de 2009.

Actividade

Activo

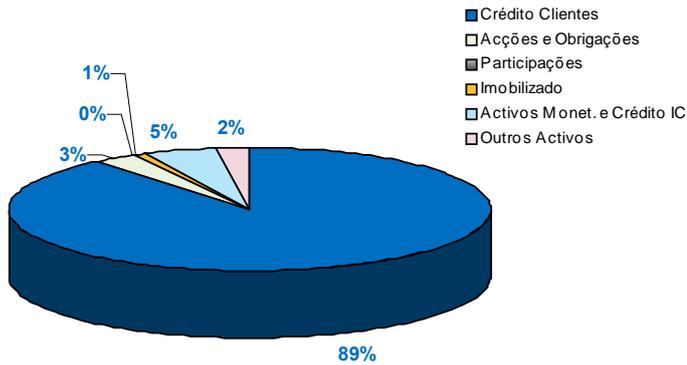
No final de 2010 o Activo Líquido consolidado do BBVA ascendia a 7.972 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 14,8% face ao ano anterior, mais 1.031 milhões de euros.



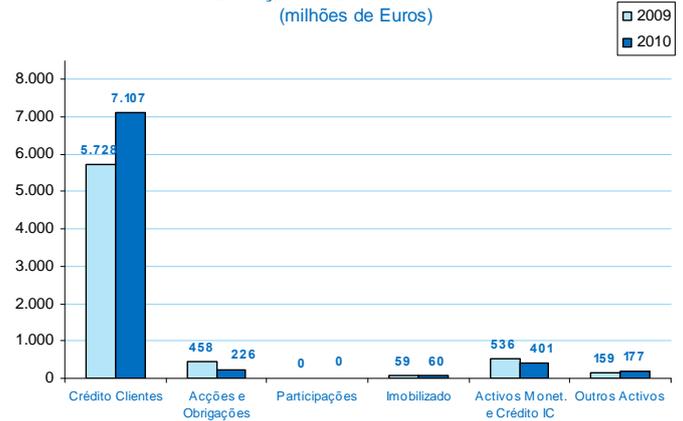
Este crescimento assenta no comportamento da carteira de crédito, mais 1.378 M.€. Ao analisarmos a estrutura do Activo, 89% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes, o que traduz um aumento do seu peso relativo em 6,6 pontos percentuais (p.p.). As componentes de Acções e Obrigações, com menos 3,8 p.p., apresentaram um menor peso relativo que no ano transacto. Idêntica evolução sofreram as componentes

Activos Monetários e Crédito a Instituições de Crédito, que passaram a apresentar um peso relativo de 5%, face aos 7,7% do ano transacto.

Estrutura do Activo - 2010



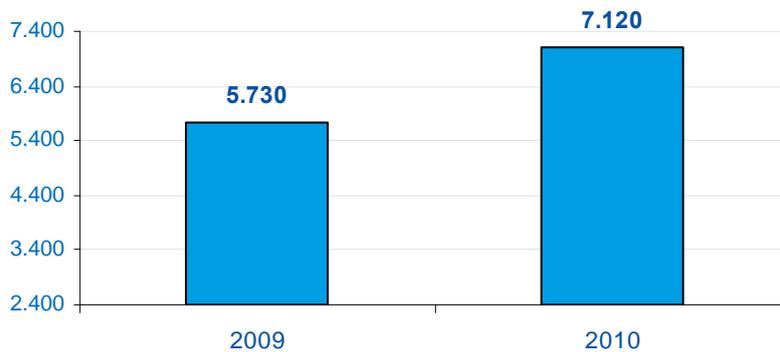
Evolução da Estrutura do Activo
(milhões de Euros)



Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes atingiu 7.107 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, registando um crescimento de 24,1 % face a idêntico período do ano anterior.

Crédito a Clientes
(milhões de Euros)



No quadro seguinte, que representa a repartição do crédito por segmentos, verifica-se que o Crédito a Empresas, que apresentou, em 2010, um crescimento de 17,0%, representa 55,7% do Crédito Total enquanto que o Crédito a Particulares, que contribui

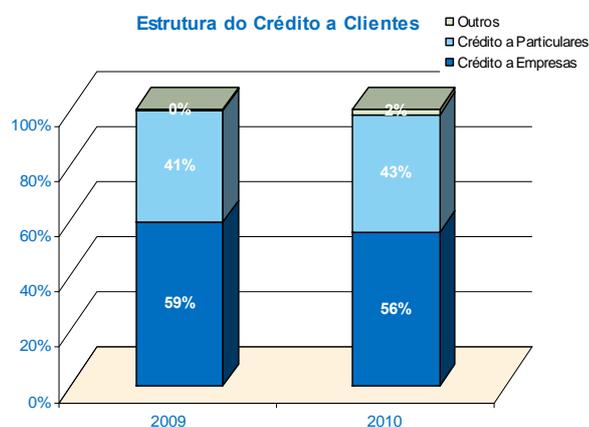
com 42,6 % para a carteira de crédito, teve um expressivo aumento de 723,7M€, registando um acréscimo de 30,7%.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2010		2009		Var 09/08(%)
		%		%	
Crédito a Empresas	4.018.921	55,7	3.435.501	59,1	17,0
Crédito a Particulares	3.078.541	42,6	2.354.795	40,6	30,7
• Crédito Habitação	2.890.704	40,0	2.129.325	36,7	35,8
• Outro Crédito Particulares	187.837	2,6	225.470	3,9	-16,7
Outros Créditos	124.189	1,7	19.595	0,3	533,8
Total do Crédito (bruto)	7.221.651	100,0	5.809.891	100,0	24,3

No crédito a particulares salienta-se, uma vez mais, o desempenho do crédito à habitação. Este segmento apresentou um aumento de 36,7% face a idêntico período do ano anterior, ascendendo a 2.891 milhões de euros em Dezembro de 2010 e representando 40,0% do crédito total concedido. Este significativo aumento é tanto mais relevante quanto se assistiu, ao longo de 2010, a um crescimento de apenas 2,5% no crédito à habitação no conjunto do sistema financeiro português. A diversidade, adaptabilidade e competitividade das propostas apresentadas, permitiram alcançar uma quota de mercado de 9,3% nas novas operações de crédito à habitação no ano de 2010, permanecendo este segmento como o principal dinamizador do crescimento da actividade.

Por sua vez, o outro crédito a particulares evidenciou um decréscimo de 16,7%.



O crescimento do Crédito foi acompanhado por uma atenta política de controlo e análise da qualidade da carteira de crédito e por uma acrescida prudência e reforçado rigor na sua avaliação, acompanhamento e recuperação. No entanto, o agravamento das condições económicas e financeiras conduziu a um aumento da sinistralidade. O rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, que continua a situar-se em níveis confortáveis quando comparado com o sector, atingiu 1,50% em 2010, valor que era de 0,92% em 2009.

O montante de crédito vencido atingiu 108.563 milhares de euros em Dezembro de 2010. Este valor compara com 53.434 milhares de euros em idêntico período do ano anterior e traduz um acréscimo de 103,2%. O grau de cobertura de crédito vencido evoluiu de 152,5% no ano de 2009 para 106,0% em Dezembro de 2010.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	2010	2009	Var (%)
Crédito e juros vencidos	108.563	53.434	103,2
Mais de 90 dias (a)	80.568	45.877	75,6
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	6.262	8.815	-29,0
Crédito em incumprimento(a+b)	86.830	54.692	58,8
Crédito vencido/Crédito total	1,50%	0,92%	0,58
Mais de 90 dias/Crédito total	1,12%	0,79%	0,33
Crédito em incumprimento/Crédito total	1,20%	0,94%	0,26
Cobertura do crédito vencido	106,0%	152,5%	-46,5
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	142,8%	177,7%	-34,9
Cobertura do crédito em incumprimento	132,5%	149,0%	-16,5

Se considerarmos exclusivamente o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores passam, em 2010, para 1,12%, no que respeita ao rácio relativo ao crédito total e a 142,8% no que concerne ao rácio de cobertura.

Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 26,3% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até três meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de 51,5%. A evolução verificada em 2010 face ao ano anterior traduz um aumento de concentração nos prazos mais longos, a que não é alheio o crescimento significativo do crédito à habitação. De referir igualmente que, no final de 2010, o crédito contratado a mais de um ano correspondia a 65,6% do total de crédito concedido.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR PRAZO VENCIMENTO	2010	%	2009	%	Var (%)
Até 3 meses	1.897.413	26,3	1.670.020	28,7	13,6
De 3 meses a 1 ano	587.832	8,1	660.280	11,4	-11,0
De 1 a 5 anos	908.651	12,6	734.911	12,7	23,6
Mais de 5 anos	3.719.192	51,5	2.691.246	46,3	38,2
Vencidos	108.563	1,5	53.434	0,9	103,2
Total do Crédito (bruto)	7.221.651	100,0	5.809.891	100,0	24,3

Recursos de Clientes

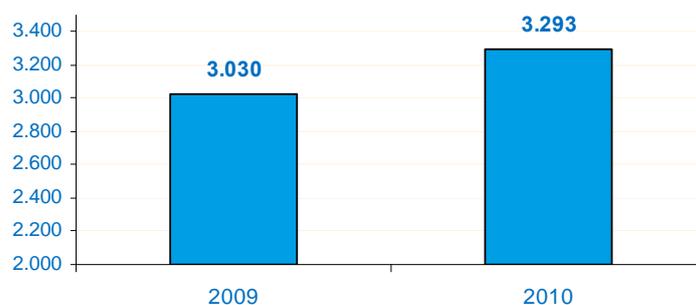
Os recursos totais de clientes (dentro e fora de balanço) apresentaram um acréscimo de 4,8% em 31 de Dezembro de 2010.

RECURSOS GERIDOS	2010	2009	Var %
Depósitos de Clientes	3.293.265	3.030.020	8,7
Outros Recursos fora de Balanço	548.709	636.654	-13,8
Total de Recursos Geridos	3.841.974	3.666.674	4,8

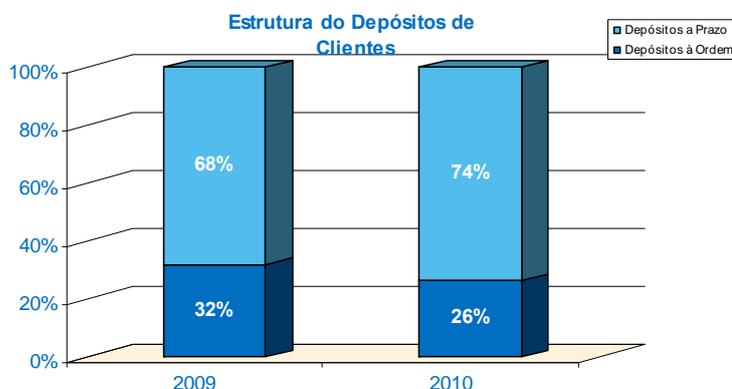
Sujeitos ao ambiente volátil dos mercados financeiros e ao aumento da incerteza e da aversão ao risco, os Recursos Fora de Balanço apresentaram uma evolução negativa de 13,8%.

Os Débitos para com Clientes apresentaram um relevante acréscimo, 8,7%. Assim, em 31 de Dezembro de 2010, o valor dos Depósitos de Clientes, atingia 3.293 milhões de euros, mais 263 milhões do que em 2009.

Depósitos Clientes
(milhões de Euros)

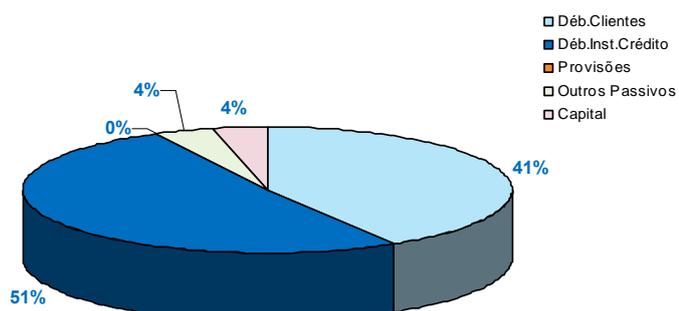


Este comportamento traduz-se, quando se analisa a estrutura dos Depósitos, num aumento do peso relativo dos Depósitos a Prazo, que passaram a representar 73,6% no total dos Depósitos. Os Depósitos à Ordem sofreram um decréscimo de 12,2%.

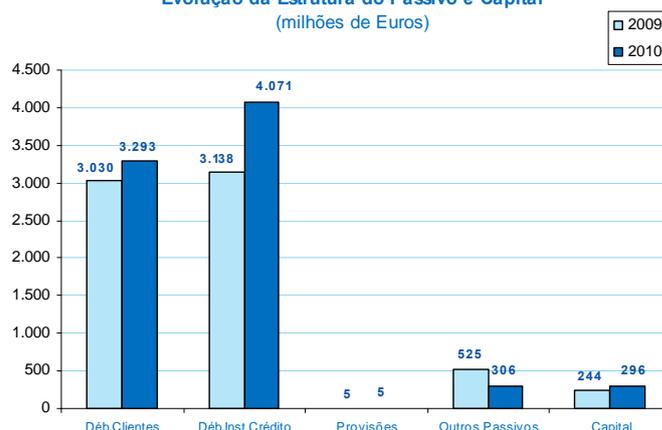


Apesar do acréscimo dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço, o aumento substantivo na concessão de crédito não permitiu uma diminuição do rácio de transformação desses recursos em Crédito, passando esse rácio a registar um valor de 216% em 2010.

Estrutura do Passivo e Capital - 2010



Evolução da Estrutura do Passivo e Capital
(milhões de Euros)



Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 51% do total de recursos (peso relativo superior ao de 2009 em seis pontos percentuais), e os recursos provenientes de Depósitos de Clientes 41% (44% no período homólogo). O financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 98%.

Análise da Conta de Resultados

O ano de 2010 caracterizou-se novamente por ser particularmente exigente e complexo, marcado pela incerteza nos mercados financeiros, novos regulamentos e exigências, alterações significativas ao nível dos preços e crescente selectividade.

É neste difícil contexto que o Resultado do BBVA Portugal foi favoravelmente influenciado pela contribuição das comissões e pelo controlo dos gastos. Não obstante, o comportamento desfavorável da Margem Financeira e o reforço das provisões, associado ao incremento do volume de negócio, a um aumento de insolvências e a uma

atitude de prudência, condicionaram negativamente a evolução do Resultado, que se fixou em 8,0 milhões de euros negativos.

Conta de Resultados	31-Dez-10	31-Dez-09	Abs	Δ%
(+) Juros e rendimentos similares	199.491	243.250	-43.759	-18,0%
(-) Juros e encargos similares	125.479	160.908	-35.429	-22,0%
(=) Margem Financeira	74.011	82.342	-8.331	-10,1%
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	514	495	19	3,8%
(+) Result. Serviços e Comissões	34.994	28.342	6.652	23,5%
(+) Outros Resultados Exploração	6.758	10.775	-4.017	-37,3%
(=) Produto Bancário	116.278	121.954	-5.677	-4,7%
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	89.501	86.636	2.865	3,3%
(-) Amortizações	4.073	3.659	414	11,3%
(-) Provisões, Imparidade e Correc. de Valor	35.080	23.312	11.768	50,5%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	-12.377	8.347	-20.724	-248,3%
(-) Impostos s/lucros	-4.341	1.018	-5.359	-526,5%
(-) Impostos correntes	5.720	2.217	3.503	158,0%
(-) Impostos diferidos	-10.061	-1.199	-8.862	739,1%
(=) Resultado Líquido	-8.035	7.329	-15.364	-209,6%

Margem Financeira

Em 2010 assistiu-se a uma redução da Margem Financeira. Para além de um efeito base considerável, esta redução deve-se ainda, por um lado, à recente evolução em alta das taxas de juro na área do euro, que se transmitiu mais rapidamente ao custo dos passivos que à rentabilidade dos activos, e, por outro, ao encarecimento na obtenção de recursos no mercado e à alteração progressiva da carteira de crédito para componentes de menor risco. A Margem Financeira sofreu assim uma variação negativa de 10,1% e, apesar de constituir a principal componente de obtenção de resultados, o seu peso relativo foi inferior ao do ano transacto, 63,7% face a 67,5%.

Comissões

As comissões, que ascenderam a 35,0 Milhões de euros, apresentaram um valor superior ao do ano anterior, mais 23,5%. Esta evolução deveu-se principalmente ao

bom comportamento das comissões associadas à Gestão de Activos, a principal componente das comissões, e às comissões de Cobrança e Pagamento.

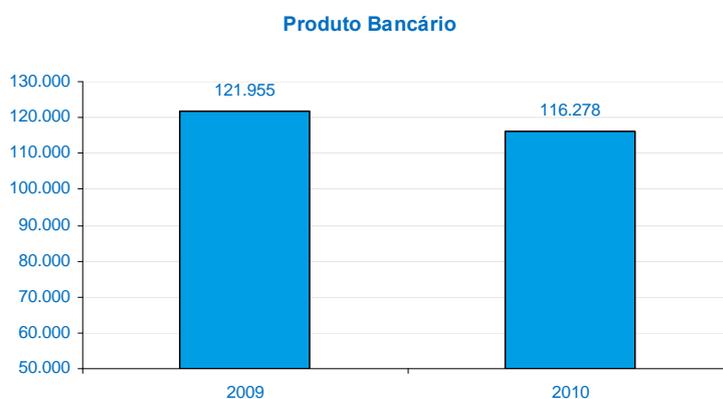
Unidade: milhares de euros

COMISSÕES LÍQUIDAS	2010	%	2009	%	Var (%)
De Operações de Crédito	3.980	11,4	2.945	10,4	35,1
De Garantias e Avaes	-1.180	-3,4	-665	-2,3	77,4
De Cobrança e Pagamento	7.423	21,2	5.863	20,7	26,6
De Gestão de Activos	15.699	44,9	12.303	43,4	27,6
De Seguros	2.574	7,4	2.446	8,6	5,2
De Manutenção de Contas	1.901	5,4	2.617	9,2	-27,4
Outras	4.597	13,1	2.833	10,0	62,3
Total	34.994	100,0	28.342	100,0	23,5

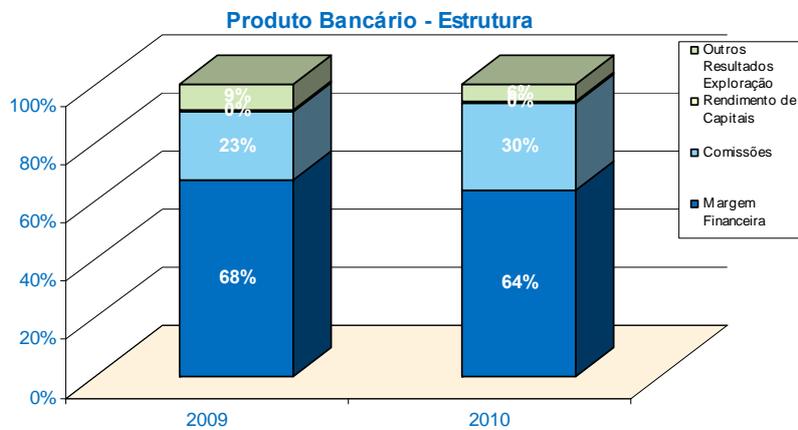
Ao analisar a composição das comissões salienta-se igualmente o bom comportamento das Outras Comissões que, representando 13,1% do total das comissões, apresentaram um acréscimo de 62,3%, reflectindo o impacto do aumento de comissões por prestação de serviços.

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 116.278 milhares de euros, valor que representa uma evolução negativa de 4,7% face a 2009.



Apesar de positivamente influenciado pelo comportamento já referido das Comissões, o Produto Bancário sofreu de um desempenho menos positivo quer da Margem Financeira, quer da componente Outros Resultados de Exploração, que englobam os resultados em operações financeiras e outros proveitos de exploração. Com um decréscimo de 37,3% face ao período homólogo, reflectem o desempenho desfavorável do mercado accionista, onde pontuou o aumento da incerteza e o agravamento do risco.



Custos de Estrutura

Os Custos de Estrutura elevaram-se a 93,6 Milhões de euros, mais 3,6% do que em 2009. Continuou o processo de reorganização e rejuvenescimento do quadro de colaboradores. Em consequência, os custos com pessoal aumentaram 2,3 milhões de euros, ascendendo a 60,8 milhões de euros, valor que compara com 58,5 milhões de euros dispendidos em 2009.



A parte correspondente a remunerações continuou a ser a componente mais significativa, representando 59% do total dos custos de pessoal no final de 2010. Assistiu-se a um aumento dos custos associados a fundo de pensões, que passaram a corresponder a 30% do total dos custos com pessoal, valor que compara com 27% no ano anterior.

Prosseguindo uma política de racionalização e transformação de estruturas, foi visível a contenção dos Outros Custos Administrativos em várias das suas componentes. Assim, os Outros Custos Administrativos totalizaram 28,7 milhões de euros, mais 1,9% do que o valor registado em igual período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2010	%	2009	%	Var (%)
Fornecimento de Terceiros	1.774	6,2	1.707	6,1	3,9
Rendas e Alugueres	2.617	9,1	3.149	11,2	-16,9
Comunicações, Despesas Expedição	3.133	10,9	3.339	11,9	-6,2
Deslocações Estrang. e representação	1.049	3,7	1.067	3,8	-1,7
Publicidade e Publicações	2.870	10,0	2.741	9,7	4,7
Avenças e Honorários	1.015	3,6	786	2,8	29,1
Conservação e Reparação	768	2,7	728	2,6	5,5
Seguros	384	1,3	387	1,4	-0,8
Judiciais, Contencioso, Notariado	442	1,5	584	2,1	-24,3
Informática e Trabalhos Especializados	7.523	26,2	7.023	24,9	7,1
Outros serviços de Terceiros	7.102	24,8	6.641	23,5	6,9
Total	28.677	100,0	28.152	100	1,9

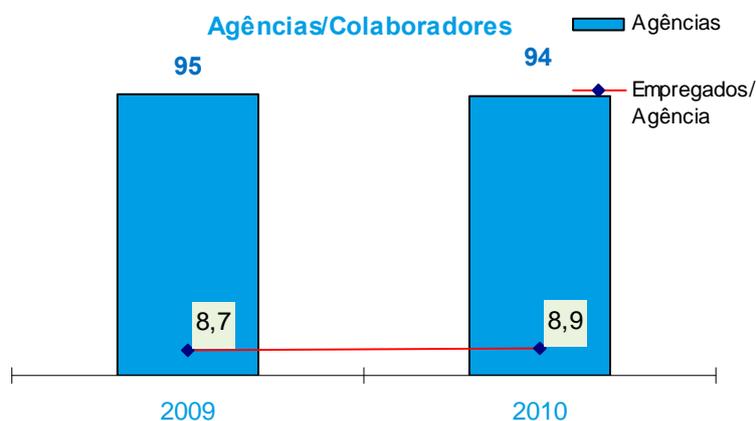
O aumento, ainda que controlado, dos Custos de Estrutura, conjugado com a redução do produto bancário, reflectiu-se negativamente no rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos referidos custos, que se fixou em 80,5%. Não considerando os gastos com Amortizações, este rácio seria de 77,0 %.

Unidade: milhares de euros

CUSTOS DE ESTRUTURA	2010	%	2009	%	Var (%)
Custos com Pessoal (a)	60.824	65,0	58.484	64,7	4,0
Outros Custos Administrativos (b)	28.677	30,6	28.152	31,2	1,9
Custos de Funcionamento (a+b)	89.501	95,6	86.636	95,9	3,3
Amortizações (c)	4.073	4,4	3.659	4,1	11,3
Custos de Estrutura (a+b+c)	93.574	100,0	90.295	100,0	3,6
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	52,3		48,0		
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	77,0		71,0		
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	80,5		74,0		

(*) Calculado de acordo com a instrução nº16/2004,

O número de funcionários do Banco apresentou um ligeiro acréscimo, fixando-se o seu número, no final de 2010, em 836.



O Resultado Líquido em 2010 foi negativo em 8,0 milhões de euros.

A rentabilidade bruta média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de -4,86%, valor que compara com 3,52% no período homólogo. Por sua vez, a

Rendibilidade bruta do Activo médio (ROA) foi de -0,16% em 2010 face a 0,12% em 2009.

Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rendibilidade em Dezembro de 2010 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

RENDIBILIDADE	%	
	2010	2009
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	-4,86	3,52
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	1,53	1,77
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	-0,16	0,12

O ano de 2010 foi difícil para Portugal e 2011 continuará a sê-lo. É neste contexto que o BBVA continuou a gerar receitas recorrentes e a captar depósitos, posicionando-se de uma forma diferencial na nova indústria financeira do futuro.

Em 2011, o BBVA vai promover um modelo de negócio cada vez mais diversificado, com foco no cliente, numa eficiente distribuição, mais adequada à evolução das suas necessidades, e na gestão de riscos. O BBVA continuará a criar valor, através de um investimento contínuo em tecnologia e inovação, a facilitar a vida das pessoas e a incentivar o crescimento e desenvolvimento.

9. Reconhecimento Publico

9. Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração dispensada.

O Conselho de Administração



Lisboa, 17 de Fevereiro de 2011

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas: 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2010, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 253.332.454 acções, correspondendo a 90,4758764% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 26.667.396 acções, correspondendo a 9,5240700% do capital social da sociedade.

**Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos
(Carta-Circular nº 97/2008/DSB, de 03 de Dezembro, do Banco de Portugal)**

1. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

O modelo de negócio encontra-se detalhadamente descrito no ponto 5. do Relatório de Gestão.

2. Estratégias e Objectivos

As estratégias e os objectivos estão igualmente contemplados no ponto 5. do Relatório de Gestão. Não existem, no BBVA, operações de titularização.

No Relatório de Gestão, no capítulo 8. é apresentada uma análise pormenorizada da actividade e resultados do BBVA em 2010.

3,4 e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 5., 6. e 8. do Relatório de Gestão, bem como na Nota 3. do Anexo às Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

2. Riscos e Gestão de Riscos

6 e 7. Descrição, natureza e práticas de gestão de risco

No ponto 6.4 do Relatório de Gestão, bem como na Nota 41. do Anexo às Demonstrações Financeiras, é apresentado um conjunto de informação que descreve as práticas de gestão de risco, sua monitorização e controlo.

3. Impacto do período de Turbulência Financeira nos Resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

O exercício de 2010 foi marcado por um enquadramento macroeconómico complexo, assistindo-se à intensificação dos impactos da crise soberana e à sua propagação ao sector financeiro. Este aumento de turbulência traduziu-se, nomeadamente, em dificuldades acrescidas de liquidez, maiores custos de

funding, aumento da aversão ao risco e preocupação acrescidas com a deterioração da qualidade dos activos. A necessidade de forte correcção das contas públicas, com as medidas restritivas associadas, a desaceleração económica, a partir do segundo semestre e o aumento do desemprego, tiveram um forte impacto sobre a rentabilidade do sector financeiro.

No BBVA, a crise soberana e financeira influenciou os resultados principalmente: ao nível da margem financeira, pressionada pela dificuldade de ajustar o aumento do custo de fundos à evolução das taxas activas e pelo perfil da carteira de crédito (elevado peso do crédito à habitação); ao nível do aumento da imparidade de crédito, pelo aumento do desemprego e das medidas restritivas associadas à necessária correcção das contas públicas.

No ponto 8. do Relatório de Gestão é feita uma análise qualitativa e quantitativa da evolução da actividade e dos resultados do Banco e do impacto do período de turbulência financeira.

9., 10., 11., 12., 13., 14., 15.

Não aplicável

4. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16., 17., 18., 19., 20., 21.

Não aplicável

5. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

22. Produtos Estruturados

A política de classificação destes produtos está desenvolvida na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável

24 e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras são descritas as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

6. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização**26. Descrição das políticas e princípios de divulgação**

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira do BBVA baseiam-se na transparência, obedecendo a todos os requisitos de natureza regulamentar.

De entre a informação disponibilizada salienta-se o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2010			2009	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	85.823	-	85.823	78.588	Passivos financeiros detidos para negociação	8	69.532	271.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	45.501	(10)	45.491	51.722	Recursos de outras instituições de crédito	19	4.071.344	3.137.606
Activos financeiros detidos para negociação	7	94.136	-	94.136	293.686	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	3.293.265	3.030.020
Activos financeiros disponíveis para venda	10	132.856	(614)	132.242	164.674	Derivados de cobertura	8	10.777	31.898
Aplicações em instituições de crédito	11	270.069	-	270.069	405.723	Provisões	21	4.974	4.655
Crédito a clientes	12	7.221.651	(115.022)	7.106.629	5.728.391	Passivos por impostos correntes	16	100	3.740
Derivados de cobertura	8	4.798	-	4.798	25.681	Passivos por impostos diferidos	16	118	112
Activos não correntes detidos para venda	13	9	-	9	5	Outros passivos subordinados	22	150.026	170.019
Outros activos tangíveis	14	140.810	(84.858)	55.952	55.746	Outros passivos	23	75.670	47.533
Activos intangíveis	15	6.424	(1.980)	4.444	3.539	Total do passivo		<u>7.675.806</u>	<u>6.697.172</u>
Activos por impostos correntes	16	718	-	718	668	Capital	25	280.000	220.000
Activos por impostos diferidos	16	42.095	-	42.095	32.046	Prémios de emissão	25	7.008	7.008
Outros activos	17	137.184	(7.821)	129.363	100.579	Reservas de reavaliação	26	3.020	1.616
						Outras reservas e resultados transitados	26	13.970	7.923
						Resultado líquido consolidado do exercício	26	(8.035)	7.329
						Total do capital próprio		<u>295.963</u>	<u>243.876</u>
Total do Activo		<u>8.182.074</u>	<u>(210.305)</u>	<u>7.971.769</u>	<u>6.941.048</u>	Total do passivo e do capital próprio		<u>7.971.769</u>	<u>6.941.048</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e rendimentos similares	27	199.490	243.250
Juros e encargos similares	28	(125.479)	(160.908)
Margem financeira		<u>74.011</u>	<u>82.342</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	29	514	495
Rendimentos de serviços e comissões	30	43.314	36.656
Encargos com serviços e comissões	30	(8.319)	(8.314)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	31	(1.945)	3.778
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	268	361
Resultados de reavaliação cambial	33	935	1.057
Resultados de alienação de outros activos	34	(289)	(368)
Outros resultados de exploração	35	7.789	5.947
Produto bancário		<u>116.278</u>	<u>121.954</u>
Custos com pessoal	36	(60.824)	(58.484)
Gastos gerais administrativos	37	(28.678)	(28.152)
Amortizações do exercício	14 e 15	(4.073)	(3.659)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	21	(1.275)	(1.195)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(34.207)	(23.672)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	21	2	-
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	21	400	1.555
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>(12.377)</u>	<u>8.347</u>
Impostos sobre lucros			
Correntes	16	(5.720)	(2.217)
Diferidos	16	10.062	1.199
		<u>4.342</u>	<u>(1.018)</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>(8.035)</u>	<u>7.329</u>
Resultado por acção básico		<u>(0,03)</u>	<u>0,03</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado consolidado do exercício	<u>(8.035)</u>	<u>7.329</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
· Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(338)	8.283
· Impacto fiscal	98	(2.195)
Total	<u>(240)</u>	<u>6.088</u>
Rendimento integral do exercício	<u>(8.275)</u>	<u>13.417</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total	
				Reservas legais	Reservas livres	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	220.000	7.008	(4.400)	16.839	11.839	(36.922)	(8.244)	16.247	230.611
Aplicação do lucro do exercício de 2008:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	2.044	-	14.203	16.247	(16.247)	-
Outros	-	-	(72)	-	-	(80)	(80)	-	(152)
Rendimento integral de 2009	-	-	6.088	-	-	-	-	7.329	13.417
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	220.000	7.008	1.616	18.883	11.839	(22.799)	7.923	7.329	243.876
Aumento de capital	60.000	-	-	-	-	-	-	-	60.000
Aplicação do lucro do exercício de 2009:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	685	-	6.644	7.329	(7.329)	-
Transferência entre reservas de reavaliação e resultados transitados	-	-	1.643	-	-	(1.643)	(1.643)	-	-
Outros	-	-	1	-	-	361	361	-	362
Rendimento integral de 2010	-	-	(240)	-	-	-	-	(8.035)	(8.275)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	280.000	7.008	3.020	19.568	11.839	(17.437)	13.970	(8.035)	295.963

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	241.247	296.593
Pagamentos de juros e comissões	(126.680)	(189.594)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores	(88.398)	(94.618)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(9.410)	1.209
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	2.611	16.246
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>19.370</u>	<u>29.836</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	199.550	(57.350)
Derivados de cobertura (justo valor positivo)	20.883	4.861
Activos financeiros disponíveis para venda	32.735	(37.228)
Aplicações em instituições de crédito	135.548	232.772
Crédito a clientes	(1.404.172)	(220.231)
Outros activos	(6.421)	(12.696)
	<u>(1.021.877)</u>	<u>(89.872)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(202.057)	54.375
Derivados de cobertura (justo valor negativo)	(21.121)	(4.389)
Recursos de outras instituições de crédito	930.137	65.319
Recursos de clientes e outros empréstimos	257.204	(49.705)
Outros passivos	8.138	12.554
	<u>972.301</u>	<u>78.154</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(30.206)</u>	<u>18.118</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(5.184)	(5.560)
Recebimentos de dividendos	514	495
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(4.670)</u>	<u>(5.065)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	60.000	-
Emissão de passivos subordinados	150.000	-
Reembolso de passivos subordinados	(170.000)	-
Juros de passivos subordinados	(4.110)	(4.334)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>35.890</u>	<u>(4.334)</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	1.014	8.719
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	130.310	121.591
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	131.324	130.310

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários em Portugal.

O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 94 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (Nota 3). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

Conforme indicado na Nota 25, o Banco é detido pelo Grupo BBVA, pelo que as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O resultado consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, incluindo, entre outros, a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O "goodwill" é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o "goodwill" gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permanece registado em reservas. Desta forma, o Banco não mantém qualquer "goodwill" registado nas suas contas.

2.4. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas consolidadas são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera o Grupo BBVA Portugal (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos na categoria de activos financeiros acima referida. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo BBVA Portugal ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

São fornecidos por esse órgão preços (bid prices) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor notional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Durante o exercício de 2010, o Banco procedeu a uma alteração na forma de apresentação dos instrumentos financeiros derivados nas suas demonstrações financeiras. Até 2009, as diferentes componentes do justo valor de cada derivado (juro a receber, juro a pagar, reavaliação) eram registadas como um activo ou um passivo, dependendo do seu valor. Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor de cada derivado é registado pela totalidade como um activo ou um passivo, consoante o seu valor.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas "Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

O justo valor positivo ou negativo dos derivados de cobertura é registado no activo e passivo, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". O justo valor positivo e negativo é registado nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Crédito a clientes

A imparidade estimada resulta da diferença entre o valor de balanço dos créditos e o respectivo cash-flow esperado actualizado, sendo utilizadas as taxas de juro em vigor dos créditos para efeitos do desconto financeiro.

O cálculo das perdas por imparidade foi efectuado segundo duas metodologias complementares, existindo operações de crédito sujeitas a análise individual e operações de crédito sujeitas a análise colectiva.

Na análise individual foram incluídas as operações de clientes em Contencioso cuja responsabilidade pelo acompanhamento é da Área de Recuperações.

Para as operações sujeitas a análise individual, a expectativa de recuperação futura foi apurada pela Área de Recuperações. O cálculo do cash-flow esperado das operações incide sobre o somatório dos cash-flow's estimados futuros, incluindo os relativos a operações vencidas, corrigidos por factores de recuperação esperados e tendo em conta o período estimado de recuperação (meses), descontados à taxa de juro actual dos contratos.

As operações não incluídas na análise individual, bem como as operações para as quais não sejam apuradas perdas por imparidade na análise individual, são analisadas de forma colectiva. Para estas é calculado o cash-flow esperado actualizado, tendo por base comportamentos históricos de incumprimento.

Para este efeito, a carteira de crédito concedido foi segmentada da seguinte forma:

i) Empresas

- Banca corporativa
- Banca comercial
- Banca hipotecária
- Leasing
- Banca institucional
- Vigilância especial
- Instituições financeiras

ii) Particulares

- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo, incluindo cartões de crédito
- Crédito ao consumo – outros fins hipotecários
- Crédito ao consumo – outros fins
- Vigilância especial

iii) Operações extrapatrimoniais

- Garantias e avales prestados
- Compromissos irrevogáveis
- Créditos documentários

A evidência de imparidade no Grupo BBVA Portugal está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;

- Ocorrência de alterações adversas, por exemplo:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo ("Incurred but not reported"). O Grupo BBVA Portugal considerou um período de emergência de 12 meses, no caso de crédito concedido a empresas e de 6 meses no caso de crédito concedido a particulares.

Se existir evidência de que o Grupo BBVA Portugal incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Grupo BBVA Portugal abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida como dedução às perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente a estes critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Banco considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo BBVA Portugal efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

2.6. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação". O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Instalações interiores	5 - 10
Equipamento de segurança	8 - 10
Material de transporte	4

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo BBVA Portugal avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

Activos tangíveis disponíveis para venda

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos por recuperações de créditos são registados na rubrica “Outros activos”, dado que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Estes activos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica “Juros e encargos similares”.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo BBVA Portugal. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo BBVA Portugal são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

A Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo BBVA Portugal correspondem a Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais e valores associados às responsabilidades com pensões.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

O Banco e a BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. subscreveram o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. Adicionalmente, assume nos termos de políticas internas, compromissos adicionais para com um conjunto de trabalhadores e reformados.

Os trabalhadores da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. estão inscritos na Segurança Social. Para além disso, a BBVA Fundos assumiu o compromisso pelo pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

A BBVA Leasimo – Sociedade de Locação Financeira, S.A. não subscreveu o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio por morte.

A cobertura das responsabilidades é efectuada através do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Companhia de Seguros Groupama Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 18). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas em Euros, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Na data de transição, foi adoptada a possibilidade permitida pelo IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada por "reset").

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e reformas antecipadas, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

As responsabilidades com benefícios a empregados assumidas pela BBVA Fundos são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Adicionalmente, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados nas avaliações e os valores efectivamente verificados, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são integralmente reconhecidos em resultados no exercício em que são gerados, sendo registados na demonstração dos ganhos e perdas reconhecidos.

De referir que em 7 de Dezembro de 2010 foi apresentado ao Instituto de Seguros de Portugal um projecto de extinção de quotas-partes da BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BBVA Gest) e BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos) junto do Fundo de Pensões Grupo BBVA Portugal, o qual foi aprovado em 23 de Dezembro de 2010 pelo Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º e no n.º 6 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro.

A extinção em causa tem como origem a constatação de que sendo os trabalhadores afectos a cada uma das sociedades gestoras, trabalhadores com vínculo laboral exclusivo ao BBVA Portugal, cedidos às sociedades, a existência das quotas-partes de cada uma das sociedades é dispensável, sendo o BBVA responsável pelos custos laborais dos seus trabalhadores, incluindo nestes o financiamento do plano de pensões que os abrange.

A operação foi efectuada, por simplificação, com referência a 1 de Janeiro de 2010, tendo nesta data as responsabilidades com pensões relativas aos empregados da BBVA Gest e BBVA Fundos sido transferidas para o BBVA Portugal bem como as respectivas quotas-partes do Fundo de Pensões. De referir que as responsabilidades se encontravam integralmente cobertas pelas respectivas quotas-partes do Fundo de Pensões, pelo que esta transferência não apresentou qualquer impacto em resultados ou capitais próprios para o Banco.

De referir que, com a publicação do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores do Banco que nesta data se encontravam no activo e eram beneficiários da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que se refere à cobertura das eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e benefício de reforma por velhice. Consequentemente, a partir dessa data, o financiamento das responsabilidades com pensões de reforma por velhice deixa de estar integralmente a cargo do Fundo de Pensões do Banco, passando a ser repartido com a Segurança Social.

Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150º do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

Conforme referido na Nota 2.5., as comissões recebidas ou pagas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ou custos ao longo do período da operação, de acordo com o método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. são registadas no período a que respeitam, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" (Nota 30).

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo BBVA Portugal considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.16. Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. As comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber na rubrica "Outros activos".

2.17. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

Continuação do apoio concedido pelo Grupo BBVA ao BBVA Portugal em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez

O BBVA Portugal financia a sua actividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto da casa-mãe. As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo em conta a intenção do Grupo BBVA de continuar a apoiar o BBVA Portugal através da concessão de financiamento.

Determinação das responsabilidades por pensões

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.5. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada segundo parâmetros apurados ao nível do Grupo BBVA Portugal para tipologias de crédito comparáveis.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma prudente o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo BBVA Portugal com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das suas subsidiárias sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco e as suas subsidiárias valorizam ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.5.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação. Na Nota 40 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentada a fonte utilizada pelo Banco no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito. No entanto, periodicamente de três em três anos, é efectuada a actualização das avaliações com base na localização e nos índices imobiliários disponíveis.

2.18. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2010 o Banco adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- IFRS 3 (Alterada) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto desta norma introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Adicionalmente, define o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo. A adopção da norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 39 – “Contabilidade de cobertura” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma pretende clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura na componente de risco de inflação, assim como da utilização de opções compradas em operações de cobertura de justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica os critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada no âmbito da reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. A adopção desta norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” – Esta interpretação pretende esclarecer o tratamento contabilístico associado à distribuição aos accionistas de dividendos em espécie. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IAS 32 – “Classificação dos direitos de emissão” (Emenda) - Em resultado da alteração efectuada ao texto da norma, instrumentos derivados emitidos por uma entidade com o objectivo de adquirir um número fixo de instrumentos do seu capital próprio em troca de um valor previamente fixado, independentemente da divisa em que seja acordada a transacção, deverão eles próprios ser reconhecidos como instrumentos de capital e não como um passivo, desde que cumpram os restantes requisitos de apresentação definidos pela norma para este efeito. A adopção desta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.

- IAS 24 (Alterada) – “ Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto da norma introduz uma isenção parcial aos requisitos gerais de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. Neste âmbito, apenas serão de divulgação obrigatória os saldos e transacções efectuadas directamente com o Estado ou com entidades relacionadas com o Estado, cuja natureza ou montante (individual ou cumulativamente) apresentem carácter significativo. A norma alterada é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 14 – “O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto desta interpretação permitiu clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros. O texto alterado é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio” – A interpretação pretende clarificar o tratamento contabilístico relacionado com a liquidação de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio, assim como dos critérios de valorização desses instrumentos. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar:
 - a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;
 - b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;
 - c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;
 - d) Encontra-se igualmente disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que em resultado desta alteração se reduza de forma significativa uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;

- e) Sendo de aplicação retrospectiva, deverão no entanto serem considerados no âmbito da classificação e mensuração dos activos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9 os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independente das circunstâncias e objectivos considerados na data do reconhecimento inicial dos activos que permaneçam em balanço na data de referência para adopção da norma).

A adopção desta norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” (Emendada) – As alterações introduzidas ao normativo pretendem clarificar as divulgações existentes relativas à natureza e extensão dos riscos aos quais as entidades se encontram expostas devido à utilização de instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de activos financeiros como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras individuais do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

3. EMPRESAS DO GRUPO

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasimo)	Locação financeira	Lisboa	100,00%	Integral
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos)	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,00%	Integral
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BBVA Gest)	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,00%	Integral
Invesco Management nº 1, S.A.	Outras	Luxemburgo	100,00%	Integral
Invesco Management nº 2, S.A.	Outras	Luxemburgo	100,00%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2010, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Activo líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	28.803	10.164	(258)
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	8.679	8.234	1.787
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	7.206	7.086	252
Invesco Management nº 1, S.A.	10.344	9.721	(104)
Invesco Management nº 2, S.A.	7.083	(9.302)	(738)

Após anulação dos saldos intra-grupo, a contribuição da Invesco Management nº 1, S.A. e da Invesco Management nº 2, S.A. para o resultado consolidado é nula (ver Nota 26).

Em Julho de 2006, o Banco adquiriu uma participação de 99,99% na sociedade Invesco Management nº 1, S.A., com sede no Luxemburgo cujo custo de aquisição ascendeu a 16.211 mEuros. Esta sociedade detém uma participação de 100% na sociedade Invesco Management nº 2, S.A.. Em 2008 o Banco adquiriu o remanescente, passando a deter 100% da participação nesta Sociedade.

4. RELATO POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pela gestão do Banco:

- Retail: Refere-se essencialmente a operações canalizadas pela rede de balcões, nomeadamente operações de concessão de crédito e captação de recursos, e serviços disponibilizados por telefone e Internet de clientes particulares e empresas.
- Corporate: São consideradas neste segmento operações com empresas com facturação igual ou superior a 50 milhões de Euros, ou que pertençam a um grupo que reúna estas condições. Esta actividade é suportada pela rede de balcões e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos e financiamento de projectos.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes ou para a carteira de negociação.
- Gestão de activos: Inclui a gestão e distribuição de fundos de investimento mobiliários, imobiliários e de pensões.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

Os principais pressupostos para a distribuição das aplicações e recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

- Aplicações em outras instituições de crédito: no segmento de Mercados são consideradas todas as aplicações no BBVA Madrid; no segmento de Corporate são consideradas todas as aplicações em instituições de crédito que simultaneamente sejam clientes corporate do Banco; no segmento de Retail são consideradas todas as aplicações em instituições de crédito que sejam clientes do Banco; e no segmento Outros são registadas todas as aplicações em instituições de crédito que não sejam clientes do Banco.
- Recursos de outras instituições de crédito: são distribuídos por cada um dos segmentos em proporção dos activos ficando o restante em Outros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010 e 2009, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2010					Total
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão Activos	Outros	
Margem financeira	52.555	22.420	1.299	90	(2.353)	74.011
Rendimentos de instrumentos de capital	514	-	-	-	-	514
Resultados de serviços e comissões	13.137	3.472	13.498	4.051	837	34.995
Outros resultados de exploração e outros	6.436	809	(545)	113	(55)	6.758
Produto bancário	72.642	26.701	14.252	4.254	(1.571)	116.278
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(61.647)	(8.111)	(5.692)	(1.436)	(12.616)	(89.502)
Amortizações do exercício	(3.400)	(410)	(263)	-	-	(4.073)
Provisões e imparidade	(25.858)	(3.944)	-	-	(5.278)	(35.080)
Resultado antes de impostos	(18.263)	14.236	8.297	2.818	(19.465)	(12.377)
Impostos	4.467	(3.772)	(2.199)	(780)	6.626	4.342
Resultado líquido do exercício	(13.796)	10.464	6.098	2.038	(12.839)	(8.035)
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado do exercício	(13.796)	10.464	6.098	2.038	(12.839)	(8.035)
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	94.136	-	-	94.136
Activos financeiros disponíveis para venda	-	106.260	-	-	25.982	132.242
Aplicações em instituições de crédito	11.454	86.849	153.197	-	18.589	270.069
Crédito a clientes	4.515.312	2.579.004	-	-	12.313	7.106.629
Recursos de outras instituições de crédito	3.116.264	2.000.315	247.333	-	(1.292.568)	4.071.344
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.401.282	771.798	-	-	1.120.185	3.293.265

	2009					Total
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão Activos	Outros	
Margem financeira	58.251	25.404	1.570	148	(3.031)	82.342
Rendimentos de instrumentos de capital	495	-	-	-	-	495
Resultados de serviços e comissões	8.189	5.029	10.670	4.072	382	28.342
Outros resultados de exploração e outros	6.179	889	2.879	(3)	1.031	10.775
Produto bancário	73.114	31.122	15.119	4.217	(1.618)	121.954
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(58.722)	(6.246)	(5.422)	(1.129)	(15.117)	(86.636)
Amortizações do exercício	(2.824)	(180)	(254)	-	(401)	(3.659)
Provisões e imparidade	(18.822)	(443)	-	-	(4.047)	(23.312)
Resultado antes de impostos	(7.254)	24.253	9.443	3.088	(21.183)	8.347
Impostos	2.020	(6.426)	(2.503)	(917)	6.808	(1.018)
Resultado líquido do exercício	(5.234)	17.827	6.940	2.171	(14.375)	7.329
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado do exercício	(5.234)	17.827	6.940	2.171	(14.375)	7.329
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	293.686	-	-	293.686
Activos financeiros disponíveis para venda	-	141.443	-	-	23.231	164.674
Aplicações em instituições de crédito	94	164.911	218.798	-	21.920	405.723
Crédito a clientes	3.536.802	2.141.625	-	-	49.964	5.728.391
Recursos de outras instituições de crédito	2.217.932	1.981.811	512.484	-	(1.574.621)	3.137.606
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.309.157	466.168	-	-	1.254.695	3.030.020

Em 2010 e 2009, a totalidade da actividade do Grupo BBVA Portugal é desenvolvida em Portugal.

Em 2010 e 2009, o valor da rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros" corresponde a um depósito do accionista Luxinvest, S.A., que embora esteja a financiar a actividade dos restantes segmentos, não possibilita uma alocação directa, provocando uma compensação negativa nos recursos de outras instituições de crédito.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	18.348	19.600
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	67.430	58.949
Juros a receber	45	39
	-----	-----
	<u>85.823</u>	<u>78.588</u>
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Cheques a cobrar	20.089	29.620
Depósitos à ordem		
· No país	163	1.127
· No estrangeiro	25.249	20.976
	-----	-----
	45.501	51.723
Imparidade (Nota 21)	(10)	(1)
	-----	-----
	<u>45.491</u>	<u>51.722</u>
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Títulos		
· Instrumentos de capital	5.100	5.488
· Instrumentos de dívida	17.266	14.932
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8)	71.770	273.266
	-----	-----
	<u>94.136</u>	<u>293.686</u>
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

Conforme referido na Nota 2.5.c), em 2010, o Banco alterou a forma de apresentação nas demonstrações financeiras dos instrumentos financeiros derivados. Até 31 de Dezembro de 2009, as diferentes componentes do justo valor de cada derivado (juro a receber, juro a pagar, reavaliação) eram registadas como um activo ou um passivo, dependendo do seu valor. Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor de cada derivado é registado pela totalidade como um activo ou um passivo, consoante o seu valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5.. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	Montante nocional			2010			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Valor contabilístico			
				Activos devidos para negociação (Nota 7)	Passivos devidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>							
<i>Operações cambiais a prazo</i>							
. Compra	359.191	-	359.191	-	-	-	-
. Venda	(361.237)	-	(361.237)	-	-	-	-
<i>Swaps</i>							
<i>Taxa de juro</i>							
. Compra	1.984.977	355.670	2.340.647	69.672	(67.970)	4.162	(10.082)
. Venda	(1.984.977)	(355.670)	(2.340.647)	-	-	-	-
<i>Cotações</i>							
. Compra	4.337	54.407	58.744	-	(18)	636	(695)
. Venda	(3.706)	(53.776)	(57.482)	-	-	-	-
<i>Opções</i>							
<i>Cotações</i>							
. Compra	57.748	-	57.748	2.098	(1.544)	-	-
. Venda	(50.443)	-	(50.443)	-	-	-	-
<i>Contratos de garantia de taxa</i>							
Caps	466.252	-	466.252	-	-	-	-
Floors	442.912	-	442.912	-	-	-	-
				<u>71.770</u>	<u>(69.532)</u>	<u>4.798</u>	<u>(10.777)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>							
<i>Futuros</i>							
<i>Taxa de juro</i>							
. Compra	2.005	-	2.005	-	-	-	-
. Venda	-	-	-	-	-	-	-
<i>Cotações</i>							
. Compra	6.485	-	6.485	-	-	-	-
. Venda	-	-	-	-	-	-	-
				<u>71.770</u>	<u>(69.532)</u>	<u>4.798</u>	<u>(10.777)</u>
				<u>71.770</u>	<u>(69.532)</u>	<u>4.798</u>	<u>(10.777)</u>

Os futuros apresentam liquidação financeira diária, pelo que, salvo situações específicas, o seu saldo de balanço é nulo. Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor das operações cambiais a prazo e dos contratos de garantia de taxa encontra-se registado na rubrica "Outros passivos - Outras contas de regularização - Outras operações a regularizar", ascendendo a 2.018 mEuros (Nota 23). Em 31 de Dezembro de 2009, o justo valor das operações cambiais a prazo e dos contratos de garantia de taxa encontra-se registado na rubrica "Outros activos - Outras contas de regularização - Operações activas a regularizar" ascendendo a 8 mEuros (Nota 17).

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
Operações cambiais a prazo								
. Compra	70.241	-	70.241					
. Venda	(70.227)	-	(70.227)					
<i>Swaps</i>								
Taxa de juro				241.803	(239.974)	17.502	(23.248)	(3.917)
. Compra	2.072.993	286.590	2.359.583					
. Venda	(2.072.993)	(286.590)	(2.359.583)					
Cotações				149	(531)	8.179	(8.650)	(853)
. Compra	3.706	81.659	85.365					
. Venda	(3.706)	(81.659)	(85.365)					
<i>Opções</i>								
Taxa de juro				1.399	(1.514)	-	-	(115)
. Compra	18.203	-	18.203					
. Venda	(17.658)	-	(17.658)					
Cotações				26.371	(26.255)	-	-	116
. Compra	83.204	-	83.204					
. Venda	(74.097)	-	(74.097)					
<i>Contratos de garantia de taxa</i>								
Caps	709.737	-	709.737	3.315	(3.315)	-	-	-
Floors	696.766	-	696.766	-	-	-	-	-
				<u>273.037</u>	<u>(271.589)</u>	<u>25.681</u>	<u>(31.898)</u>	<u>(4.769)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
<i>Futuros</i>								
Taxa de juro	1.939	-	1.939	-	-	-	-	-
Cotações	7.238	-	7.238	229	-	-	-	229
				<u>229</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>229</u>
				<u>273.266</u>	<u>(271.589)</u>	<u>25.681</u>	<u>(31.898)</u>	<u>(4.540)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante notional):

	2010					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
Operações cambiais a prazo						
. Compra	332.112	5.494	21.585	-	-	359.191
. Venda	(333.991)	(5.546)	(21.700)	-	-	(361.237)
Swaps						
Taxa de juro						
. Compra	8.686	72.013	285.511	1.212.282	762.155	2.340.647
. Venda	(8.686)	(72.013)	(285.511)	(1.212.282)	(762.155)	(2.340.647)
Cotações						
. Compra	6.728	-	19.628	32.388	-	58.744
. Venda	(5.466)	-	(19.628)	(32.388)	-	(57.482)
Opções						
Cotações						
. Compra	5.466	-	19.628	32.654	-	57.748
. Venda	(5.078)	-	(13.110)	(32.255)	-	(50.443)
Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	347.300	96.970	21.982	466.252
Floors	-	-	347.300	95.612	-	442.912
	(229)	(52)	701.003	192.981	21.982	915.685
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
Futuros						
Taxa de juro						
	-	-	2.005	-	-	2.005
Cotações						
	-	-	6.485	-	-	6.485
	-	-	8.490	-	-	8.490
	(229)	(52)	709.493	192.981	21.982	924.175

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
Operações cambiais a prazo						
. Compra	63.378	5.500	1.363	-	-	70.241
. Venda	(63.366)	(5.499)	(1.362)	-	-	(70.227)
Swaps						
Taxa de juro						
. Compra	4.003	11.474	569.233	1.288.229	486.644	2.359.583
. Venda	(4.003)	(11.474)	(569.233)	(1.288.229)	(486.644)	(2.359.583)
Cotações						
. Compra	983	7.484	23.552	53.346	-	85.365
. Venda	(983)	(7.484)	(23.552)	(53.346)	-	(85.365)
Opções						
Taxa de juro						
. Compra	3.203	-	10.000	5.000	-	18.203
. Venda	(3.144)	-	(9.519)	(4.995)	-	(17.658)
Cotações						
. Compra	1.333	7.473	23.552	50.846	-	83.204
. Venda	(983)	(7.382)	(22.691)	(43.041)	-	(74.097)
Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	883	36.000	662.440	10.414	709.737
Floors	-	-	36.000	660.766	-	696.766
	<u>421</u>	<u>975</u>	<u>73.343</u>	<u>1.331.016</u>	<u>10.414</u>	<u>1.416.169</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
Futuros						
Taxa de juro	1.939	-	-	-	-	1.939
Cotações	7.238	-	-	-	-	7.238
	<u>9.177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.177</u>
	<u>9.598</u>	<u>975</u>	<u>73.343</u>	<u>1.331.016</u>	<u>10.414</u>	<u>1.425.346</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Operações cambiais a prazo - Compra		
. Instituições financeiras	127.895	34.946
. Clientes	231.296	35.295
	<u>359.191</u>	<u>70.241</u>
Operações cambiais a prazo - Venda		
. Instituições financeiras	(130.159)	(35.249)
. Clientes	(231.078)	(34.978)
	<u>(361.237)</u>	<u>(70.227)</u>
Swaps taxa de juro - Compra		
. Instituições financeiras	1.359.800	1.596.298
. Clientes	980.847	763.285
	<u>2.340.647</u>	<u>2.359.583</u>
Swaps taxa de juro - Venda		
. Instituições financeiras	(1.359.800)	(1.596.298)
. Clientes	(980.847)	(763.285)
	<u>(2.340.647)</u>	<u>(2.359.583)</u>
Swaps cotações - Compra		
. Instituições financeiras	58.744	85.365
Swaps cotações - Venda		
. Instituições financeiras	(57.482)	(85.365)
Opções taxa de juro - Compra		
. Instituições financeiras	-	18.203
Opções taxa de juro - Venda		
. Clientes	-	(17.658)
Opções cotações - Compra		
. Instituições financeiras	57.748	83.204
Opções cotações - Venda		
. Clientes	(50.443)	(74.097)
Contratos de garantia de taxa - Caps		
. Instituições financeiras	233.126	354.868
. Clientes	233.126	354.869
	<u>466.252</u>	<u>709.737</u>
Contratos de garantia de taxa - Floors		
. Instituições financeiras	221.456	348.383
. Clientes	221.456	348.383
	<u>442.912</u>	<u>696.766</u>
Futuros		
. Bolsa	8.490	9.177
	<u>924.175</u>	<u>1.425.346</u>

9. CONTABILIDADE DE COBERTURA

O BBVA Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes da actividade com clientes, nomeadamente, de depósitos estruturados e de operações de crédito a taxa fixa.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos contabilísticos dos elementos cobertos e dos respectivos instrumentos de cobertura apresentam o seguinte detalhe:

Tipo de cobertura	2010				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Elementos cobertos		Valor contabilístico	Montante nacional	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
		Juros corridos	Correcções de valor						
			(Notas 12 e 20)						(Nota 8)
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	152.933	253	6.854	160.040	174.051	(889)	-	(3.646)	(4.536)
Depósitos estruturados	228.671	(362)	(814)	227.495	236.028	1.216	-	(2.680)	(1.444)
	<u>381.604</u>	<u>(109)</u>	<u>6.040</u>	<u>387.535</u>	<u>410.077</u>	<u>327</u>	<u>-</u>	<u>(6.306)</u>	<u>(5.979)</u>
Tipo de cobertura	2009				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Elementos cobertos		Valor contabilístico	Montante nacional	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
		Juros corridos	Correcções de valor						
			(Notas 12 e 20)						(Nota 8)
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	73.860	178	6.957	80.995	95.530	(30)	-	(7.216)	(7.246)
Depósitos estruturados	246.571	(1.242)	(1.446)	243.883	272.719	561	253	215	1.029
	<u>320.431</u>	<u>(1.064)</u>	<u>5.511</u>	<u>324.678</u>	<u>368.249</u>	<u>531</u>	<u>253</u>	<u>(7.001)</u>	<u>(6.217)</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos elementos cobertos e nos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2010	2009
Crédito a taxa fixa (Nota 31):		
Elemento coberto	(302)	(24)
Instrumento de cobertura:		
. Swaps de taxa de juro	1.768	(262)
	<u>1.466</u>	<u>(286)</u>
Depósitos estruturados (Nota 31):		
Elemento coberto	651	(4.430)
Instrumento de cobertura:		
. Opções sobre taxa de juro	(1)	(798)
. Equity swaps	(502)	4.034
	<u>148</u>	<u>(1.194)</u>
	<u>1.614</u>	<u>(1.480)</u>

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	17.606	15.911
De outros residentes		
· Outras obrigações	86.039	120.977
De não residentes		
· Outras obrigações	20.162	20.815
<u>Instrumentos de capital</u>		
· Valorizados ao justo valor	2.838	1.595
· Valorizados ao custo histórico	4.523	4.845
	-----	-----
	131.168	164.143
Juros a receber	1.688	1.242
Receitas com rendimento diferido	-	(80)
	-----	-----
	132.856	165.305
Imparidade (Nota 21)	(614)	(631)
	-----	-----
	132.242	164.674
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui 1.594 mEuros e 1.595 mEuros, respectivamente, relativos a unidades de participação de fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos de capital valorizados ao custo histórico têm a seguinte composição:

	2010			2009	
	Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço	Valor de balanço
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5,83%	3.831	-	3.831	3.831
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	305
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,114%	622	(544)	78	78
Outros		70	(70)	-	-
		-----	-----	-----	-----
		4.523	(614)	3.909	4.214
		=====	=====	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2010 e 2009 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

Em Junho de 2010, o Banco adquiriu 3.510 acções da Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A., pelo montante unitário de 65 Euros, passando a deter uma participação no capital social de 0,95%. Na sequência desta operação, o Banco passou a valorizar a participação na Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A. com base no justo valor subjacente à operação anteriormente referida de reforço da participação. Em consequência, o Banco reconheceu uma mais-valia no montante de 709 mEuros na rubrica “Reserva de Justo Valor”. Até 31 de Dezembro de 2009, esta participação encontrava-se registada ao custo de aquisição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empréstimos		
. no país	97.818	164.995
Depósitos		
. no estrangeiro	171.756	240.127
	-----	-----
	269.574	405.122
	-----	-----
Juros a receber		
. no país	418	575
. no estrangeiro	77	26
	-----	-----
	495	601
	-----	-----
	270.069	405.723
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	205.807	302.511
De três meses a um ano	63.767	47.110
De um a cinco anos	-	55.501
	-----	-----
	269.574	405.122
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe por contraparte das aplicações em instituições de crédito, pode ser apresentado como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	169.665	237.875
Caixa Leasing e Factoring, S.A.	50.000	50.000
Mercedes - Benz Financial Services Portugal	20.000	56.000
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	14.900	12.410
FGA Capital – Instituição Financeira de Crédito, S.A	6.500	-
Banif Go - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	5.000	15.000
BBVA London	2.091	2.252
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A	1.324	-
Fidis Retail, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	14.000
Orey - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	10.000
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	-	7.500
Outros	94	85
	-----	-----
	269.574	405.122
	=====	=====

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	1.614.024	1.376.794
Créditos em conta corrente	703.924	664.243
Descobertos em depósitos à ordem	2.534	5.171
Créditos tomados - factoring	158.568	127.023
Operações de locação financeira	210.549	159.127
Outros créditos	2.466	471
Particulares		
Habitação	2.669.619	1.935.432
Outros créditos	153.606	169.130
Crédito ao exterior	589.699	546.382
	-----	-----
	6.104.989	4.983.773
Crédito titulado:		
Papel comercial	591.100	436.300
Desconto e outros créditos titulados	82.408	68.484
Dívida não subordinada	312.904	254.522
	-----	-----
	7.091.401	5.743.079
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	6.854	6.957
	-----	-----
	7.098.255	5.750.036
Juros a receber:		
Crédito não titulado	7.223	5.692
Despesas com encargo diferido	16.191	8.917
Receitas com rendimento diferido	(10.361)	(9.967)
	-----	-----
	7.111.308	5.754.678
Crédito e juros vencidos	108.564	53.434
Créditos vencidos adquiridos pela Invesco	1.779	1.779
	-----	-----
	7.221.651	5.809.891
Imparidade (Nota 21)	(115.022)	(81.500)
	-----	-----
	7.106.629	5.728.391
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2010 e 2009 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

O detalhe do crédito incluído na rubrica "Crédito titulado – Dívida não subordinada" é apresentado no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 1.634.217 mEuros e 486.122 mEuros, respectivamente (920.754 mEuros e 457.680 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido, juros a receber, comissões diferidas e correcções de justo valor, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	1.762.943	1.538.109
De três meses a um ano	703.330	628.363
De um a dois anos	280.161	162.530
Mais de dois anos	4.344.967	3.414.077
	-----	-----
	7.091.401	5.743.079
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido, juros a receber, comissões diferidas e correcções de justo valor, é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Agricultura	37.589	39.309
Alimentos, bebidas e tabaco	110.811	67.507
Comércio	370.345	297.745
Construção	366.808	443.890
Engenharia	504.488	481.328
Madeira e cortiça	11.648	14.842
Serviços	1.449.320	1.069.600
Têxtil	32.286	33.129
Transportes e comunicações	489.056	166.514
Particulares:		
- Habitação	2.865.437	2.110.518
- Consumo	82.278	78.339
Outros	771.335	940.358
	-----	-----
	7.091.401	5.743.079
	=====	=====

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica inclui viaturas e equipamentos retomados pelo Banco no vencimento de operações de leasing. A expectativa do Banco é de que os mesmos sejam vendidos num prazo inferior a um ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	31-12-2009			Alienações, abates e regularizações		Transferências Entre activos fixos		Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	31-12-2010			Valor Líquido	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)		
				Aquisições										
Imóveis -														
. De serviço próprio	66.582	(20.098)	-	355	(7)	-	40	1	(1.092)	-	66.970	(21.189)	-	45.781
. Despesas em edifícios arrendados	10.658	(9.270)	-	350	(304)	289	47	(1)	(235)	(1)	10.751	(9.216)	(1)	1.534
Activos tangíveis em curso														
. Imóveis de serviço próprio	-	-	-	490	(3)	-	100	-	-	-	587	-	-	587
	<u>77.240</u>	<u>(29.368)</u>	-	<u>1.195</u>	<u>(314)</u>	<u>289</u>	<u>187</u>	-	<u>(1.327)</u>	<u>(1)</u>	<u>78.308</u>	<u>(30.405)</u>	<u>(1)</u>	<u>47.902</u>
Equipamento -														
. Mobiliário e material	8.855	(8.229)	-	191	(28)	21	19	-	(186)	-	9.037	(8.404)	-	633
. Máquinas e ferramentas	6.822	(5.809)	-	358	(116)	111	(2)	-	(345)	-	7.062	(6.043)	-	1.019
. Equipamento informático	20.595	(20.168)	-	803	(30)	30	(247)	-	(341)	-	21.121	(20.479)	-	642
. Instalações interiores	14.816	(12.387)	-	604	(27)	13	47	-	(495)	-	15.440	(12.868)	-	2.571
. Material de transporte	1.977	(711)	-	545	(168)	24	-	-	(518)	-	2.354	(1.205)	-	1.149
. Equipamento de segurança	4.326	(3.895)	-	64	(11)	7	(2)	-	(133)	-	4.377	(4.021)	-	356
Activos tangíveis em curso														
. Equipamento	2	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-
	<u>57.393</u>	<u>(51.199)</u>	-	<u>2.565</u>	<u>(380)</u>	<u>206</u>	<u>(187)</u>	-	<u>(2.028)</u>	-	<u>59.391</u>	<u>(53.021)</u>	-	<u>6.370</u>
Outros activos tangíveis -														
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77
. Outros activos tangíveis	3.034	-	(1.431)	-	-	-	-	-	-	-	3.034	-	(1.431)	1.603
	<u>137.744</u>	<u>(80.567)</u>	<u>(1.431)</u>	<u>3.760</u>	<u>(694)</u>	<u>495</u>	-	-	<u>(3.355)</u>	<u>(1)</u>	<u>140.810</u>	<u>(83.426)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>55.952</u>

	31-12-2008			Abates		De outros activos (Nota 17)		Transferências Entre activos fixos		Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	31-12-2009			Valor Líquido	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas			Imparidade (Nota 21)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Imparidade (Nota 21)
				Aquisições												
Imóveis -																
. De serviço próprio	69.053	(19.682)	(2.490)	297	-	-	-	(2.768)	698	1.132	(1.114)	1.358	66.582	(20.098)	-	46.484
. Despesas em edifícios arrendados	10.674	(9.174)	-	45	(219)	159	-	158	-	-	(255)	-	10.658	(9.270)	-	1.388
Activos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	9	-	-	180	-	-	-	(189)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>79.736</u>	<u>(28.856)</u>	<u>(2.490)</u>	<u>522</u>	<u>(219)</u>	<u>159</u>	-	<u>(2.799)</u>	<u>698</u>	<u>1.132</u>	<u>(1.369)</u>	<u>1.358</u>	<u>77.240</u>	<u>(29.368)</u>	-	<u>47.872</u>
Equipamento -																
. Mobiliário e material	8.649	(8.040)	-	184	-	-	-	22	-	-	(189)	-	8.855	(8.229)	-	626
. Máquinas e ferramentas	6.378	(5.533)	-	445	(1)	2	-	-	-	-	(278)	-	6.822	(5.809)	-	1.013
. Equipamento informático	20.318	(19.736)	-	275	-	-	-	2	-	-	(432)	-	20.595	(20.168)	-	427
. Instalações interiores	14.065	(11.932)	-	751	-	-	-	-	-	-	(455)	-	14.816	(12.387)	-	2.429
. Material de transporte	1.387	(411)	-	814	(224)	88	-	-	-	-	(388)	-	1.977	(711)	-	1.266
. Equipamento de segurança	4.267	(3.749)	-	52	-	-	-	7	-	-	(146)	-	4.326	(3.895)	-	431
Activos tangíveis em curso																
. Equipamento	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
	<u>55.064</u>	<u>(49.401)</u>	-	<u>2.523</u>	<u>(225)</u>	<u>90</u>	-	<u>31</u>	-	-	<u>(1.888)</u>	-	<u>57.393</u>	<u>(51.199)</u>	-	<u>6.194</u>
Outros activos tangíveis -																
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77
. Outros activos tangíveis	-	-	-	(2.487)	-	3.451	(1.438)	2.070	-	(1.132)	-	1.137	3.034	-	(1.431)	1.603
	<u>134.877</u>	<u>(78.257)</u>	<u>(2.490)</u>	<u>3.045</u>	<u>(2.931)</u>	<u>249</u>	<u>3.451</u>	<u>(1.438)</u>	<u>698</u>	-	<u>(3.257)</u>	<u>2.495</u>	<u>137.744</u>	<u>(80.567)</u>	<u>(1.431)</u>	<u>55.746</u>

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Imóveis de serviço próprio" inclui imóveis não afectos à actividade do Banco no montante de 5.422 mEuros, aos quais estão associadas perdas por imparidade no montante de 2.490 mEuros. Em 2009, os imóveis não afectos à actividade do Banco, no montante de 3.034 mEuros, foram reclassificados para a rubrica de "Outros Activos Tangíveis", tendo associadas perdas por imparidade no montante de 1.431 mEuros.

Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas imparidades sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2009		Aquisições	Transferências	Outros	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2010		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas					Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<i>Activos intangíveis</i>									
Software	2.657	(1.263)	141	368	-	(718)	3.166	(1.980)	1.186
Activos intangíveis em curso	2.145	-	1.486	(368)	(5)	-	3.258	-	3.258
	<u>4.802</u>	<u>(1.263)</u>	<u>1.627</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(718)</u>	<u>6.424</u>	<u>(1.980)</u>	<u>4.444</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2008				Transferências	Utilizações	Outros	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2009		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)	Aquisições					Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<i>Activos intangíveis</i>											
Diferenças de consolidação	2.073	-	(2.073)	-	-	2.073	-	-	-	-	-
Software	1.860	(861)	-	-	797	-	-	(402)	2.657	(1.263)	1.394
Activos intangíveis em curso	1.196	-	-	1.813	(797)	-	(67)	-	2.145	-	2.145
	<u>5.129</u>	<u>(861)</u>	<u>(2.073)</u>	<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>2.073</u>	<u>(67)</u>	<u>(402)</u>	<u>4.802</u>	<u>(1.263)</u>	<u>3.539</u>

As "diferenças de consolidação" correspondem à diferença entre o custo de aquisição da Invesco Management nº1, S.A. e os capitais próprios atribuíveis ao Grupo BBVA Portugal na data de aquisição dessa participada.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Activos intangíveis em curso" corresponde essencialmente a software adquirido a empresas externas, o qual ainda não se encontra em funcionamento. Este software diz respeito a banca virtual de particulares e empresas, sistema de transferências para o estrangeiro e projecto de avaliadores e solicitadores. O Banco estima que o software entre em funcionamento até ao final do ano de 2011.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	2010	2009
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	42.095	32.046
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(118)	(112)
	-----	-----
	41.977	31.934
	=====	=====
Activos por impostos correntes	718	668
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	(100)	(3.740)
	-----	-----
	618	(3.072)
	====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2008	Variação em resultados	Saldos em 31-12-2009	Variação em resultados		Variação em capitais próprios	Saldos em 31-12-2010
				Impacto da alteração da taxa nominal	Outros		
. Prémio de antiguidade e bónus	454	83	537	50	73	-	660
. Subsídio por morte	1.029	(27)	1.002	95	21	-	1.118
. Imparidade e outras provisões temporariamente não aceites fiscalmente	9.718	3.204	12.922	1.341	7.068	-	21.331
. Pensões							
. Reformas antecipadas	12.724	588	13.312	1.149	585	-	15.046
. Outros custos relativos a pensões	5.291	(1.329)	3.962	(10)	-	-	3.952
. Reavaliação de immobilizado não aceite fiscalmente	(116)	3	(113)	(10)	5	-	(118)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	164	(82)	82	8	(90)	-	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	1.022	(1.022)	-	-	-	-	-
. Comissões	579	(290)	289	27	(316)	-	-
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	(133)	67	(66)	(7)	73	-	-
. Valorização dos activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(19)	(19)
. Outros	3	4	7	-	-	-	7
	<u>30.735</u>	<u>1.199</u>	<u>31.934</u>	<u>2.643</u>	<u>7.419</u>	<u>(19)</u>	<u>41.977</u>

Em 2010 e 2009 foi reconhecido o seguinte impacto fiscal directamente em capitais próprios do Banco:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
. Imposto diferido	(19)	-
. Imposto corrente	117	-
	-----	-----
	98	-
	==	==

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Impostos correntes</u>	5.720	2.217
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(10.062)	(2.221)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1.022
	-----	-----
	(10.062)	(1.199)
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	(4.342)	1.018
	=====	=====
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	(12.377)	8.347
	-----	-----
Carga fiscal	35,08%	12,20%
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(12.377)		8.347
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	(3.589)	26,50%	2.211
Impacto nos impostos diferidos acumulados da alteração da taxa nominal de imposto	21,35%	(2.643)	-	-
Tributação autónoma da remuneração dos administradores	-2,18%	270	-	-
Alteração do reconhecimento fiscal das contribuições efectuadas relativas a pensões e reformas antecipadas	-	-	0,89%	74
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não estava reconhecido imposto diferido	-	-	-22,38%	(1.868)
Artigo 92º do código do IRC e realizações de utilidade social não dedutíveis	-7,61%	942	-	-
Benefícios fiscais				
Dividendos	-	-	-1,37%	(114)
Sucursal Financeira Exterior	0,14%	(17)	-0,20%	(17)
Custos não aceites fiscalmente:				
Outras provisões e imparidade	-2,47%	306	4,80%	401
Outros	-1,08%	134	-2,41%	(201)
Tributação autónoma e derrama	-1,27%	157	5,70%	476
Outros	-0,79%	98	0,67%	56
	<u>35,08%</u>	<u>(4.342)</u>	<u>12,20%</u>	<u>1.018</u>

A determinação da taxa nominal de imposto referente ao exercício de 2010 reflecte o aditamento, ao abrigo da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual no seu nº 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000 mEuros sujeito a imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (derrama estadual). Em consequência desta situação, em 31 de Dezembro de 2010 os resultados relativos a impostos diferidos incluem um impacto de 2.643 mEuros no âmbito da actualização da taxa nominal de imposto sobre a base de incidência de apuramento dos saldos de activos e passivos por impostos diferidos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal dos sujeitos passivos de IRC durante um período de quatro anos, excepto nos casos (como o do Banco) de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o referido prazo de quatro anos se conta a partir do exercício em que tais prejuízos fiscais são utilizados, ou seja, e tendo em conta o prazo de seis anos de reporte de prejuízos fiscais, tal prazo poderá chegar aos 10 anos. O Banco foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2007 (inclusivé).

Como resultado das referidas inspecções, o Banco foi alvo de correcções, em sede de IRC, aos prejuízos fiscais reportáveis por si inicialmente apurados, tendo sido, por via das liquidações adicionais emitidas em resultado dessas correcções, apurada matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004.

As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos contabilísticos não dedutíveis para efeitos fiscais, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal e questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pelas Sucursais Financeiras Exteriores da Zona Franca da Madeira, entre outras.

De referir que grande parte dessas correcções foi objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial, encontrando-se estes processos em fase de apreciação por parte das autoridades competentes. Dado que os valores liquidados adicionalmente e que resultaram no apuramento de matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004 não foram objecto de pagamento, foram prestadas as necessárias garantias bancárias. Durante o exercício de 2009, o BBVA Portugal procedeu ao levantamento das garantias prestadas com fundamento na sua caducidade.

Neste âmbito, foram igualmente emitidas liquidações adicionais de IRC referentes a tributação autónoma, as quais, apesar de terem sido integralmente pagas, foram objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial.

Relativamente aos exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004, foram apresentadas reclamações de autoliquidação de IRC por parte do Banco relacionadas com diversas matérias de índole fiscal, incluindo contribuições efectuadas para o fundo de pensões, provisões para riscos gerais de crédito e custos com reformas antecipadas, entre outras. As reclamações entregues encontram-se ainda a ser analisadas por parte das autoridades fiscais.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento, às reclamações de autoliquidação de IRC e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 estas provisões ascendiam a 3.095 mEuros e 2.688 mEuros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos recebidos em dação em pagamento:		
· Imóveis	25.987	27.597
· Equipamento e viaturas	-	4
· Outros	829	830
	-----	-----
	26.816	28.431
	-----	-----
<u>Outras disponibilidades</u>	7	10
	---	---
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	15	16
	---	---
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros Sector Público Administrativo	15.183	9.677
· IVA a recuperar	4.387	769
Bonificações a receber	235	121
Outros devedores diversos	11.573	11.362
	-----	-----
	31.378	21.929
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	4.237	3.868
Outros	-	217
	-----	-----
	4.237	4.085
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Seguros	45	118
Outras	667	654
	-----	-----
	712	772
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 18)</u>		
Desvios actuariais	71.809	52.855
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	2.041	8
Operações activas a regularizar	169	118
	-----	-----
	2.210	126
	-----	-----
	137.184	108.224
	-----	-----
<u>Imparidade – Outros activos (Nota 21)</u>		
Outros devedores diversos	(4.887)	(4.201)
Activos recebidos em dação em pagamento	(2.934)	(3.444)
	-----	-----
	(7.821)	(7.645)
	-----	-----
	129.363	100.579
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Rendimentos a receber – Comissões”, inclui 2.339 mEuros e 1.665 mEuros (Notas 38 e 39), respectivamente, relativos a valores a receber da BBVA Seguros, S.A., pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Outras contas de regularização - operações cambiais a liquidar” diz respeito a forwards cambiais para cobrir posições de clientes com depósitos a prazo em dólares norte-americanos.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outros activos - Outras contas de regularização - operações activas a regularizar” inclui 8 mEuros relativos ao justo valor de operações cambiais a prazo e dos contratos de garantia de taxa (Nota 8).

O movimento nas rubricas “Activos recebidos em dação em pagamento” e “Imóveis de serviço próprio para venda” durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2009					(Dotações)/ Reversões de Imparidade	31 de Dezembro de 2010		
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Transferências		Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos recebidos em dação em pagamento									
Imóveis	27.597	(2.615)	12.234	(13.849)	5	510	25.987	(2.105)	23.882
Outros	834	(829)	-	-	(5)	-	829	(829)	-
	28.431	(3.444)	12.234	(13.849)	-	510	26.816	(2.934)	23.882

	31 de Dezembro de 2008				Transferências		(Dotações)/ Reversões de Imparidade	31 de Dezembro de 2009		
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	De activos fixos tangíveis (Nota 14)	Valor Bruto		Imparidade	Valor líquido	
Activos recebidos em dação em pagamento										
Imóveis	25.699	(1.652)	6.757	(4.759)	-	-	(963)	27.597	(2.615)	24.982
Outros	834	(829)	147	(147)	-	-	-	834	(829)	5
Imóveis de serviço próprio para venda	3.451	(1.436)	-	-	(3.451)	1.436	-	-	-	-
	29.884	(3.917)	6.904	(4.906)	(3.451)	1.436	(963)	28.431	(3.444)	24.987

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal, da BBVA Gest e da BBVA Fundos com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são os seguintes:

	2010	2009
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	5,35%	5,35%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,1%	4,1%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	2,75%	3%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,25%

Pressupostos demográficos

Tábua de mortalidade	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	-
Percentagem de casados	Real

A taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com duração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

semelhante à data de termo das obrigações do Plano. Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, o índice iBoxx para obrigações em Euros com qualidade de crédito AA (Iboxx Corporate AA).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empregados no activo	753	788
Reformados e pensionistas	801	783
	<u>1.554</u>	<u>1.571</u>

As responsabilidades com pensões de reforma, assistência médica e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2010 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	67.867	70.945	59.413	59.205	66.114
. Reformados e pensionistas	219.810	225.365	203.232	214.556	212.257
	<u>287.677</u>	<u>296.310</u>	<u>262.645</u>	<u>273.761</u>	<u>278.371</u>
- Assistência médica					
. Empregados no activo	4.403	4.586	3.832	3.847	4.297
. Reformados e pensionistas	14.233	14.608	13.174	13.946	13.797
	<u>18.636</u>	<u>19.194</u>	<u>17.006</u>	<u>17.793</u>	<u>18.094</u>
- Subsídio por morte	3.792	4.005	3.712	3.787	-
	<u>310.105</u>	<u>319.509</u>	<u>283.363</u>	<u>295.341</u>	<u>296.465</u>
Cobertura das responsabilidades					
- Valor patrimonial dos Fundos	283.985	312.826	276.628	287.874	248.473
- Contratos de rendas vitalícias	6.192	6.683	6.735	7.500	8.314
- Contribuições a entregar (Nota 23)	19.928	-	-	-	39.715
	<u>310.105</u>	<u>319.509</u>	<u>283.363</u>	<u>295.374</u>	<u>296.502</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>37</u>
Desvios actuariais e financeiros:					
- Alteração de pressupostos	(20.986)	22.146	(18.413)	(23.928)	(11.871)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos) / Perdas actuariais	(3.078)	(339)	2.447	4.246	5.945
. (Ganhos) / Perdas financeiras	43.992	(9.449)	18.991	17.762	6.593
	<u>19.928</u>	<u>12.358</u>	<u>3.025</u>	<u>(1.920)</u>	<u>667</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outros passivos" inclui o montante de 19.928 mEuros (Nota 23) relativo à contribuição a efectuar em 2011. Esta contribuição foi efectuada em Fevereiro de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades no início do exercício	319.509	283.363
Reformas antecipadas efectuadas no exercício	8.939	9.327
Alteração de pressupostos:		
· Taxa de crescimento dos salários e pensões	(20.986)	-
· Taxa de desconto	-	22.146
Custo do serviço corrente	4.379	3.529
Custo dos juros	16.663	16.613
Perdas actuariais	(3.078)	(339)
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.754)	(15.500)
Contribuição dos colaboradores	325	328
Subsídio por morte	108	42
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	310.105	319.509
	=====	=====

Conforme referido na nota 2.12. a integração de responsabilidades relativas aos colaboradores da BBVA Gest e BBVA Fundos foi efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2010. Simultaneamente, foram transferidas as quotas-partes do Fundo de Pensões, anteriormente pertencente às sociedades gestoras, para o Banco.

A cobertura das responsabilidades do Grupo BBVA Portugal é efectuada através do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Companhia de Seguros Groupama Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo inicial:		
· Valor patrimonial dos Fundos	312.826	276.628
· Contratos de rendas vitalícias	6.683	6.735
	-----	-----
	319.509	283.363
Contribuições efectuadas	17.312	28.373
Contribuições dos colaboradores	325	328
Rendimento esperado dos fundos de pensões	12.777	13.496
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.754)	(15.500)
(Ganhos) e perdas actuariais/financeiras	(43.992)	9.449
Valor a entregar ao Fundo de Pensões	19.928	-
	-----	-----
Saldo final	310.105	319.509
	=====	=====

Em 2010 e 2009 foram efectuadas contribuições em numerário no montante global de 17.312 mEuros e 28.373 mEuros, respectivamente. Adicionalmente, conforme referido anteriormente, o Banco efectuou em Fevereiro de 2011 uma contribuição de 19.928 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações	2.008 =====	8.145 =====

Conforme referido anteriormente, com a publicação do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores do Banco que nesta data se encontravam no activo e eram beneficiários da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que se refere à cobertura das eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e benefício de reforma por velhice. Consequentemente, a partir dessa data as responsabilidades com pensões de reforma por velhice deixam de estar integralmente a cargo do Fundo de Pensões do Banco, passando a ser repartidas com a Segurança Social. Esta integração não teve qualquer impacto ao nível das responsabilidades com serviços passados em 31 de Dezembro de 2010.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>43.140</u>
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	(9.449)
- actuariais	(339)
Impacto da alteração da taxa de desconto	22.146
Amortização de desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade ao longo de 25 anos (Nota 26)	(568)
Amortização de outros desvios actuariais fora do Corredor	<u>(2.075)</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	52.855
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	43.992
- actuariais	(3.078)
Impacto da alteração da taxa de crescimento dos salários e pensões	(20.986)
Amortização de desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade ao longo de 25 anos (Nota 26)	(465)
Amortização de outros desvios actuariais fora do Corredor	<u>(509)</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	<u><u>71.809</u></u>

Os desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade, efectuada em 2005, estão a ser amortizados ao longo de um período de 25 anos, correspondente ao período médio de vida activa até à idade de reforma, para os trabalhadores actualmente no activo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do exercício com pensões de reforma e responsabilidades com saúde inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros relativo à totalidade das responsabilidades, a amortização dos desvios actuariais fora do "corredor" e os custos com acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas, deduzidos do rendimento esperado dos Fundos de Pensões:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	8.939	9.327
	-----	-----
Custo do serviço corrente	4.487	3.571
Custo dos juros	16.663	16.613
Amortização de desvios actuariais fora do Corredor	465	568
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	(12.777)	(13.496)
	-----	-----
	8.838	7.256
	-----	-----
Custo do exercício (Nota 36)	17.777	16.583
	=====	=====

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
· Instituições de crédito no país	6.456	3.798
· Instituições de crédito no estrangeiro	56.354	45.932
	-----	-----
	62.810	49.730
Depósitos a prazo e outros recursos		
· Instituições de crédito no estrangeiro	4.001.519	3.084.462
	-----	-----
	4.064.329	3.134.192
	-----	-----
Juros a pagar	7.015	3.414
	-----	-----
	4.071.344	3.137.606
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	600.957	362.614
De três meses a um ano	738.897	464.654
De um a cinco anos	573.667	1.528.849
Mais de cinco anos	2.150.808	778.075
	-----	-----
	4.064.329	3.134.192
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro eram remunerados à taxa de juro média anual de 0,92% e 1,70%, respectivamente.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos		
· À ordem	835.059	963.380
· A prazo	2.431.828	2.051.437
· De poupança	5.692	7.633
Outros recursos de clientes		
· Cheques e ordens a pagar	9.610	2.528
· Outros	276	283
	<u>3.282.465</u>	<u>3.025.261</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	814	1.446
	<u>3.283.279</u>	<u>3.026.707</u>
Encargos a pagar		
· Juros de recursos de clientes	9.963	3.359
· Juros de empréstimos	108	36
	<u>10.071</u>	<u>3.395</u>
Despesas com encargo diferido		
· Juros de recursos de clientes	(85)	(82)
	<u>3.293.265</u>	<u>3.030.020</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	2.509.860	2.550.391
De três meses a um ano	627.475	296.825
De um a cinco anos	145.091	177.988
Mais de cinco anos	39	57
	<u>3.282.465</u>	<u>3.025.261</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a taxa anual média de remuneração dos depósitos de clientes, excluindo o depósito efectuado pelo accionista Luxinvest, S.A. apresentado na Nota 39, era de 0,83% e 0,98%, respectivamente.

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empréstimos subordinados:		
· Dívida perpétua	150.000	75.000
· Dívida não perpétua	-	95.000
	<u>150.000</u>	<u>170.000</u>
Encargos a pagar		
· Juros de empréstimos subordinados	26	19
	<u>150.026</u>	<u>170.019</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 encontravam-se em vigor os seguintes empréstimos:

- Empréstimo subordinado perpétuo no montante de 75.000 mEuros, concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. em 29 de Junho de 2006, através de um contrato de mútuo directo subordinado. O BBVA Portugal poderá proceder ao reembolso – total ou parcial – do mútuo a partir do sétimo ano mediante autorização do Banco de Portugal. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 1,55 pontos percentuais.
- Empréstimo subordinado perpétuo no montante de 75.000 mEuros, constituído em 30 de Junho de 2010 através de um contrato de mútuo directo subordinado. O BBVA Portugal poderá proceder ao reembolso – total ou parcial – do mútuo a partir do sétimo ano mediante autorização do Banco de Portugal. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 4 pontos percentuais.

Os empréstimos subordinados, que em 31 de Dezembro de 2010, totalizam 150.000 mEuros, são incluídos nos fundos próprios de base, para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade, com base em autorizações específicas do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2009 encontrava-se em vigor o seguinte empréstimo, para além do acima referido:

- Empréstimo subordinado no montante de 95.000 mEuros, concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., em 30 de Março de 2007, através de um contrato de mútuo directo subordinado. Este empréstimo foi liquidado antecipadamente em 30 de Junho de 2010.

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Valor a entregar ao Fundo de Pensões (Nota 18)	19.928	-
Credores por operações sobre futuros	14.517	9.192
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	2.866	2.640
. Imposto sobre o Valor Acrescentado	106	617
. Contribuições para a Segurança Social	328	300
Cobranças por conta de terceiros	26	25
Contribuições para outros sistemas de saúde	230	225
. Outros credores	6.149	5.620
	<u>44.150</u>	<u>18.619</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
. Remunerações variáveis	6.050	6.157
. Provisão para férias e subsídio de férias	4.477	4.618
. Prémio de antiguidade	4.342	4.275
. Outros	55	61
Por gastos gerais administrativos	2.839	3.084
Comissões a pagar por angariação de operações de crédito	82	141
Taxa para o ISP	5	14
Outros	1.549	2.302
	<u>19.399</u>	<u>20.652</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	729	323
<u>Outras contas de regularização</u>		
Mais valias em bens de locação financeira	277	302
Posição cambial	2.041	8
Outras operações a regularizar	9.074	7.629
	<u>11.392</u>	<u>7.939</u>
	<u>75.670</u>	<u>47.533</u>

A rubrica "Prémio de antiguidade" corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Valor a entregar ao Fundo de Pensões" corresponde à contribuição a efectuar ao Fundo de Pensões para assegurar o financiamento integral das responsabilidades nessa data. Este valor foi pago pelo Banco em Fevereiro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outras contas de regularização – posição cambial" diz respeito a forwards cambiais para cobrir posições de clientes com depósitos a prazo em dólares norte-americanos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outros passivos - Outras contas de regularização - Outras operações a regularizar" inclui 2.018 mEuros relativos ao justo valor de operações cambiais a prazo e dos contratos de garantia de taxa (Nota 8).

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	763.190	747.255
Aceites e endossos	5.009	3.034
Créditos documentários abertos	7.668	10.979
Outros passivos eventuais	-	20
	-----	-----
	775.867	761.288
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
<u>Compromissos irrevogáveis</u>		
· Por linhas de crédito	410.405	429.694
· Por subscrição de títulos	72.650	409.650
· Contratos a prazo de depósitos	45.222	70.613
· Responsabilidades a prazo de contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	680	680
· Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	597	747
· Outros compromissos irrevogáveis	2.967	3.308
	-----	-----
	532.521	914.692
	-----	-----
<u>Compromissos revogáveis</u>		
· Facilidades de descoberto	469.522	637.050
· Por linhas de crédito	211.203	701.188
· Outros compromissos revogáveis	2.418	3.828
	-----	-----
	683.143	1.342.066
	-----	-----
	1.215.664	2.256.758
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	4.736.906	4.415.933
Valores recebidos para cobrança	53.121	48.366
Valores administrados pela instituição		
· Fundos mobiliários geridos pela BBVA Gest	177.086	244.706
· Fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos	371.623	391.948
· Outros	43.722	55.836
Rendas vincendas e valores residuais	283.841	194.996
Outras	166.376	119.161
	-----	-----
	5.832.675	5.470.946
	=====	=====

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 35). Em 2010 e 2009, o BBVA Portugal efectuou o pagamento das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos nos montantes de 597 mEuros e 572 mEuros, respectivamente. De referir que, em 2007, o BBVA Portugal utilizou a faculdade de não realizar o pagamento de 15% do valor das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue. Neste âmbito, foram dadas em penhor 10.146.794 Obrigações do Tesouro, cujo valor nominal é de 101 mEuros.

O saldo da rubrica "Sistema de indemnização aos investidores" corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

25. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a estrutura accionista é a seguinte:

	2010		2009	
	N ° de Acções	%	N ° de Acções	%
Entidades do Grupo BBVA:				
. Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	253.332.454	90,48%	199.046.899	90,48%
. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	26.667.396	9,52%	20.952.951	9,52%
Outros	150	0,00%	150	0,00%
	-----		-----	
	280.000.000	100,00%	220.000.000	100,00%
	=====		=====	

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital social era de 220.000 mEuros, integralmente subscrito e realizado.

Durante o exercício de 2010, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 30 de Junho de 2010 e de 29 de Dezembro de 2010, o Banco realizou dois aumentos de capital através da emissão de 50.000.000 e 10.000.000 acções, respectivamente, pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

De referir que durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros. Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
· Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	1.226	(210)
· Reservas de reavaliação do imobilizado	1.794	1.826
	-----	-----
	3.020	1.616
	-----	-----
<u>Outras reservas e resultados transitados</u>		
· Reservas:		
Reserva legal	19.568	18.883
Outras reservas	11.839	11.839
· Resultados transitados	(17.437)	(22.799)
	-----	-----
	13.970	7.923
	-----	-----
Resultado líquido do exercício	(8.035)	7.329
	-----	-----
	8.955	16.868
	=====	=====

Reservas de reavaliação*Reservas de reavaliação do imobilizado*

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2010, o efeito das reavaliações de imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	2.905	(1.111)	1.794
	=====	=====	=====

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Formação do resultado consolidado

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado individual	(8.855)	4.591
Resultados imputáveis ao BBVA Portugal:		
- BBVA Gest	252	526
- BBVA Fundos	1.787	1.645
- BBVA Leasimo	(258)	89
- Invesco Management nº 1	(104)	(159)
- Invesco Management nº 2	(738)	(877)
	939	1.224
Impacto da conversão das contas individuais para IAS/IFRS:		
- Imparidade do crédito concedido líquida do efeito fiscal	(515)	1.038
- Imparidade da participação do Banco na Invesco nº 1 (Nota 3)	104	159
- Provisão da Invesco nº 2 para o crédito concedido à Invesco nº 1	738	877
- Amortização dos desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade por um período de 25 anos (ver Nota 18)	(465)	(568)
Outros	19	8
Resultado consolidado do exercício	(8.035)	7.329
	=====	=====

27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de disponibilidades	650	824
Juros de aplicações em instituições de crédito	3.557	7.453
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	119.089	143.972
. Crédito ao exterior	11.157	13.362
Juros de crédito vencido	1.825	1.661
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Instrumentos derivados	49.720	57.799
. Títulos	214	-
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	3.992	5.243
Juros de derivados de cobertura	6.806	10.020
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado:		
. Operações de crédito	1.160	1.385
Outras comissões recebidas:		
. Operações de crédito	1.320	1.531
	199.490	243.250
	=====	=====

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		
. no país	2.595	945
. no estrangeiro	33.235	51.670
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	25.550	30.534
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	50.910	64.169
Juros de derivados de cobertura	8.063	8.574
Juros de passivos subordinados	4.117	4.307
Outros juros e encargos similares	113	-
Outras comissões pagas:		
. operações de crédito	896	709
	<u>125.479</u>	<u>160.908</u>
	=====	=====

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	421	365
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	90	125
. Finangest – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	3	5
	<u>514</u>	<u>495</u>
	===	===

30. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por garantias prestadas	4.449	4.549
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	2.076	1.742
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	58	58
Por serviços prestados		
· Administração de valores	11.648	8.231
· Depósito e guarda de valores	2.163	2.883
· Gestão de cartões	6.843	5.943
· Operações de crédito	1.778	1.263
· Cobrança de valores	969	870
· Montagem de operações	263	202
· Transferência de valores	29	64
· Outros serviços prestados	3.805	2.598
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.574	1.280
Por gestão de fundos	3.960	3.944
Outras comissões recebidas	3.699	3.029
	-----	-----
	43.314	36.656
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas	5.367	5.042
Por serviços bancários prestados por terceiros		
· Depósito e guarda de valores	262	266
· Operações de crédito	9	9
· Cobrança de valores	9	8
· Outros	618	595
Por operações realizadas por terceiros	2.036	2.360
Outras comissões pagas	18	32
Por compromissos assumidos por terceiros	-	2
	-----	-----
	8.319	8.314
	=====	=====

Em 2010 e 2009, a rubrica "Comissões de depósito e guarda de valores" inclui 1.666 mEuros e 2.399 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 2010 e 2009, a rubrica "Comissões por serviços prestados – administração de valores" inclui 10.047 mEuros e 7.375 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2010 e 2009, a rubrica "Outras comissões recebidas" inclui 2.339 mEuros e 1.648 mEuros (Notas 38 e 39), respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Seguros, S.A..

31. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Títulos						
. Emitidos por residentes	1.437	(1.707)	(270)	4.208	(978)	3.230
. Emitidos por não residentes	227	(655)	(428)	2.391	(431)	1.960
Instrumentos financeiros derivados						
. Swaps						
Swaps de divisas	72	-	72	1.240	-	1.240
Swaps de taxa de juro	134.668	(138.553)	(3.885)	127.142	(124.508)	2.634
Equity swaps	-	(195)	(195)	-	(3.318)	(3.318)
. Futuros						
Sobre cotações	12.224	(11.605)	619	8.118	(9.357)	(1.239)
. Opções						
Sobre taxas de juro	454	(458)	(4)	1.392	(738)	654
Sobre cotações	6.532	(6.000)	532	12.539	(12.442)	97
	<u>155.614</u>	<u>(159.173)</u>	<u>(3.559)</u>	<u>157.030</u>	<u>(151.772)</u>	<u>5.258</u>
Derivados de cobertura:						
. Swaps (Nota 9)						
Swaps de taxa de juro	18.644	(16.876)	1.768	5.378	(5.640)	(262)
Equity swaps	1.339	(1.841)	(502)	6.147	(2.113)	4.034
. Opções (Nota 9)						
Sobre taxas de juro	-	(1)	(1)	-	(798)	(798)
	<u>19.983</u>	<u>(18.718)</u>	<u>1.265</u>	<u>11.525</u>	<u>(8.551)</u>	<u>2.974</u>
Correcções de valor de activos/passivos de operações objecto de cobertura (Nota 9)	18.153	(17.804)	349	8.403	(12.857)	(4.454)
	<u>193.750</u>	<u>(195.695)</u>	<u>(1.945)</u>	<u>176.958</u>	<u>(173.180)</u>	<u>3.778</u>

32. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos emitidos por residentes	48	141
. Títulos emitidos por não residentes	220	220
	====	====
	268	361
	====	====

33. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Reavaliação da posição cambial à vista	2.960	1.061
Reavaliação da posição cambial a prazo	(2.025)	(4)
	-----	-----
	935	1.057
	====	====

34. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultados em activos não financeiros		
· Outros activos tangíveis	(341)	(326)
Outros	52	(42)
	-----	-----
	(289)	(368)
	===	===

35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
· Reembolso de despesas	10.167	6.963
· Recuperação de créditos incobráveis	598	494
· Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.343	3.883
· Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	112	255
· Rendas de locação operacional	-	28
· Outros	642	466
	-----	-----
	14.862	12.089
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
· Impostos directos	3.802	2.065
· Impostos indirectos	1.058	662
Outros encargos e perdas operacionais:		
· Quotizações e donativos	152	131
· Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 24)	597	572
· Outros encargos e gastos operacionais:		
Menos-valias na alienação de outros activos	-	1.528
Outros	1.464	1.184
	-----	-----
	7.073	6.142
	-----	-----
Outros resultados de exploração	7.789	5.947
	=====	=====

A rubrica "Outros rendimentos e receitas operacionais – Reembolso de despesas" inclui essencialmente o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), imposto do selo, avaliações e outros custos de solicitadoria pagos pelo Banco no acto de escritura dos imóveis e posteriormente cobrados aos clientes, essencialmente no que diz respeito a operações de crédito à habitação.

36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	1.404	1.248
. Empregados	34.481	34.250
	-----	-----
	35.885	35.498
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
. Fundos de Pensões (Nota 18)	8.838	7.256
. Reformas antecipadas (Nota 18)	8.939	9.327
. Outros	5.954	5.075
	-----	-----
	23.731	21.658
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	147	135
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
. Indemnizações contratuais	857	980
Outros	204	213
	-----	-----
	1.061	1.193
	-----	-----
	60.824	58.484
	=====	=====

O número médio de colaboradores do Grupo em 2010 e 2009 apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Quadros directivos	38	42
Chefias e gerência	159	157
Quadros técnicos	491	454
Administrativos	151	178
	-----	-----
	839	831
	===	===

37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Com fornecimentos	1.770	1.708
Com serviços		
· Rendas e alugueres	2.611	3.149
· Comunicações	3.128	3.339
· Publicidade e edição de publicações	2.869	2.780
· Seguros	377	387
· Deslocações, estadas e representação	1.034	1.067
· Conservação e reparação	753	727
· Transportes	184	149
· Serviços especializados		
Avenças e honorários	928	994
Informática	1.319	1.481
Mão de obra eventual	814	498
Judiciais, contencioso e notariado	425	376
Segurança e vigilância	327	354
Outros serviços especializados	4.160	4.168
· Outros serviços de terceiros	7.979	6.975
	-----	-----
	28.678	28.152
	=====	=====

Em 2010, os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 869 mEuros.

38. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

O BBVA Portugal é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho. No âmbito dos serviços de mediação de seguros, o BBVA Portugal comercializa na sua rede comercial seguros por conta das seguintes seguradoras: BBVA Seguros, S.A., Mapfre Seguros Gerais, S.A., Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A. e Groupama Seguros de Vida, S.A..

Os proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros referem-se às comissões cobradas às seguradoras pela comercialização dos seus produtos e são registados na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – outras comissões recebidas”. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as comissões cobradas à BBVA Seguros, S.A. ascendem a 2.339 mEuros e 1.648 mEuros (Notas 30 e 39), respectivamente. As comissões cobradas a outras seguradoras em 2010 e 2009 ascendem a 214 mEuros e 494 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros activos – rendimentos a receber de comissões” inclui comissões a receber da BBVA Seguros nos montantes de 2.339 mEuros e 1.665 mEuros (Notas 17 e 39), respectivamente, e de outras seguradoras nos montantes de 1.071 mEuros e 2.032 mEuros, respectivamente.

O BBVA não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo BBVA e os órgãos de gestão.

Saldos com empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	2010	2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	19.910	10.380
Activos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.282	114.730
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	171.834	240.143
Anidaport – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	77	67
Crédito a clientes		
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	31.011	40.598
Anidaport – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	24.031	24.031
Derivados de cobertura (Activo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.483	23.428
Outros Activos		
BBVA Seguros, S.A. (Notas 17 e 38)	2.339	1.665
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	267	142
BBVA Gestion, S.A.	47	27
Passivos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	67.033	164.023
Recursos de outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.789.859	3.068.454
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	14
Recursos de clientes		
BBVA Seguros, S.A.	2.372	4.267
BBVA Luxinvest	1.059.526	1.123.316
Financeira do Comércio Exterior	30	32
Anidaport – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	594	1.152
Derivados de cobertura (Passivo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	10.777	31.913
Outros passivos subordinados		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	150.026	170.019
Outros passivos		
BBVA Gestion, S.A.	82	141
Extrapatrimoniais (garantias recebidas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.316.879	2.174.959
Extrapatrimoniais (garantias prestadas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	23.448
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	699
Extrapatrimoniais (compromissos irrevogáveis)		
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	20.000
Extrapatrimoniais (Derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.728.424	4.321.970

Transacções com empresas do Grupo

Nos exercícios de 2010 e 2009, os principais saldos da demonstração de resultados consolidados com empresas do Grupo BBVA são os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Margem Financeira		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(36.169)	(52.106)
BBVA Luxinvest	(4.627)	(10.023)
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	333	640
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	29
Anidaport – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	529	191
Comissões Líquidas		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.436	2.420
BBVA Seguros, S.A. (Notas 30 e 38)	2.339	1.648
BBVA Gestion, S.A.	(34)	(95)
Resultados em operações financeiras		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(39.647)	(28.775)
Outros resultados de exploração		
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	263

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os princípios e as políticas de gestão de riscos seguidos no BBVA Portugal, têm por objectivo essencial gerir e controlar activamente a exposição à incerteza para otimizar os rendimentos da Instituição, numa perspectiva constante de manter um equilibrado nível da solvência, do provisionamento e da liquidez.

Para alcançar tal objectivo, a Função Gestão de Riscos coadjuvada pelo Comité Geral de Gestão de Riscos, deve assegurar que os diferentes riscos aos quais a Instituição tem exposição são devidamente identificados e valorados. Desta forma pretende-se garantir que a variável risco está presente em todas as decisões e que contribui para configurar o "perfil de risco" desejado pelo BBVA (Portugal) estruturado de acordo com os objectivos globais do Grupo.

Neste sentido e para prosseguir com esta estratégia, o Grupo BBVA tem vindo a dotar-se de meios e recursos, tanto qualitativos (estrutura, sistema e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas), de forma contínua.

O Grupo BBVA dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

No BBVA (Portugal), o Comité de Activos e Passivos (COAP) é o órgão responsável pelos riscos estruturais do Balanço

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

Estão definidos e são diariamente controlados os limites para posições abertas "Stop Loss", e são efectuadas medições através da metodologia Value at Risk (VaR) para o risco de taxa de câmbio.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2010					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras	Dólares Canadianos	Outras	
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	84.952	464	53	13	341	85.823
Disponibilidades em outras instituições de crédito	41.091	2.633	582	40	1.145	45.491
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	22.366	-	-	-	-	22.366
- Instrumentos financeiros derivados	71.510	166	-	104	-	71.770
Activos financeiros disponíveis para venda	132.242	-	-	-	-	132.242
Aplicações em instituições de crédito	240.907	25.865	2.391	-	906	270.069
Crédito a clientes	7.037.901	62.990	9	3.878	1.651	7.106.629
Derivados de cobertura	4.769	29	-	-	-	4.798
	<u>7.635.738</u>	<u>92.137</u>	<u>3.035</u>	<u>4.035</u>	<u>4.243</u>	<u>7.739.188</u>
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	69.272	166	-	104	-	69.532
Recursos de outras instituições de crédito	3.890.819	174.236	-	3.878	2.411	4.071.344
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.245.085	44.039	3.058	33	1.050	3.293.265
Derivados de cobertura	10.725	52	-	-	-	10.777
Outros passivos subordinados	150.026	-	-	-	-	150.026
	<u>7.365.927</u>	<u>218.483</u>	<u>3.058</u>	<u>4.015</u>	<u>3.461</u>	<u>7.594.944</u>
Exposição Líquida		<u>(126.346)</u>	<u>(23)</u>	<u>20</u>	<u>782</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras	Dólares Canadianos	Outras	
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.149	271	28	14	126	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	41.789	6.533	1.095	112	2.193	51.722
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	20.420	-	-	-	-	20.420
- Instrumentos financeiros derivados	272.668	343	-	255	-	273.266
Activos financeiros disponíveis para venda	164.674	-	-	-	-	164.674
Aplicações em instituições de crédito	370.607	32.042	2.252	-	822	405.723
Crédito a clientes	5.664.321	57.280	850	4.170	1.770	5.728.391
Derivados de cobertura	25.610	71	-	-	-	25.681
	<u>6.638.238</u>	<u>96.540</u>	<u>4.225</u>	<u>4.551</u>	<u>4.911</u>	<u>6.748.465</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	270.992	343	-	254	-	271.589
Recursos de outras instituições de crédito	3.083.446	47.997	-	4.171	1.992	3.137.606
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.978.639	46.933	3.251	44	1.153	3.030.020
Derivados de cobertura	31.630	68	-	-	-	31.898
Outros passivos subordinados	170.019	-	-	-	-	170.019
	<u>6.534.926</u>	<u>95.341</u>	<u>3.251</u>	<u>4.469</u>	<u>3.145</u>	<u>6.641.132</u>
Exposição Líquida		<u>1.199</u>	<u>974</u>	<u>82</u>	<u>1.766</u>	

A exposição em Dólares Norte Americanos que se verifica em Dezembro de 2010 deve-se a depósitos a prazo constituídos em 2010, cujo risco cambial foi coberto através de forwards cambiais classificados contabilisticamente como derivados de negociação. Esta cobertura não é visível no quadro acima, na medida em que são apresentados os valores de mercado dos derivados e não os respectivos valores nominais.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial (actual ou futuro) que deriva da incapacidade da Instituição satisfazer os seus compromissos à medida que se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

Compete ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

O BBVA (Portugal) baseia a gestão do risco de liquidez em dois indicadores: o rácio de liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo. Utiliza como modelo base de análise do risco de liquidez o gap de liquidez e o gap de tesouraria de acordo com a Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal.

A identificação e análise da evolução do fluxo de financiamento do Grupo é realizada numa base diária e mensalmente elabora-se um mapa de liquidez para reporte ao Banco de Portugal.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos "cash-flows" contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" são apresentados no intervalo temporal "à vista";
- Os descobertos em depósitos à ordem e as contas correntes caucionadas registados na rubrica "Crédito a clientes" são apresentados no intervalo temporal "à vista";

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos, a acções, unidades de participação e crédito vencido a clientes; e
- Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2010.
- Foram incluídos os fluxos de juros calculados para todas as operações de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos cash flows contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2010						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	85.823	-	-	-	-	-	85.823
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45.484	-	7	-	-	-	45.491
Activos financeiros detidos para negociação	3.076	16.502	57.098	132.990	150.503	5.222	365.391
Activos financeiros disponíveis para venda	-	828	3.508	115.928	21.369	7.288	148.921
Aplicações em instituições de crédito	155.955	33.143	81.730	-	-	1	270.829
Crédito a clientes	1.585.674	450.036	839.072	1.667.703	3.690.982	112.551	8.348.018
Derivados de cobertura	178	617	2.249	2.809	3.627	1.316	10.796
	1.876.190	501.126	983.684	1.919.430	3.866.481	126.378	9.273.269
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	3.010	16.502	54.567	116.835	146.868	80	337.862
Recursos de outras instituições de crédito	883.603	316.253	435.239	1.837.451	744.433	-	4.216.979
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.243.576	272.845	842.566	144.095	4.130	-	3.307.012
Derivados de cobertura	455	1.603	4.823	17.021	15.513	-	39.415
Outros passivos subordinados	-	1.410	4.374	93.317	80.756	-	179.857
	3.130.644	608.413	1.141.569	2.208.719	991.700	80	8.061.125
Gap de liquidez	(1.254.454)	(107.287)	(157.905)	(289.289)	2.874.781	126.298	1.192.144
2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.588	-	-	-	-	-	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.722	-	-	-	-	-	51.722
Activos financeiros detidos para negociação	8.773	24.946	97.025	235.696	124.833	12.531	503.804
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.301	51.842	116.917	-	6.159	176.019
Aplicações em instituições de crédito	260.804	42.824	48.371	55.998	-	(3)	407.894
Crédito a clientes	1.275.658	410.083	809.248	1.317.004	2.615.451	7.026	6.434.670
Derivados de cobertura	1.034	2.171	7.985	12.590	10.442	4.170	38.392
	1.676.779	481.325	1.014.271	1.738.205	2.750.726	29.883	7.691.189
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	8.705	25.241	95.832	223.753	122.392	6.721	482.644
Recursos de outras instituições de crédito	155.449	184.674	532.664	1.585.086	770.218	-	3.228.111
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.426.971	142.495	380.797	80.956	4.175	(82)	3.035.312
Derivados de cobertura	1.028	2.939	8.921	21.292	16.962	3.641	54.783
Outros passivos subordinados	-	689	2.118	84.014	97.959	-	184.780
	2.592.153	356.038	1.020.352	1.995.101	1.011.706	10.280	6.985.630
Gap de liquidez	(915.374)	125.287	(6.081)	(256.896)	1.739.020	19.603	705.559

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Todos os “gaps” incorporam os juros calculados para todas as operações de balanço, tal como exigido pelos IFRS.

O aumento em 2010 do gap “Mais de 5 anos” deriva de se ter produzido um crescimento no crédito à habitação na ordem dos 750 Milhões de Euros.

Considerando a fonte de recursos a que o BBVA (Portugal) tem acesso, poder-se-á concluir que o risco de liquidez é pouco expressivo.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A exposição do Banco a movimentos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária, sendo em simultâneo uma oportunidade para a criação de valor económico. Neste sentido, o risco de taxa de juro deve ser gerido de modo a não ser excessivo face aos Fundos Próprios do Banco, e mantendo uma relação estável em relação ao resultado esperado.

No BBVA Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2010			
	Exposição a:		Não sujeito a taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	85.823	-	85.823
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	45.491	-	45.491
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	-	17.144	5.222	22.366
- Instrumentos financeiros derivados	44.590	27.180	-	71.770
Activos financeiros disponíveis para venda	37.618	87.336	7.288	132.242
Aplicações em instituições de crédito	-	270.068	1	270.069
Crédito a clientes	292.295	6.705.770	108.564	7.106.629
Derivados de cobertura	1.817	2.981	-	4.798
	<u>376.320</u>	<u>7.241.793</u>	<u>121.075</u>	<u>7.739.188</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	42.667	26.788	77	69.532
Recursos de outras instituições de crédito	914	4.070.430	-	4.071.344
Recursos de clientes e outros empréstimos	145.198	3.148.067	-	3.293.265
Passivos subordinados	-	150.026	-	150.026
Derivados de cobertura	8.319	2.458	-	10.777
	<u>197.098</u>	<u>7.397.769</u>	<u>77</u>	<u>7.594.944</u>
Exposição líquida	<u>179.222</u>	<u>(155.976)</u>	<u>120.998</u>	<u>144.244</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009			
	Exposição a:		Não sujeito a taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	78.588	-	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	51.722	-	51.722
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	-	-	20.420	20.420
- Instrumentos financeiros derivados	175.515	97.751	-	273.266
Activos financeiros disponíveis para venda	22.107	136.215	6.352	164.674
Aplicações em instituições de crédito	5.500	400.223	-	405.723
Crédito a clientes	252.753	5.422.862	52.776	5.728.391
Derivados de cobertura	13.556	12.125	-	25.681
	469.431	6.199.486	79.548	6.748.465
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	174.024	97.565	-	271.589
Recursos de outras instituições de crédito	7.160	3.130.446	-	3.137.606
Recursos de clientes e outros empréstimos	179.492	2.850.528	-	3.030.020
Passivos subordinados	-	170.019	-	170.019
Derivados de cobertura	20.175	11.723	-	31.898
	380.851	6.260.281	-	6.641.132
Exposição líquida	88.580	(60.795)	79.548	107.333

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

Como se pode verificar pela análise do quadro acima, o risco de taxa de juro para operações a taxa fixa é pouco expressivo.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2010							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	85.823	-	-	-	-	-	-	85.823
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45.484	-	7	-	-	-	-	45.491
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	10.247	6.897	-	-	5.222	-	22.366
- Instrumentos financeiros derivados	-	8.289	18.891	26.179	18.411	-	-	71.770
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(542)	86.189	20.629	16.989	7.288	1.889	132.242
Aplicações em instituições de crédito	6.387	248.891	14.275	-	-	1	505	270.069
Crédito a clientes	812.962	5.200.548	672.351	189.902	109.247	108.564	13.055	7.108.629
Derivados de cobertura	-	519	1.146	911	906	-	1.316	4.798
	950.666	5.467.952	799.756	237.621	145.553	121.075	16.565	7.739.188
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	87.786	3.624.192	351.437	418	498	77	7.015	4.071.344
Recursos de clientes e outros empréstimos	845.300	1.664.641	628.140	141.068	4.130	-	9.986	3.283.265
Passivos subordinados	-	150.000	-	-	-	-	26	150.026
Derivados de cobertura	-	652	1.605	4.470	3.849	-	1	10.777
	933.086	5.447.661	999.794	171.655	25.442	77	17.026	7.594.944
Exposição líquida	17.580	20.091	(200.038)	65.965	120.111	120.998	(463)	144.244

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.588	-	-	-	-	-	-	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.722	-	-	-	-	-	-	51.722
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	20.420	-	20.420
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	24.700	62.482	118.650	55.865	-	10.569	273.266
Activos financeiros disponíveis para venda	-	47.370	91.116	22.106	-	6.352	(2.270)	164.674
Aplicações em instituições de crédito	15.105	377.492	7.026	5.500	-	-	600	405.723
Crédito a clientes	762.181	3.993.539	708.647	178.412	74.341	52.776	(41.505)	5.728.391
Derivados de cobertura (nacionais)	-	2.606	5.349	6.990	6.566	-	4.170	25.681
	<u>907.596</u>	<u>4.445.707</u>	<u>874.620</u>	<u>332.658</u>	<u>136.772</u>	<u>79.548</u>	<u>(28.436)</u>	<u>6.748.465</u>
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	24.535	62.299	119.495	54.529	-	10.731	271.589
Recursos de outras instituições de crédito	49.730	2.709.141	368.146	6.633	526	-	3.430	3.137.606
Recursos de clientes e outros empréstimos	963.624	1.583.473	297.588	175.318	4.175	-	5.842	3.030.020
Passivos subordinados	-	170.000	-	-	-	-	19	170.019
Derivados de cobertura (nacionais)	-	2.591	5.492	10.231	9.894	-	3.640	31.898
	<u>1.013.354</u>	<u>4.489.740</u>	<u>733.525</u>	<u>311.727</u>	<u>69.124</u>	<u>-</u>	<u>23.662</u>	<u>6.641.132</u>
Exposição líquida	<u>(105.758)</u>	<u>(44.033)</u>	<u>141.095</u>	<u>20.931</u>	<u>67.648</u>	<u>79.848</u>	<u>(52.098)</u>	<u>107.333</u>

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no Grupo BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazos superiores a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de Depósitos à Ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, o quadro acima evidencia uma muito reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas, por exemplo nos créditos a médio e longo prazo, e mais lentos nas operações de curto prazo, muitas delas sucessivamente renegociadas, caso por exemplo dos depósitos a prazo.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do BBVA Portugal, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se for o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de Instrumento Financeiro	2010			2009		
	Valor Contabilístico Bruto	Provisões/ Imparidade	Valor Contabilístico Líquido	Valor Contabilístico Bruto	Provisões/ Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	45.501	(10)	45.491	51.723	(1)	51.722
Activos Financeiros Detidos para Negociação	94.136	-	94.136	293.686	-	293.686
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	132.858	(614)	132.242	165.305	(631)	164.674
Aplicações em Instituições de Crédito	270.069	-	270.069	405.723	-	405.723
Crédito a Clientes	7.221.651	(115.022)	7.106.629	5.809.891	(81.500)	5.728.391
	<u>7.764.213</u>	<u>(115.646)</u>	<u>7.648.567</u>	<u>6.726.328</u>	<u>(82.132)</u>	<u>6.644.196</u>
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	775.867	(109)	775.758	761.288	(154)	761.134
Compromissos irrevogáveis	532.521	-	532.521	914.692	-	914.692
	<u>1.308.388</u>	<u>(109)</u>	<u>1.308.279</u>	<u>1.675.980</u>	<u>(154)</u>	<u>1.675.826</u>
	<u>9.072.601</u>	<u>(115.755)</u>	<u>8.956.846</u>	<u>8.402.308</u>	<u>(82.286)</u>	<u>8.320.022</u>

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos

O principal objectivo estratégico na gestão de risco de Crédito no BBVA Portugal é manter a melhor qualidade da sua carteira de crédito dentro de parâmetros de rácios de incumprimento definidos, mantendo-os nos níveis de exigência fixados pelo Grupo e sempre que possível melhorá-los.

Crédito a clientes – empresas

O Banco dispõe de um sistema corporativo de rating interno. O cálculo do rating é produzido para o negócio de empresas tendo em conta a sua dimensão em termos de volume de vendas (Corporativa, Empresas e Pmes) e, por outro lado, o próprio segmento de negócio (Instituições Públicas, Instituições Financeiras, Promotor Imobiliário, etc).

O algoritmo de classificação que incorpora o sistema de rating compreende variáveis quantitativas (balanço e conta exploração), variáveis qualitativas (segmentos, sector, posição competitiva, accionistas, qualidade da gestão e da informação e flexibilidade financeira) e variáveis de contraste, consistência e alertas, bem como dados complementares obtidos junto de Agências Externas Especializadas.

A pontuação obtida está traduzida em termos de probabilidade de incumprimento, validada por bases de dados históricas, e é transposta para uma escala de rating de AAA a CCC.

A BBVA Leasimo não dispõe de um sistema de rating interno dos seus clientes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito a clientes, incluindo o crédito vencido, apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Crédito com rating	3.476.127	2.640.169
Crédito sem rating	713.166	955.646
Crédito a particulares	2.854.149	2.114.510
Outros créditos	156.523	86.188
	<u>7.199.965</u>	<u>5.796.513</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito a empresas, excluindo o crédito concedido através da BBVA Leasimo, encontra-se classificado de acordo com o sistema de rating interno como segue:

Classe de activo	2010						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	-	38	33.864	354.507	332.245	7.020	727.674
Banca Corporativa	59.353	311.127	770.190	761.364	296.972	7.642	2.206.648
Banca Institucional (SPA)	-	81.008	44.030	58.996	400	-	184.434
Instituições Financeiras e Participadas	2	-	-	6	-	-	8
Banca Hipotecária	-	-	30.123	88.675	136.405	-	255.203
Leasing	-	-	2.612	71.805	27.173	570	102.160
	<u>59.355</u>	<u>392.173</u>	<u>880.819</u>	<u>1.335.353</u>	<u>793.195</u>	<u>15.232</u>	<u>3.476.127</u>

Classe de activo	2009						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	-	18.022	29.542	330.686	237.366	-	615.616
Banca Corporativa	288.692	885	479.877	705.972	216.836	7.448	1.699.710
Banca Institucional (SPA)	-	46.205	112.015	25.650	32.448	-	216.318
Instituições Financeiras e Participadas	-	-	-	-	-	-	-
Banca Hipotecária	-	-	-	25.649	12.923	-	38.572
Leasing	-	-	6.891	41.218	19.594	2.250	69.953
	<u>288.692</u>	<u>65.112</u>	<u>628.325</u>	<u>1.129.175</u>	<u>519.167</u>	<u>9.698</u>	<u>2.640.169</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as operações de crédito para os quais o Grupo BBVA Portugal não dispõe de rating atribuído podem ser decompostas conforme segue:

	2010	2009
Empresas		
Banca Hipotecária	157.710	418.776
Banca Comercial	274.299	233.570
Instituições Financeiras e Participadas	4.942	68.709
Corporativa	120.723	126.637
Banca Institucional (SPA)	-	281
Leasing	155.492	107.673
	<u>713.166</u>	<u>955.646</u>

Crédito a clientes – particulares

Ao nível do crédito a clientes particulares, o Banco tem vindo a focalizar-se essencialmente na concessão de crédito à habitação.

No que diz respeito ao crédito à habitação, a relação entre o montante em dívida e o valor de mercado dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	2010		2009	
	Crédito vivo	%	Crédito vivo	%
<=75%	1.559.436	54,64%	1.188.856	56,22%
entre 75 e 90%	931.958	32,65%	619.282	29,29%
Mais de 90%	362.755	12,71%	306.372	14,49%
	<u>2.854.149</u>	<u>100%</u>	<u>2.114.510</u>	<u>100%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Grau de cobertura das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2010, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresenta a seguinte decomposição:

Grau de cobertura	2010			
	Crédito vencido	Crédito vincendo associado ao crédito vencido	Total	Colaterais recebidos
>=500%	2.384	5.862	8.246	83.753
>=300% e <500%	3.100	16.369	19.469	73.132
>=200% e <300%	6.988	27.662	34.651	82.877
>=150% e <200%	5.088	80.867	85.956	150.768
>=100% e <150%	16.513	166.152	182.665	224.784
>=0% e <100%	23.642	22.166	45.808	33.504
Sem garantia	50.849	18.300	69.150	-
	<u>108.564</u>	<u>337.380</u>	<u>445.945</u>	<u>648.819</u>

Créditos reestruturados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as operações de crédito reestruturado identificadas nas aplicações centrais do Banco ascendem a 105.010 mEuros e 11.568 mEuros, respectivamente.

Salienta-se que, em 2010, o Banco, através do Departamento de Reestruturações de crédito desenvolveu trabalhos específicos, focalizados num acompanhamento contínuo das operações de crédito que denotavam indícios de deterioração. Foram desencadeados processos de reestruturações/renegociações de dívida, estabelecendo-se, desta forma, um controlo mais efectivo da mora.

Títulos em carteira

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a decomposição dos títulos em carteira por rating, excluindo derivados, pode ser resumida como segue:

Classe de Activo	2010								
	Rating Externo			Rating Interno				Sem Rating	Total
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	B+ / B-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB -		
Activos financeiros detidos para negociação	8.102	3.115	2.480	835	36	258	945	6.595	22.366
Activos financeiros disponíveis para venda	-	18.131	20.739	-	-	-	86.626	6.746	132.242
	<u>8.102</u>	<u>21.246</u>	<u>23.219</u>	<u>835</u>	<u>36</u>	<u>258</u>	<u>87.571</u>	<u>13.341</u>	<u>154.608</u>

Classe de Activo	2009								
	Rating Externo			Rating Interno				Sem Rating	Total
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB -			
Activos financeiros detidos para negociação	5.421	7.323	3.360	-	12	1.450	2.854	2.854	20.420
Activos financeiros disponíveis para venda	16.196	-	21.043	-	87.626	34.000	5.809	5.809	164.674
	<u>21.617</u>	<u>7.323</u>	<u>24.403</u>	<u>-</u>	<u>87.638</u>	<u>35.450</u>	<u>8.663</u>	<u>8.663</u>	<u>185.094</u>

De referir que ao nível dos títulos registados na categoria de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda", o rating externo apresentado corresponde ao mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody's e Standard & Poors.

Risco de mercado

A actividade do Banco realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- Value-at-Risk" (VaR) relativamente à carteira de "trading", a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.
- Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

Carteira de "trading"

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%. De referir que são consideradas as observações relativas a um ano, sendo atribuído igual peso a todas as observações.

No Grupo BBVA são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

Nas opções, a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas "at the money" de caps, floors e swaps.

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

	2010	2009
VaR máximo	430	354
VaR médio	156	202
VaR mínimo	68	72
VaR em 31 de Dezembro	77	165

A decomposição do VaR a 31 de Dezembro de 2010 por tipo de risco é apresentada de seguida:

Taxa de Juro	69
Cambial	10
Renda Variável	47
Efeito de diversificação	(49)
VaR total	<u>77</u>

Carteira de "non- trading"

A análise de sensibilidade relativamente à carteira "non trading" foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Situação Líquida e na Margem Financeira do Banco no exercício de 2009 considerando uma descida das taxas de juro de referência em 200 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial na Margem financeira projectada para 2011 de uma descida (subida) das taxas de juro de referência em 200 basis points será de 1.554 mEuros positivos (1.554 mEuros negativos).

Justo valor

O justo valor tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, como acontece, por exemplo, em Depósitos estruturados colocados nos clientes, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos, assentes na técnica de desconto de cash-flows, utilizando a curva de taxas do mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos activos e passivos financeiros, valorizados ao custo amortizado, é o seguinte:

Instrumentos financeiros	2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Saldos com vencimento anterior a 30-06-2011	Valor de balanço total
Activos					
Aplicações em instituições de crédito	4.907	4.910	3	265.162	270.069
Crédito a clientes	4.274.686	4.242.113	(32.573)	2.831.943	7.106.629
	<u>4.279.593</u>	<u>4.247.023</u>	<u>(32.570)</u>	<u>3.097.105</u>	<u>7.376.698</u>
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	(2.534.875)	(2.510.870)	24.006	(1.536.469)	(4.071.344)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(415.710)	(420.111)	(4.401)	(2.877.555)	(3.293.265)
Outros passivos subordinados	(150.000)	(134.472)	15.528	(26)	(150.026)
	<u>(3.100.585)</u>	<u>(3.065.453)</u>	<u>35.133</u>	<u>(4.414.050)</u>	<u>(7.514.635)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros	2009					
	Saldos analisados			Saldos não analisados		Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Saldos com vencimento anterior a 30-06-2010		
Activos						
Aplicações em instituições de crédito	100.823	100.028	(795)	304.900	405.723	
Crédito a clientes	3.360.124	3.341.449	(18.675)	2.368.268	5.728.391	
	<u>3.460.947</u>	<u>3.441.477</u>	<u>(19.470)</u>	<u>2.673.167</u>	<u>6.134.114</u>	
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	(2.546.918)	(2.542.131)	4.787	(590.688)	(3.137.606)	
Recursos de clientes e outros empréstimos	(101.967)	(102.696)	(729)	(2.928.053)	(3.030.020)	
Outros passivos subordinados	(170.000)	(147.593)	22.407	(19)	(170.019)	
	<u>(2.818.885)</u>	<u>(2.792.419)</u>	<u>26.465</u>	<u>(3.518.760)</u>	<u>(6.337.645)</u>	

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor são os seguintes:

- Para cálculo do justo valor, o BBVA dividiu a sua carteira em operações com vencimento inferior/superior a seis meses;
- Para operações com vencimento no prazo de seis meses foi considerado que, dado o seu curto prazo, o valor contabilístico é um razoável indicador do seu justo valor;
- A parte da carteira com vencimento superior a seis meses foi agrupada em classes homogéneas segundo características comuns a cada classe, nomeadamente produto, família de produto, subtipo de produto, moeda, rating, taxa de juro fixa/variável;
- Para apurar a taxa de desconto dos cash-flows foram consideradas as operações negociadas no último mês do ano, sendo calculadas, para cada classe homogénea, taxas médias (se operações a taxa fixa) ou *spreads* médios (se operações a taxa variável), ambos ponderados pelo montante.

O cálculo do justo valor foi efectuado operação a operação, sendo numa primeira fase feita uma projecção do *cash-flow* com base nas condições contratuais e no valor dos indexantes a 31 de Dezembro de 2010, seguindo-se uma actualização dos cash-flows à taxa média (se fixa) ou indexante em 31 de Dezembro acrescida do *spread* médio (se variável), das operações realizadas em Dezembro de 2010.

Para algumas operações com características singulares (empréstimos subordinados), a taxa de actualização ou *spread* resulta de consultas ao mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, valorizados ao justo valor, pode ser resumida como se segue:

Tipo de instrumento financeiro	2010				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível I)	Técnicas de valorização baseadas em:		
		Dados de mercado (Nível II)	Outros (Nível III)		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	-	22.366	69.672	2.098	94.136
Activos financeiros disponíveis para venda	5.629	17.652	108.961	-	132.242
Derivados de cobertura	-	-	4.798	-	4.798
	<u>5.629</u>	<u>40.018</u>	<u>183.431</u>	<u>2.098</u>	<u>231.176</u>
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(67.927)	(1.605)	(69.532)
Derivados de cobertura	-	-	(10.777)	-	(10.777)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(78.704)</u>	<u>(1.605)</u>	<u>(80.309)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Tipo de instrumento financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo		Técnicas de valorização baseadas em:	
		(Nível I)	(Nível II)	Dados de mercado Outros (Nível III)	
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	-	20.420	245.496	27.770	293.686
Activos financeiros disponíveis para venda	19.384	9.315	135.972	-	164.674
Derivados de cobertura	-	-	25.681	-	25.681
	<u>19.384</u>	<u>29.738</u>	<u>407.149</u>	<u>27.770</u>	<u>484.041</u>
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(243.819)	(27.770)	(271.589)
Derivados de cobertura	-	-	(31.898)	-	(31.898)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(275.717)</u>	<u>(27.770)</u>	<u>(303.487)</u>

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Nível I: Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital e dívida cotados em Bolsa;
- Nível II: A valorização dos instrumentos financeiros derivados, à excepção das opções, é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado. Os títulos em carteira valorizados com base em cotações associadas a transacções também são apresentados na coluna "Técnicas de valorização – dados de mercado";
- Nível III: Os restantes títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores ou a modelos de valorização desenvolvidos internamente são apresentados em "Técnicas de valorização – outras".

Em 2010 e 2009, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização não baseadas em dados de mercado são os seguintes:

Instrumentos financeiros	2010	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	528	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.142)
Crédito a clientes	(302)	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	1.265	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	651	-
	<u>2.142</u>	<u>(1.142)</u>
Instrumentos financeiros	2009	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	751	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.348
Crédito a clientes	(24)	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	2.974	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.430)	-
	<u>(729)</u>	<u>8.348</u>

41. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo BBVA Portugal são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos fundos próprios do BBVA Portugal apresenta-se de seguida:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundos próprios de base	397.818	233.426
Fundos próprios complementares	15.047	175.144
Deduções	(959)	(704)
	-----	-----
Fundos próprios totais	411.906	407.866
	=====	=====
Requisitos de Fundos Próprios para risco de crédito, risco de crédito contraparte e transacções incompletas	354.618	346.378
Requisitos de Fundos Próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias	991	557
Requisitos de Fundos Próprios para risco operacional	20.108	20.657
	-----	-----
Requisitos de Fundos próprios	375.717	367.592
	=====	=====
Rácio TIER I	8,5%	5,1 %
Rácio TIER II	0,3%	3,8 %
Rácio de solvabilidade	8,8%	8,9 %

O BBVA Portugal procura uma solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios totais. O mínimo legal estabelecido no Decreto-Lei 104/2007, artigo 7º, nº1, alínea a) é 8%.

No apuramento do rácio de solvabilidade, o Banco levou em consideração as alterações introduzidas pela legislação comunitária no domínio dos fundos próprios, mediante a introdução das alterações previstas no Aviso 6/2010 do Bando de Portugal.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de mercado	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO											
Títulos											
Instrumentos de Capital											
Emitidos por Residentes											
Acções											
ALTRI	10.624	0,25	3,40	41	-	36	36	-	36	n.a.	n.a.
BCP	540.649	1,00	0,58	345	-	315	315	-	315	n.a.	n.a.
BES	124.717	3,00	2,88	423	-	359	359	-	359	n.a.	n.a.
BPI - SGPS SA	79.431	1,00	1,39	123	-	110	110	-	110	n.a.	n.a.
BRISA PRIV SHR	56.776	1,00	5,22	299	-	296	296	-	296	n.a.	n.a.
CIMPOR SGPS	41.104	1,00	5,07	202	-	208	208	-	208	n.a.	n.a.
CORT AMORIM	16.464	1,00	1,16	30	-	19	19	-	19	n.a.	n.a.
EDP	293.432	1,00	2,49	768	-	732	732	-	732	n.a.	n.a.
ENGIL SGPS	14.470	1,00	1,74	31	-	25	25	-	25	n.a.	n.a.
GALP	58.222	1,00	14,34	776	-	835	835	-	835	n.a.	n.a.
JERONIMO MARTINS SGPS	16.367	1,00	11,40	186	-	187	187	-	187	n.a.	n.a.
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REG	127.765	0,03	8,38	1.105	-	1.071	1.071	-	1.071	n.a.	n.a.
PORTUCEL	32.928	1,00	2,28	74	-	75	75	-	75	n.a.	n.a.
REN	48.874	1,00	2,58	131	-	126	126	-	126	n.a.	n.a.
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO SGPS	9.109	1,00	9,28	73	-	75	75	-	75	n.a.	n.a.
SONAE COM SGPS SA	23.454	1,00	1,35	34	-	32	32	-	32	n.a.	n.a.
SONAE INDUSTRIA SGPS	15.295	5,00	1,91	33	-	29	29	-	29	n.a.	n.a.
SONAE SGPS	201.696	1,00	0,78	163	-	157	157	-	157	n.a.	n.a.
INAPA	17.139	1,00	0,38	8	-	6	6	-	6	n.a.	n.a.
ZON MULTIMÉDIA	49.758	0,01	3,39	170	-	169	169	-	169	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes											
Acções											
EDP RENOVAVEIS	54.878	5,00	4,34	246	-	238	238	-	238	n.a.	n.a.
				<u>5.261</u>	-	<u>5.100</u>	<u>5.100</u>	-	<u>5.100</u>		
Instrumentos de Dívida											
Emitidos por Residentes											
Obrigações											
PORTUCEL	650	1.000	1,00	633	3	649	652	-	652	27-10-2012	2,12%
BPI O	40	50.000	0,96	1.969	28	1.926	1.954	-	1.954	17-07-2012	3,00%
SANTANDER PT	40	50.000	0,95	1.935	38	1.895	1.933	-	1.933	15-04-2013	2,63%
BES	20	50.000	0,82	968	2	819	821	-	821	08-05-2013	0,80%
CGD	40	50.000	0,91	1.918	33	1.828	1.861	-	1.861	21-07-2014	3,63%
Emitidos por Não Residentes											
Obrigações											
MONTEPIO	20	50.000	0,97	970	-	968	966	-	966	19-09-2011	0,96%
BES FIN4	10	100.000	0,96	976	2	956	958	-	958	18-07-2011	1,14%
BCP FINANCE	40	50.000	0,87	1.938	4	1.740	1.744	-	1.744	06-02-2012	0,79%
SANTANDER	40	50.000	0,98	1.973	4	1.963	1.967	-	1.967	30-01-2012	0,77%
GE CAPITAL	60	50.000	0,97	2.890	8	2.917	2.925	-	2.925	03-04-2014	0,77%
CXGD 2	55	10.000	1,09	603	-	597	597	-	597	30-07-2012	0,00%
MONTEP2	1.000	1.000	0,88	957	2	884	886	-	886	03-05-2012	0,91%
				<u>17.720</u>	<u>124</u>	<u>17.142</u>	<u>17.286</u>	-	<u>17.286</u>		
				<u>22.981</u>	<u>124</u>	<u>22.242</u>	<u>22.366</u>	-	<u>22.366</u>		

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de mercado	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA											
Títulos											
Emitidos por Residentes											
Instrumentos de Dívida											
Dívida Pública Portuguesa											
O.T. - 15 Junho 2020	1.940.000.000	0,01	0,88	92	510	16.989	17.499	-	17.499	15-06-2020	4,80%
O.T. - 16 JUNHO 2014	48.000.000	0,01	0,97	491	11	467	478	-	478	16-06-2014	4,38%
O.T. - 15 Abril 2011	15.000.000	0,01	1,00	147	3	150	153	-	153	15-04-2011	3,20%
				<u>730</u>	<u>524</u>	<u>17.606</u>	<u>18.130</u>	<u>-</u>	<u>18.130</u>		
Outros Títulos											
Emitidos por Residentes											
Dívida não Subordinada											
JERON MARTINS 2012	1.000	50.000	1,00	50.000	225	50.012	50.237	-	50.237	11-12-2012	1,74%
JERON MARTINS 2014	700.000	50	1,03	35.000	362	36.027	36.389	-	36.389	02-04-2014	4,14%
				<u>85.000</u>	<u>587</u>	<u>86.039</u>	<u>86.626</u>	<u>-</u>	<u>86.626</u>		
Emitidos por Não Residentes											
Dívida não Subordinada											
PORT TELECOM INT FIN 260312	20.000	1.000	1,01	19.290	577	20.162	20.739	-	20.739	26-03-2012	3,75%
				<u>19.290</u>	<u>577</u>	<u>20.162</u>	<u>20.739</u>	<u>-</u>	<u>20.739</u>		
Instrumentos de capital											
Acções											
SIBS	287.307	5,00		3.831	-	3.831	3.831	-	3.831	n.a.	n.a.
FINANGESTE	6.350	4,99		622	-	622	622	(544)	78	n.a.	n.a.
Outros ao custo histórico				70	-	70	70	(70)	-	n.a.	n.a.
				<u>4.523</u>	<u>-</u>	<u>4.523</u>	<u>4.523</u>	<u>(614)</u>	<u>3.909</u>		
Partes de capital em empresas coligadas e unidades de participação ao justo valor											
UNICRE	19.098	5,00		1.242	-	1.242	1.242	-	1.242	n.a.	n.a.
UNID. PARTICIPAÇÃO EUC	300.000	5	5,32	1.500	-	1.594	1.594	-	1.594	n.a.	n.a.
LUSITÂNIA	123	615		2	-	2	2	-	2	n.a.	n.a.
				<u>2.744</u>	<u>-</u>	<u>2.838</u>	<u>2.838</u>	<u>-</u>	<u>2.838</u>		
				<u>112.287</u>	<u>1.688</u>	<u>131.168</u>	<u>132.856</u>	<u>(614)</u>	<u>132.242</u>		

¹ Montantes expressos em percentagem do valor nominal para as obrigações e outros títulos de rendimento fixo e em Euros para as acções e outros títulos de rendimento variável.

**BANCO BILBAO VIZCAYA
ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**

**Demonstrações Financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2010
acompanhadas da Certificação Legal das
Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. ("Banco"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, que evidência um total de 7.971.769 mEuros e capitais próprios de 295.963 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.035 mEuros, as demonstrações consolidadas do rendimento integral, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados consolidados e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

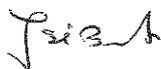
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como os resultados consolidados e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações do exercício de 2010.

Lisboa, 30 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Ex mos. Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

RELATÓRIO

Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, as Demonstrações consolidadas do rendimento integral, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Apreciámos as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal das Contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que, as Demonstrações Financeiras Consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.



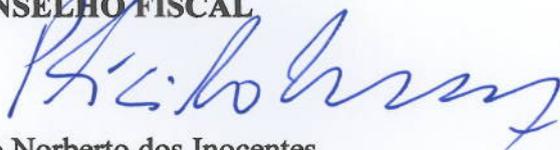
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

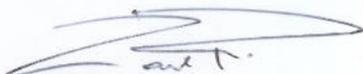
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL



Plácido Norberto dos Inocentes
Presidente



Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira
Vogal



João Duarte Lopes Ribeiro
Vogal